

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PGHIS**

Yohannes Fernandes de Morais Silva

***AGGIORNAMENTO E CONSERVADORISMO: O processo de recepção do  
Concílio Vaticano II em São João del-Rei, 1959-1983.***

SÃO JOÃO DEL-REI – MG

2022

Yohannes Fernandes de Morais Silva

***AGGIORNAMENTO E CONSERVADORISMO: O processo de recepção do  
Concílio Vaticano II em São João del-Rei, 1959-1983.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del – Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura e Identidade

Orientador: Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho

SÃO JOÃO DEL-REI – MG

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Yohannes Fernandes de Morais .  
AGGIORNAMENTO E CONSERVADORISMO: O processo de  
recepção do Concílio Vaticano II em São João del-Rei,  
1959-1983. / Yohannes Fernandes de Morais Silva ;  
orientador Orlando José de Almeida Filho. -- São  
João del-Rei, 2022.  
131 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
História) -- Universidade Federal de São João del  
Rei, 2022.

1. Igreja Católica. 2. Concílio Vaticano II. 3.  
Aggiornamento. 4. Dom Delfim Ribeiro Guedes. 5. São  
João del-Rei. I. José de Almeida Filho, Orlando,  
orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Por permitir chegar até aqui, agradeço a Deus pelo dom da vida

Foram tempos difíceis. Pesquisar, visitar arquivos e escrever em meio a pandemia dificultou o trabalho dos historiadores. Além disso, conciliar a vida acadêmica com a docência não foi uma tarefa fácil, mas cada esforço foi recompensado ao término dessa escrita, sinto-me vitorioso.

Por isso agradeço a todos que caminharam comigo durante todos esses anos. A minha companheira e esposa Maysa, devo muito a ela pelo auxílio, disponibilidade, seu tempo, enfim, por tudo. Também agradeço aos meus pais, Gerson e Tereza, valentes nordestinos, que migraram para o litoral paulista e, sem terminar os estudos, lutaram para ter um filho formado, porque sempre entenderam que a educação é o princípio para a mudança na vida de uma pessoa.

Agradeço, de forma especial, ao Professor Orlando de Almeida José de Almeida Filho, meu orientador. Sua percepção e olhar crítico de mundo forneceu diversos meios para sair das simplificações e reducionismos, permitindo aprofundar a pesquisa. Se não fosse o seu olhar humano e disponibilidade, jamais essa pesquisa seria concluída.

Aos professores Luiz Francisco Albuquerque Miranda e Marcos Roberto de Faria, que acompanharam o desenvolvimento da pesquisa e enriqueceram grandemente o trabalho.

Igualmente quero agradecer ao companheiro de estudos, Lucas Rodrigues, que deu o primeiro passo ao observar que havia possibilidades de fontes para esta pesquisa. Ao responsável pelos arquivos da Cúria Diocesana, Cláudio Guimarães Pereira, que tem feito um ótimo trabalho para preservar os documentos eclesiásticos. Ao João Pedro, responsável pelo arquivo da Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar.

Por fim, sou grato ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João-Rei por permitir realizar a pesquisa.

Dedico este estudo a todos que ajudaram a construir a Igreja de São João del-Rei.

## RESUMO

Este trabalho procurou estudar a recepção do Concílio Vaticano II (1959-1965) por parte dos atores sociais e eclesias da Diocese de São João del-Rei/MG e compreender a dinâmica do *aggiornamento*. O balizamento temporal começa a partir da convocação do concílio, em 1959, e percorre todo o pontificado de Dom Delfim Ribeiro Guedes, o primeiro bispo diocesano, até 1983. A proposta metodológica gira em torno do conceito de “apropriação e representação” em Michel de Certeau e, a partir disso, compreender como esses atores se adaptaram à Igreja pós conciliar. A pesquisa foi realizada por meio de fontes documentais como as cartas pastorais, circulares, boletins paroquiais e atas. Também, foram entrevistados alguns sacerdotes que viveram durante o período. Diante disso, constatou-se que a diocese foi formada no modelo tridentino, essa visão de Igreja seguiu-se durante o bispado de Dom Delfim junto com os outros grupos sociais católicos. Esses círculos procuraram manter as suas tradições e concepções de Igreja, que aqui chamamos de catolicismo sanjoanense e, a partir disso, realizaram uma recepção fragmentada do Concílio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica, Concílio Vaticano II, Aggiornamento, Dom Delfim Ribeiro Guedes, São João del-Rei

## **ABSTRACT**

This work sought to study the reception of the Second Vatican Council (1959-1965) by the social actors and Ecclesiastes of the Diocese of São João del-Rei/MG and to understand the dynamics of *aggiornamento*. The temporal beacon begins with the convening of the council, in 1959, and runs through the entire pontificate of Dom Delfim Ribeiro Guedes, the first diocesan bishop, until 1983. The methodological proposal revolves around the concept of “appropriation and representation” in Michel de Certeau and, from that, understands how these actors adapted to the post-conciliar Church. The research was carried out through documentary sources such as pastoral letters, circulars, parish bulletins, and minutes. Also, some priests who lived during the period were interviewed. Because of this, it was found that the diocese was formed in the Tridentine model, this vision of the Church followed during the bishopric of Dom Delfim along with the other Catholic social groups. These circles sought to maintain their traditions and conceptions of the Church, which we here call Sanjoanense Catholicism, and, from that, they carried out a fragmented reception of the Council.

**KEYWORDS:** Catholic Church, Second Vatican Council, *Aggiornamento*, Dom Delfim Ribeiro Guedes, São João del-Rei

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Oratório Dom Bosco – 1946.....	48
Figura 2 – Encontro com líderes comunitários, década de 1960.....	49
Figura 3 - Demarcação da Diocese de São João del-Rei.....	61
Figura 4 – Arquidioceses, Dioceses e Províncias de Minas Gerais.....	62
Figura 5 - Ordenação Sacerdotal de Monsenhor Chamel.....	66
Figura 6 - Dom Delfim, Jânio Quadros e comitiva, 1960. ....	67
Figura 7 – Major Bidart e Dom Delfim, início de 1970.....	69
Figura 8 – Dom Delfim Ribeiro Guedes e Tancredo Neves, década de 1960.....	71
Figura 9 - Relação de Clérigos Conservadores, 27 de maio de 1977.....	75
Figura 10 - Bispos de Minas Gerais simpáticos ao Governo Militar.....	75
Figura 11 - Jovens estudantes sanjoanenses do Seminário de Mariana, 1941.....	78
Figura 12 - Primeira turma de seminaristas, 1962.....	80
Figura 13 – Correção realizada por Dom Delfim de um texto em latim.....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distâncias das cidades até São João del-Rei, sede da Cúria.....	59
Quadro 2 - Entrada de alunos e a chegada ao presbiterato.....	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Ação Católica

ACB – Ação Católica Brasileira

AP – Ação Popular

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LEC – Liga Eleitoral Católica

PPC – Plano Pastoral de Conjunto

SNI – Sistema Nacional de Informações

TFP – Trafição Família e Propriedade

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO 1. A REORGANIZAÇÃO DA CRISTANDADE CATÓLICA DO OCIDENTE NO SÉCULO XX.....</b>	<b>15</b>
1.1 A reestruturação administrativa e eclesial da Igreja Católica .....	15
1.2 Do catolicismo social à Ação Católica.....	20
1.3 O neotomismo como filosofia basilar do concílio.....	26
1.4 A reestruturação eclesial no Brasil .....	28
1.4.1 A formação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).....	32
1.5 O <i>aggiornamento</i> como categoria teológica .....	34
1.6 O Concílio Vaticano II e suas fases .....	36
1.6.1 Fase antepreparatória e preparatória.....	37
1.6.2 As sessões conciliares .....	39
<b>CAPÍTULO 2. ESTRUTURA DA IGREJA CATÓLICA EM MINAS GERAIS</b>	<b>44</b>
2.1. Religiosos em ação e a Igreja de São João del-Rei antes de 1960.....	45
2.2 Como é formada uma diocese.....	49
2.3 A formação da Diocese de São João del-Rei.....	55
2.4 Dom Delfim Ribeiro Guedes, o último príncipe .....	63
2.4.1 O pontificado chega ao fim .....	76
2.5 O seminário diocesano e os futuros padres pós-conciliares.....	77
<b>CAPÍTULO 3. APLICAÇÃO E RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II EM SÃO JOÃO DEL-REI.....</b>	<b>85</b>
3.1 Dom Delfim e a sua participação no Concílio .....	86

<b>3.2 O clero local e os rumos da diocese na recepção do concílio .....</b>	<b>93</b>
<b>3.3 Modernizadores conservadores e uma recepção fragmentada .....</b>	<b>98</b>
<b>3.3.1 Mudarei o altar de Deus.....</b>	<b>105</b>
<b>3.3.2 Se a Diocese é do bispo, a igreja é da Ordem Terceira .....</b>	<b>108</b>
<b>3.4 Um catolicismo sanjoanense .....</b>	<b>113</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>ARQUIVOS E FONTES .....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

As religiões produzem diversos significados simbólico-culturais e seus aspectos moldam o mundo a sua volta, assim como são moldadas por ele. Quando estão de alguma forma ligados à religião, temas que parecem contraditórios são complementares, como, por exemplo, preservação e atualização; conservadorismo e progressismo.

Segundo Jacqueline Hermann (2011, p. 507), a “teia que liga as diversas religiões às diferentes e possíveis formas de religiosidades tem demonstrado ser um campo fértil para continuadas reflexões teórico-metodológicas e futuras investigações historiográficas”. Assim, compreender os diversos filtros sociais que recebem e elaboram as mensagens religiosas é de fundamental importância, pois, de acordo com a mesma autora, “é a partir das vivências culturais específicas e determinadas que é possível identificar as formas diferenciadas de entender e viver a experiência religiosa”.

Ao longo de sua história, a Igreja Católica enquanto uma organização que pretende ser universal, sempre teve como premissa a preservação da sua unidade e, para isso, os membros da Igreja reúnem-se em Assembleias Conciliares. Assembleias menores eram comuns durante a estruturação da Igreja, contudo, com disputas teológicas e políticas entre os bispos cada vez mais intensas, o Imperador Romano Constantino decidiu convocar o primeiro Concílio Geral, em 325, denominado Concílio de Niceia.

No sentido contemporâneo do termo, um Concílio consiste em uma assembleia de Bispos e outros Prelados que são convocados sob autoridade papal a fim de estudarem e discutirem questões doutrinárias e disciplinares que interessam para a vida da Igreja (KLOPPENBURG, 1962). Após o Concílio de Niceia, as autoridades papais convocaram outras 20 assembleias conciliares, que ocorreram em diferentes momentos históricos e com diferentes finalidades, de acordo com as necessidades de alinhamento e reorganização da Igreja Católica.

Um destes momentos ocorreu em meados do século passado, durante o qual o mundo sofreu mudanças drásticas, como consequência de duas guerras mundiais, ascensão do liberalismo e crise do capitalismo, comunismo, Guerra Fria, industrialização e desenvolvimento da tecnologia, independência dos países africanos e, o ponto mais impactante para a Igreja: o secularismo. Em seu interior, a Igreja perdia fiéis para outras religiões, enfrentava uma crise vocacional dentro dos quadros eclesiásticos, um desejo de renovação bíblica, litúrgica, laical, um maior diálogo ecumênico, engajamento social e novas correntes teológicas.

Frente a tantas questões, não cabia continuar em um modelo eclesial proposto pelos Concílios de Trento e Vaticano I, que caracterizaram a chamada “Igreja Tridentina”. Assim, a

resposta da Igreja foi a abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, pelo Papa João XXIII, em 11 de outubro de 1962, e com outras três sessões, ocorridas em 1963, 1964 e 1965. O objetivo não era discutir apenas problemas doutrinários, mas propor uma renovação eclesial. Na visão do pontífice, o Vaticano II deveria seguir três principais finalidades: incremento da Fé, renovação dos costumes e adaptação das disciplinas eclesiásticas (ALBERIGO, 2000). Para isso, a Cúria Romana convocou os bispos do mundo inteiro com uma grande responsabilidade: decidir e conduzir o futuro da Igreja no mundo.

Como resultado, o Concílio Vaticano II trouxe diversas mudanças em relação ao papel da Igreja no mundo, a visão do leigo enquanto povo de Deus, além de reformas litúrgicas, abrandamentos de práticas de fé populares, ampliação das missões pastorais sacerdotais, entre outras questões. Assim, em 2022, comemorou-se 60 anos da abertura do que foi considerado o maior evento da Igreja no século XX e que, ainda hoje, possibilita um vasto campo para pesquisa. São diversos objetos de estudo e temporalidades, perpassando por suas consequências, as correntes filosóficas/teológicas, a aplicabilidade, as rupturas e permanências.

O primeiro estudo histórico sobre o Vaticano II foi publicado pelo Frei Boaventura Kloppenburg, que participou do Concílio como teólogo conciliar, assessorando em todas as sessões. Sua obra contém cinco volumes, que relatam desde a fase ante preparatória até o encerramento do evento, nos quais traduziu os principais discursos das sessões e compartilhou as suas crônicas de como era o cotidiano de um padre conciliar. Posteriormente, em 1999, outra análise foi organizada por Giuseppe Alberigo, com a obra “História do Concílio Vaticano II”, na qual o pesquisador reuniu historiadores e teólogos de diversas partes do mundo para publicarem seus trabalhos, a fim de realizar um estudo crítico das diferentes visões do Concílio.

Sobre o estudo do Vaticano II no Brasil, a obra de destaque é a tese de doutorado do José Oscar Beozzo, que estuda a participação dos bispos brasileiros no Concílio. No âmbito da micro-história, mais recentemente, começou-se a estudar o impacto do Vaticano II nas dioceses, e, como exemplo, tem-se a tese de Sérgio Eduardo Coutinho sobre a recepção do Concílio no Maranhão, a dissertação de mestrado do Diego Omar da Silveira acerca da recepção na Arquidiocese Mariana e a pesquisadora Lázara Alzira de Freitas, que estudou o impacto na Arquidiocese de Goiânia.

Nesta mesma linha, o objetivo dessa pesquisa é analisar a recepção, aceitação e aplicabilidade do Concílio Vaticano II na diocese São João del-Rei/MG, além de discutir o papel dos sujeitos-agentes nas igrejas locais e delimitar as experiências conciliares de atualização – ou não -, o que aqui chamamos de *aggiornamento*.

A Diocese de São João del-Rei foi criada em 1960, seguindo um modelo de implantação tradicional e, por isso, escolheu-se um bispo conservador para liderá-la: Dom Delfim Ribeiro Guedes. Contudo, dois anos após sua criação, iniciou-se o Concílio Vaticano II, que trouxe uma série de reformas estruturais, litúrgicas e espirituais, já mencionadas. Neste contexto, algumas dioceses mostraram resistência e outras compreenderam a necessidade da renovação eclesial. Em São João del-Rei, por sua vez, assim como na Diocese de Mariana, ocorreu uma recepção fragmentada do Vaticano II, ou seja, os bispos tentaram adaptar a recepção conciliar e aplicar reformas pontuais.

Esta heterogeneidade de recepções mostra a importância deste debate, que não se esgota no tempo, mas é reformulado, apropriado e ressignificado. Por isso, segundo o historiador Massimo Faggioli, a melhor forma de refletir sobre o catolicismo no século XXI é reapropriando-se dos entremeios do Concílio Vaticano II, junto com

a redescoberta do caráter de “catolicidade” da Igreja católica como uma “igreja mundial”, torna o debate sobre o Vaticano II rico, cultural e linguisticamente diversificado, politicamente sensível e, assim extremamente interessante para se explorar (FAGGIOLI, 2013, p. 21).

Ou seja, a recepção é um processo histórico, insere-se no tempo, lugar e em uma determinada cultura e, no caso da recepção de um Concílio, está estritamente ligado às conjunturas das dioceses ou da Igreja local, onde está o seio dessa sociedade católica.

Assim sendo, partimos para alguns questionamentos sobre a recepção do Concílio Ecumênico Vaticano II em São João del-Rei: como foi esta receptividade? As irmandades e associações, devido ao seu histórico conservador, aceitaram as mudanças? Como e de que forma ocorreram essas mudanças? De qual maneira o Concílio altera – ou não – o modelo pastoral da Diocese? Qual era o perfil pastoral de Dom Delfim e como tentou pôr em prática as diretrizes conciliares ou apenas o adaptou ao modelo de igreja tridentina?

Para explorar estas questões, o recorte temporal escolhido para este trabalho começa em 1959, ano que João XXIII anunciou o Concílio, e vai até 1983, quando Dom Delfim Ribeiro Guedes renuncia a cátedra diocesana por conta da idade. A figura do bispo é importante para compreender o Vaticano II no âmbito local, pois cabe ao bispo a nomeação do reitor do seminário, o conselho presbiteral, transferências dos padres, criação de paróquias, foranias e nomeação dos párocos, além de escolher os membros que estarão ao seu lado nos serviços da Cúria ou quem será vigário do outro lado da diocese.

Por fim, o trabalho está organizado da seguinte forma.

O primeiro capítulo, “A reorganização da cristandade católica no século XX” consiste em apresentar um panorama geral da Igreja do período, perpassando sobre o movimento eclesial católico, a reorganização eclesial no Brasil, a transformação da Doutrina Social da Igreja, a formação dos grupos laicais como a Ação Católica, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o desenvolvimento do Concílio Vaticano II, suas fases, sessões e promulgações. Também foi abordado sobre o posicionamento teológico e filosófico que os padres conciliares possuíam e que permitiram um *aggiornamento* para a Igreja.

No segundo capítulo, “A estrutura da Igreja Católica em Minas Gerais”, por meio de diversas fontes, foi realizado um estudo sobre a estrutura da Igreja em São João del-Rei antes do Concílio, passando pela formação diocese e o seminário. Da mesma forma, foi traçada uma biografia de Dom Delfim Ribeiro Guedes a partir das fontes obtidas, a fim de observar as suas visões de mundo e suas redes de sociabilidade.

Finalmente, no terceiro capítulo, “A recepção do Concílio Vaticano II em São João del-Rei”, ainda por meio da análise das fontes, procurou-se descrever a participação de Dom Delfim no Concílio, que conduziu, junto ao clero local, irmandades e associações uma recepção fragmentada do Concílio. Todo este processo trouxe características muito singulares, que nesse trabalho chamamos de catolicismo sanjoanense.

## **CAPÍTULO 1. A REORGANIZAÇÃO DA CRISTANDADE CATÓLICA DO OCIDENTE NO SÉCULO XX.**

A Igreja Católica Romana teve papel fundamental no curso da história do ocidente, sendo a maior e mais antiga instituição em funcionamento no mundo atual. Sua longevidade encontra-se, principalmente, no esforço da hierarquia eclesiástica em reafirmar os princípios católicos nos espaços onde a instituição está presente (AZZI, 2008).

A Igreja, enquanto organização, está interessada em sua autopreservação. Ao deparar-se com grandes males sociais como as guerras, desigualdades e violação de direitos, a Igreja descobre ambiguidades em sua própria estrutura que precisam, de alguma forma, serem resolvidas (MAINWARING, 2004). Nesse sentido, durante o século XX, uma série de medidas eclesiais foram tomadas por parte da Cúria Romana a fim de adentrar às novas representações sociais que estavam se formando.

Diante destas contradições e da lentidão em tomar decisões para ir ao encontro da realidade social da época, a Igreja, de forma gradual, perdia o seu exclusivismo sobre o povo cristão. Com isso, novos rearranjos foram necessários para a instituição continuar como a representante do poder espiritual sobre o natural. O ponto de destaque foi a reorganização eclesial e administrativa.

Dessa forma, a instituição católica abriu-se para novas correntes filosóficas e teológicas, como o neotomismo<sup>1</sup>, e incentiva seus teólogos em direção à uma nova exegese bíblica, mais condizente com o mundo moderno, cria dioceses e circunscrições eclesiásticas, reforma seus quadros episcopais e, o mais importante, examina o seu papel social enquanto a maior Instituição no mundo.

Entre as diversas mudanças ao longo do século XX, sem dúvidas, o Concílio Vaticano II foi a reforma de maior amplitude, permitiu uma reorganização eclesial, uma igreja menos eurocêntrica e voltada para as necessidades dos católicos de outros países realizando uma série de mudanças.

### **1.1 A reestruturação administrativa e eclesial da Igreja Católica**

O principal ponto trazido pelo Concílio em relação à reestruturação administrativa e eclesial da Igreja foi a descentralização eclesiástica do poder de Roma e do papado. Há um chamado à participação via conferências episcopais nacionais, no caso do Brasil a Conferência

---

<sup>1</sup> Foi a filosofia basilar do Concílio Vaticano II, verificar o item 1.4, no qual abordamos as características dessa corrente.

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e continentais, como a Conferência Episcopal Latino-Americana. A Igreja passou a priorizar não uma organização de quadros, mas uma efetiva participação do laicato, de início por meio da Ação Católica e, após o Concílio Vaticano, das diversas pastorais e movimentos.

Para o historiador Rodrigo Caldeira (2009, p. 60), pensar a história da Igreja, sobretudo a partir de meados do século XX é “situá-la dentro de sua complexidade em um processo de modernidade-antimodernidade”, pois cada “pontificado reagiu frente aos novos movimentos que se embebiam de aspectos modernos ou aqueles que se firmavam no pensamento conservador”. Portanto, modernização pode significar avanços ou retrocessos de acordo com a ótica de quem o interpreta.

Esse processo de mudança é paradoxal, pois é uma tentativa de alteração combinada com a percepção de permanecer o mesmo. Nesse sentido, a concepção de mudança “mantém juntas duas ideias aparentemente opostas, mas na verdade complementares: a ideia de alteração e a de continuidade; a de diferença e a de identidade” (OAKESHOTT, 2003, p. 168). Significa, portanto, que “não há evento histórico que não possua um relacionamento significativo com algum outro evento histórico” (OAKESHOTT, 2003, p. 131) e dessa forma abre possibilidades para constituir um passado “em termos de continuidades e convergências de eventos históricos obliquamente relacionados” (OAKESHOTT, 2003, p. 125), que estão ligados a um passado que sobreviveu.

Nesse sentido, vale ponderar o aspecto plural da Igreja Católica desde a sua estruturação enquanto instituição e, então, seria errôneo afirmar que a instituição sempre foi contra a modernidade e que essa abertura ocorreu apenas após o século XIX e XX. Temos como exemplo anterior o Renascimento Italiano, nos séculos XV e XVI, cujos artistas e pensadores humanistas, entre eles muitos padres, eram financiados por membros do alto clero.

Ao longo da história da instituição os movimentos de modernidade-antimodernidade são constantes. No início do século XX, o Papa Pio X escreveu a encíclica *Pascendi Domini Gregis* que pontuou os problemas das correntes de pensamento circulantes da época entre os filósofos, teólogos e historiadores, que rapidamente propagaram-se por toda a Europa. O pontífice chamou esse conjunto de ideias de “modernistas”, e segundo ele, membros do clero “sem nenhum sólido conhecimento de filosofia e teologia, mas, embebidos antes das teorias envenenadas dos inimigos da Igreja, blasonam, postergando todo o comedimento, de reformadores da mesma Igreja” (PIO X, 1907). Para controlar estes “modernistas”, principalmente os padres, Pio X fez uma série de excomunhões, proibindo-os de lecionarem

nos seminários e institutos católicos. Segundo Giacomo Martina (2014) apesar de existir os “modernistas” considerados radicais<sup>2</sup>, havia “a ala moderada do movimento, na qual uma segura fidelidade a Roma se unia à ansiedade por responder às novas exigências dos tempos. A reação, infelizmente, envolveu a todos sem distinção” (MARTINA, 2014, p. 91).

O fato é que a Igreja Católica Romana sempre procurou manter a sua identidade institucional inalterada e calcada na tradição, que é um dos elementos de sua constituição histórica. Por meio dos Concílios, visou extinguir possíveis diferenças que iam contra sua essência e, ao longo da sua história, passou por diversas versões. É comum encontrar pesquisas sobre as diversas épocas da Igreja, sejam elas dos primeiros séculos, a medieval, a moderna ou a contemporânea, abordando as suas múltiplas características. No entanto, é possível perceber que não há alteração da sua identidade, continua a ser a mesma instituição, a Igreja Católica Romana e, assim, permanecer relevante até os dias atuais.

Ao longo do século XX, a Igreja Católica precisou, de modo urgente, ressignificar sua doutrina, a fim de integrar princípios e valores do mundo atual e compatibilizá-los com a ortodoxia (CALDEIRA, p. 61). Para isso, os teólogos católicos recorreram às Ciências humanas, iniciando um processo que “conduzirá a Igreja a um melhor conhecimento e uma maior aproximação com o mundo moderno” (MENOZZI, 1999, p. 148).

A partir de uma teologia ligada a outras ciências foi possível criar novas formas de olhar para o *corpus* doutrinal católico, assim, buscou-se ampliar a visão eclesial, compreendendo que “no curso da história da Igreja, não se dera apenas uma cristandade” (MENOZZI, 1999, p. 185), mas uma pluralidade de cristandade. Essa concepção contrariava as correntes filosóficas mais tradicionais, que desejavam por um modelo eclesial que relembresse a Igreja Medieval, símbolo de Igreja e sociedade cristã perfeita.

Desse modo, a Igreja consegue apropriar-se das diferentes questões e ressignificá-las a partir de sua tradição eclesial. Um exemplo disto é o documento *Divino Afflante Spiritu* (1943), no qual o Papa Pio XII expõe os problemas da interpretação literal dos textos sagrados. O pontífice pontua que é necessário compreender o contexto histórico e linguístico do autor, além de obter o auxílio da “história, da arqueologia; etnologia e outras ciências, examinar e distinguir claramente que gêneros literários quiseram empregar e empregaram de fato os escritores daquelas épocas remotas” (PIO XII, 1943).

---

<sup>2</sup> Questionavam os dogmas, a veracidade dos textos sagrados, a autoridade papal, o fim da hierarquia, negavam a religião como objeto de transcendência entre outros.

A preocupação com a teoria evolucionista também está presente nesta mesma encíclica. Sobre o livro de Gênesis, expõe Pio XII que “a verdade é que o nosso tempo tem chamado a atenção para muitas coisas que requerem nova investigação e novo exame e estimulam fortemente a atividade do exegeta” (PIO XII, 1943). Nesse contexto, o Sumo Pontífice incentivou o aprofundamento dos textos bíblicos por parte dos estudiosos uma vez que as conclusões não estavam engessadas nas interpretações de antigos padres, como São Jerônimo ou Santo Tomás de Aquino. Logo, este documento é uma permissão, mesmo que indireta, para a exegese dos textos sob um olhar contemporâneo, levando em consideração conhecimentos não disponíveis anteriormente.

Nesse sentido, a Igreja, preocupada com as discussões modernas, nas palavras do historiador Giacomo Martina (2014, p.268), realizava “reformas do sistema e não no sistema”, ou seja, de forma lenta e gradual, ela consegue adaptar-se às questões contemporâneas. Um outro exemplo está na encíclica *Mediator Dei*, na qual Pio XII tenta restaurar o esplendor da Liturgia, isto é, refirmar a importância do culto divino, do sacerdote e do canto gregoriano, que se encontrava deficitário nas Igrejas, uma vez que o canto em latim necessitava de formação e conhecimento. Apesar do caráter tridentino da bula, o pontífice também admite a importância do canto moderno, recomendando que este não seja excluído do culto católico, tomando o “cuidado em promover o canto religioso popular e a sua acurada execução feita com dignidade conveniente, podendo isso estimular e aumentar a fé e a piedade das populações cristãs” (PIO XII, 1947).

Na visão de Michel de Certeau, em seu livro “A escrita da história”, é preciso analisar os critérios culturais impostos pela conjuntura, a fim de que seja possível uma compreensão das novas estruturas religiosas, que são formadas ao longo do processo histórico. Para o historiador francês, o funcionamento social da religião remete às questões amplas das “relações que as representações ou ideologias religiosas mantêm com a organização de uma sociedade” e por consequência, quais são os “critérios de que dispomos atualmente para julgar essa realidade social” (CERTEAU, 1982, p. 136) e o sentido das expressões religiosas. Em outras palavras, é possível entender que cada instituição tenta situar-se em seu tempo presente, reformulando seus discursos, suas estruturas e as relações sociais. Essas ações podem ser realizadas de modo estratégico ou inconsciente, e isso faz parte do curso histórico.

Os novos desafios à Igreja Católica foram manifestados por meio do secularismo, mundo do trabalho, anticlericalismo, crescimento de outras religiões e a diminuição do seu papel no mundo enquanto organização social. Por isso, viu-se impelida em contornar esses

problemas, iniciando uma série de “estratégias” para mitigar, responder ou deter seus efeitos. Com isso, estabeleceu novas instituições como a Caritas Internacional, a Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre, os movimentos laicais, a Pastoral da Criança e a formação das conferências episcopais nacionais e latino-americanas. Estas últimas, por sua vez, ganharam autonomia para enfrentar os problemas locais<sup>3</sup>.

De acordo com Certeau, as “estratégias” seriam ações de um “lugar de poder”, com características próprias, que constroem um “lugar teórico” e que são capazes de sistematizar um “conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”. Completa o historiador:

[...] Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado [...] A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...] (CERTEAU, 1994, p. 46)

Seguindo, então, a linha de pensamento do historiador francês, pode-se compreender a Igreja enquanto uma instituição que possui seu “lugar de poder e saber”, concentrando seu “lugar teórico” nos seus discursos, doutrinas e dogmas e formando uma visão de mundo própria. Mas, isso é possibilitado porque há um “lugar físico”, onde todo esse arcabouço cultural é efetivado e legitimado, podendo ser nas dioceses, paróquias ou comunidades.

Nesse aspecto, acrescenta o autor que “seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis” (CERTEAU, 1994, p. 94). Em contraponto ao “poder e saber”, Certeau ressalta a necessidade de analisar o que os sujeitos fazem com as decisões que lhes são impostas, a fim de compreender os usos pelo ponto de vista dos que não fazem parte do sistema de poder.

Apesar destas diferentes visões sobre a Igreja e as suas complexidades diante das posições entre “modernidade e anti-modernidade”, é de comum acordo entre os pesquisadores de que as chamadas Encíclicas Sociais trouxeram uma intensa mudança nas estruturas administrativas da Igreja Católica, bem como ressignificar seu pensamento ao mundo contemporâneo. Seus desdobramentos marcaram a sistematização do pensamento social católico na Europa, que também impactou os países mais pobres. Portanto, a instituição procurou analisar as questões econômicas, políticas, sociais e culturais da época. Assim, essas mudanças fizeram parte do que mais tarde ganharia o nome de Doutrina Social da Igreja (DSI),

---

<sup>3</sup> Cân. 447 — A Conferência episcopal, instituição permanente, é o agrupamento dos Bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais a favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito. (CDC 1983)

fornecendo as bases para um quadro sistematizado do caráter social da Igreja para o clero e leigos católicos (CREPALDI, 2005).

## 1.2 Do catolicismo social à Ação Católica

O catolicismo social representou uma mudança na Igreja, que voltava a sua atenção para as associações e sindicatos, posicionando-se contra o liberalismo e comunismo em encíclicas, discursos e decretos. Além disso, o mundo do trabalho gerou um receio dos católicos serem cooptados para os partidos comunistas.

O primeiro movimento que marca o direcionamento social da igreja foi a encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII<sup>4</sup>. O documento foi uma resposta da igreja para a grave situação dos operários frente a Revolução Industrial, e aponta para os seus erros e possíveis soluções, a fim de que os trabalhadores sejam tratados de forma mais digna, com direito a descanso, jornada de trabalho ponderada, salário justo, proteção e responsabilização do Estado:

[...] acima da sua livre vontade está uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber, que o **salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado**. Mas se, constringido pela necessidade ou forçado pelo receio dum mal maior, aceita condições duras que por outro lado lhe não seria permitido recusar, porque lhe são impostas pelo patrão ou por quem faz oferta do trabalho, então é isto sofrer uma violência contra a qual a justiça protesta.

[...] **o repouso tira o homem dos trabalhos e das ocupações da vida ordinária para o chamar ao pensamento dos bens celestes e ao culto devido à Majestade divina**. A actividade do homem, restrita como a sua natureza, tem limites que se não podem ultrapassar. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas **é preciso que de quando em quando se suspenda para dar lugar ao repouso**. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitem.

[...]. **Muitas outras coisas deve igualmente o Estado proteger ao operário**, e em primeiro lugar os bens da alma. A vida temporal, posto que boa e desejável, não é o fim para que fomos criados; mas é a via e o meio para aperfeiçoar, com o conhecimento da verdade e com a prática do bem, a vida do espírito.

[...] **O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha dão, não poucas vezes, aos operários ocasião de greves**. E preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente [...] O remédio, portanto, nesta parte, mais eficaz e salutar é **prevenir o mal com a autoridade das leis**, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão--de nascer os conflitos entre os operários e os patrões. (LEÃO XIII, 1891, grifo nosso)

O documento pontifício teve grande repercussão não apenas no mundo católico, mas fora dele. A Igreja recuperava o seu prestígio, demonstrando preocupação com às massas e isto, por sua vez, significou uma nova fase para o mundo católico: enxergar os problemas sociais

---

<sup>4</sup> Há um consenso entre os pesquisadores que a *Rerum Novarum* foi a gênese do compromisso social do catolicismo. SARDICA, José. 2004.

com um olhar diferente. Embora sem pretender ser uma solução definitiva para os problemas da época, suas consequências desencadearam o que os pesquisadores chamam de *catolicismo social*<sup>5</sup>, que, na verdade, significava a ação católica política e social no mundo, fora dos muros das igrejas. Era, portanto, o início dos movimentos católicos operários, estudantis, femininos e com impacto até mesmo na formação e atuação dos padres, os quais formaram ciclos de estudos sociais no final do século XIX, a fim de penetrar no cotidiano social.

Em 1922, na encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*, o Papa Pio XI (1922-1939) expôs que a maior preocupação da Igreja estava no plano espiritual, porém, em caso de necessidade, interviria em assuntos terrenos para ajudar seus fiéis:

Porquanto, embora a Igreja, em virtude do mandato de Deus, tenha como objeto direto os bens espirituais e eternos, no entanto, pela relação e o encadeamento mútuo de todas as coisas, não é menor sua cooperação com a prosperidade, inclusive a temporal, dos indivíduos e da sociedade, e isso com uma eficácia tão assinalada que não poderia superá-la se a Igreja tivesse como fim exclusivo o desenvolvimento dessa propriedade temporal.

A Igreja não se atribui o direito de intervir sem razão na direção dos assuntos temporais e puramente políticos, mas Ela tem o direito de intervir quando procura evitar que o poder político use a política como pretexto, seja para restringir de qualquer maneira os bens superiores, dos quais depende a salvação eterna das almas; seja para prejudicar os interesses espirituais por meio de leis e decretos injustos, seja para atentar gravemente contra a constituição divina da Igreja, e seja, finalmente, para aviltar os direitos de Deus sobre o Estado. (PIO XI, 1922)

Segundo Carlos Verdete (2009), o prestígio internacional da instituição cresceu graças ao interesse do Papa Pio XI em relacionar-se com os Estados, numa tentativa de retomar a vocação de universalização da Igreja. Além disso, a assinatura de diversos tratados e concordatas após a Primeira Guerra Mundial contribuiu para resgatar sua autoridade moral.

Se os papas anteriores relutavam na separação da Igreja e Estado<sup>6</sup>, as ações de Pio XI demonstraram uma mudança de pensamento institucional com o objetivo de compreender seu novo papel nas relações entre Igreja, Estado e povo. Suas ideias também foram expressas na encíclica *Quadragesimo Anno*, em 1931, quarenta anos após a *Rerum Novarum*.

Nesse documento, o pontífice romano reiterou a importância das análises do Papa Leão XIII e fez uma releitura da situação social marcada pelas crises econômicas e sociais dos anos 30, principalmente sobre a ascensão dos regimes totalitários e o liberalismo. Ao denunciar o

---

<sup>5</sup> Cf. DE SOUZA, André Ricardo. As Mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 1, n. 13, p. 131-160, abr. 2014.

<sup>6</sup> Na encíclica *Vehementer Nos* de 1906, o Papa Pio X faz um duro parecer sobre a questão da separação entre Igreja e Estado: “Que o Estado deve ser separado da Igreja é uma tese absolutamente falsa, um erro muito pernicioso. Baseado no princípio de que o Estado não deve reconhecer nenhum culto religioso, ele é, em primeiro lugar, culpado de uma grande injustiça a Deus [...]”

despotismo econômico, coloca-o como a origem dos problemas vigente na sociedade da época, levando os Estados a entrarem em conflito devido ao jogo de interesses, diz ele:

[...]. Este despotismo torna-se intolerável naqueles que, tendo nas suas mãos o dinheiro, são também senhores absolutos do crédito e por isso dispõem do sangue de que vive toda a economia, e manipulam de tal maneira a alma da mesma, que não pode respirar sem sua licença. Este acumular de poderio e recursos, nota característica da economia actual, é consequência lógica da concorrência desenfreada, à qual só podem sobreviver os mais fortes, isto é, ordinariamente os mais violentos competidores e que menos sofrem de escrúpulos de consciência.

Por outra parte este mesmo acumular de poderio gera três espécies de luta pelo domínio : primeiro luta-se por alcançar o domínio económico; depois combate-se renhidamente por obter domínio no governo da nação, a fim de poder abusar do seu nome, forças e autoridade nas lutas económicas; enfim lutam os Estados entre si, empregando cada um deles a força e influência política para promover as vantagens económicas dos seus cidadãos, ou ao contrário empregando as forças e domínio económico para resolver as questões políticas, que surgem entre as nações. (PIO XI, 1934)

A *Quadragesimo Anno* constituiu um passo adiante em relação à *Rerum novarum* e retoma a questão do direito ao salário justo, à liberdade de associação, além da necessidade de participação do Estado em priorizar o princípio da subsidiariedade<sup>7</sup> nas relações com a sociedade civil. Desse modo, as associações sociais ganham força e, com o apoio dos membros do clero, os católicos leigos começaram a desempenhar papéis de lideranças nas diferentes organizações, sindicatos, partidos e instituições.

Sobre a participação dos leigos, a Igreja empenhou-se em estar com os católicos no mundo secular, a fim de penetrar nas diferentes instituições, uma vez que, por força divina, ela teria esse direito garantido. Há, portanto, uma necessidade em acompanhar os católicos nas diversas tarefas de suas ações políticas e sociais, como descreve Pio XI na *Quadragesimo Anno*.

A vós o merecido louvor e comvosco a todos esses valorosos colaboradores na mesma grande empresa, clérigos ou leigos, aos Nossos amados Filhos da Acção Católica, que Nós com tanto prazer vemos dedicarem-se generosamente conosco à solução dos problemas sociais, **na persuasão de que a Igreja por força da sua divina instituição tem o direito e o dever de se ocupar d'eles.** [...] A todos estes instantemente exortamos no Senhor, que não se poupem a nenhum trabalho, não se deixem vencer das dificuldades, mas cada vez cobrem maior ânimo e sejam fortes. É árdua efectivamente a empresa que lhes propomos: conhecemos muito bem, que de ambas as partes surgem inúmeros obstáculos, quer das classes superiores, quer das inferiores da sociedade. Não desanimem porém; a vida do cristão é uma contínua milícia; mas assinalar-se em empresas difíceis é próprio dos que, como bons soldados, mais de perto seguem a Cristo.

---

<sup>7</sup> “O Princípio da Subsidiariedade fundamenta-se na constatação de que Deus criou o homem com uma capacidade criativa e empreendedora tal que seria injusto limitar ou retirar do homem a sua liberdade de se valer de sua força de trabalho e cooperação. Desta forma, cabe ao Estado fazer apenas aquilo que as pessoas sozinhas ou em comunidade não são capazes de fazer por si próprias de modo eficiente e socialmente responsável. ” (RIBEIRO; CARVALHO; OREIRO. 2019, p.715)

A esses Nossos amados filhos, escolhidos para tão grande empresa, exortamos vivamente no Senhor, que se dêem todos ao cultivo dos homens a si confiados, e que no desempenho desse ofício eminentemente sacerdotal e apostólico usem como convêm da força da educação cristã, ensinando os jovens, fundando associações católicas, criando círculos, onde se cultive o estudo segundo os princípios da fé. (PIO XI, 1931, grifo nosso)

Contudo esta atuação dos leigos e sacerdotes gerou alguns problemas para a Igreja, uma vez que as relações entre mundo do trabalho e capital estavam cada vez mais em conflito. Na intenção de conciliação, o bispo de Lille, Dom Achille Liénard, ao realizar arbitragens entre patrão e operários, causou a fúria dos setores conservadores, sendo apelidado de Bispo Vermelho<sup>8</sup> e denunciado em Roma. A resposta de Pio XI para a situação foi de total apoio ao bispo francês, concedendo-lhe o título de cardeal. Este acontecimento deixou claro a intenção do Papa, que passaria a apoiar o clero, fornecendo uma espécie de segurança institucional contra perseguições internas (DANIEL-ROPS, 2006).

Apesar disso, a Igreja tinha pouca ou mesmo nenhuma influência juntos aos jovens operários, que viam o clero como aliado das classes dominantes. Nesse contexto, o padre belga Joseph Cardijn (1882-1967) formou em 1923 um movimento religioso que visava aproximar o catolicismo e os jovens trabalhadores, a chamada Juventude Operária Católica (JOC), apresentando-a como uma opção frente ao marxismo.

Segundo Raimundo Mattos (2009), no princípio, o movimento não era bem visto pela hierarquia eclesial. Porém, Pio XI prestou apoio ao padre Cardijn e, ao encontrar o sacerdote, avisou-lhe que o grande escândalo do seu tempo, enquanto pontífice, foi de que a Igreja havia perdido a classe operária. Portanto, com o apoio do Papa, a JOC virou um movimento oficial católico, difundindo-se por diversos países e propagando a pedagogia do “Ver, Julgar e Agir”, influenciados pelas correntes teológicas e de renovação eclesial proposta pelos padres Teilhard de Chardin, Henri de Lubac e Yves Congar.<sup>9</sup> Diante dessa realidade, outros grupos importantes também foram formados como a Liga Operária Feminina, Liga Operária Cristã, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica (DANIEL-ROPS, 2006).

Mas com tantos movimentos crescendo, o Pontífice Romano entendeu que era necessário controlar e reorganizar os grupos, a partir disso, o seu objetivo foi formar uma “união de forças católicas organizadas” (DE SOUZA, 2006, p.40). Nesse sentido, Pio XI

---

<sup>8</sup> Aconteceu a mesma coisa com os bispos brasileiros, principalmente os que eram contra a Ditadura Militar.

<sup>9</sup> Foram teólogos importantes no século XX, principalmente para o desenvolvimento do Concílio Vaticano II, ajudaram na elaboração dos documentos conciliares e da fundação da Revista Concilium, a fim de difundir as propostas pós-conciliares.

institucionaliza a Ação Católica, criada oficialmente em 23 de dezembro de 1922 na encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio*. A ideia era formar grupos organizados católicos com participação ativa na sociedade civil, uma vez que, “a Igreja não deseja, nem deve ela desejar, misturar-se sem justa causa na direção dos assuntos puramente civis” (PIO XI, 1922). Por outro lado, ela não pode permitir que o Estado crie leis injustas “para prejudicar os direitos de uma ordem superior ao do estado para violar os direitos do próprio Deus sobre a sociedade civil” (PIO XI, 1922).

Segundo Ney de Souza (2006), o rearranjo proposto pelo pontífice tinha como objetivo controlar a participação política desses grupos, atribuindo-lhes apenas uma vocação religiosa. O fato é que foi inevitável a participação política dos grupos da Ação Católica, gerando conflitos entre os grupos católicos com o Estado. Na Itália fascista, por exemplo, houve perseguição e as associações católicas foram dissolvidas, o que demonstrou a fragilidade da concordata proposta no Tratado de Latrão e estremecendo os laços entre a Igreja e o Fascismo<sup>10</sup>.

Diante desse problema, Pio XI publicou a *Non abbiamo Bisogno*, na qual o pontífice reiterava a importância da Ação Católica e que jamais seria um perigo para qualquer Estado, uma vez que estão sob a responsabilidade da hierarquia católica. Nessa bula, direcionada principalmente aos líderes do Partido Nacional Fascista, o Papa deixa mais evidente que o centro da Ação Católica é a participação religiosa, ou seja, não eram grupos políticos.

No mesmo ano, Pio XI enviou uma carta interna aos bispos italianos sob o título “Em defesa da Ação Católica”. O comunicado foi uma reiteração para que os bispos apoiassem os movimentos e as associações, admitindo a inevitável participação política dos membros da Ação. Disse o pontífice que “é igualmente certo que a Ação Católica não impede nem pode impedir quem se consagra a enfrentar a verdadeira e boa política de maneira cristã e católica, aquela que estuda e promove o bem da pátria: a Ação Católica prepara-a muito bem para vós” (PIO XI, 1931).

Seguindo a proposta do antecessor, o Papa Pio XII insistiu no comprometimento do laicato para assumir cargos importantes nos sindicatos, organizações e partidos, desde que não fossem comunistas ou socialistas (DANIEL-ROPS, 2006). Em 1950, ao enviar uma mensagem aos membros da Ação Católica em Portugal, citou diversas vezes as frases do Padre Antônio Vieira, para demonstrar uma aproximação com os portugueses, e alertou a todos para estarem

---

<sup>10</sup> O tratado é um ponto polêmico na História da Igreja. Segundo Giacomo Martina (2014, p.160), os católicos de esquerda e progressistas não tiveram uma boa recepção do tratado, afinal o acordo reafirmava um regime de privilégios para a Igreja e, com isso, a manutenção das suas estruturas de poder. Por outro lado, a linha tradicional via como um “livre exercício da religião e da pacífica convivência dos poderes”.

preparados para o agravamento dos problemas sociais e as crises econômicas. Disse o Papa aos portugueses:

Há ainda todos os problemas que envolve a chamada Questão social. Se hoje entre vós não se apresenta tão vasta e aguda, como noutras partes, apresentar-se-á tal Amanhã, à medida que se desenvolve a indústria. (PIO XII, 1950)

Ao mesmo tempo em que o bispo de Roma era consciente da importância e necessidade do trabalho da Ação Católica no mundo, segundo Giacomo Martina (2014), a falta de autonomia limitava a sua eficácia prática. Não obstante, a AC era um instrumento fundamental da Igreja naquela época. Tanto que no ano de 1953, o pontífice discursou aos membros da AC de todo o mundo e pediu para que propagassem um discurso em defesa da instituição católica:

Nas vossas fábricas, nos vossos escritórios, nas ruas, nos locais onde passais o ócio saudável ou o descanso necessário, encontrareis homens "que têm olhos para ver e não veem" (Ez 12, 2). Hoje, por exemplo, encontramos pobres convencidos de que a Igreja, que o Papa, quer a exploração do povo, quer miséria, quer - parece inimaginável - guerra! Os autores e propagadores dessas calúnias horrendas poderão escapar da justiça dos homens, mas não poderão escapar do julgamento de Deus. (PIO XII, 1953.)

O pontífice usou da sua autoridade espiritual para condenar aqueles que pregavam um discurso contra a imagem do Papa e, ao mesmo tempo, cobrava a fidelidade da Ação Católica, na qual deveria ser obediente e “observar uma disciplina estrita entre os vários graus das Associações” (PIO XII, 1953).

No curto pontificado de João XXIII, os esforços foram para organizar e realizar o Concílio Vaticano II, porém, é no seu papado que a Ação Católica adquire novas características no mundo. Segundo Ney de Souza (2006), nesse período inicia-se um modelo de pastoral mais próximo ao atual, que está ligado às ideias propostas pela Teologia da Libertação e inserção do clero junto à realidade social. Na terceira reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano, em 1959, o Pontífice Romano discursou sobre a responsabilidade do episcopado perante aos movimentos laicos e, também, “que os encontros solenes da Ação Católica e outros movimentos benéficos do apostolado dos leigos” (JOÃO XXIII, 1958) permitam traçar esperanças para o futuro da Igreja e da sociedade.

Diante do exposto, a Ação Católica foi um ponto importante para a reorganização eclesial, permitindo uma aproximação entre leigos e o clero, que passou a apoiar o protagonismo dos movimentos laicais e a sua expansão. Entre os planos estratégicos utilizados pela Igreja ao longo do século XX e pré-Vaticano II, a formação desses grupos, possivelmente,

foi a mais importante. Tanto que os crescimentos orgânicos destes movimentos permitiram a formação de outros grupos de atuação política não vinculados à Igreja.

### **1.3 O neotomismo como filosofia basilar do concílio**

Entende-se por neotomismo a influência manifestada pela filosofia de Santo Tomás de Aquino (1221-1274), que ganhou força na Europa durante o século XX. Propagou-se no Brasil entre as décadas de 1920 a 1960, era uma corrente que abria possibilidade de concatenar a fé e razão, modernidade e tradição, religião e ciência. Dessa forma, muitos pensadores católicos passaram a adotar essa corrente filosófica como pressuposto teórico para seus estudos e teses (SILVA, 2010). Era, portanto, “uma resposta pautada em uma visão de mundo católica, em uma ideia de modernidade que não apague a tradição” (SILVA, 2010, p.122).

O filósofo Jacques Maritain foi um dos teóricos neotomistas com maior destaque no mundo cristão, suas ideias ganharam espaços na estrutura eclesiológica católica, principalmente após a publicação do livro *Humanismo Integral*, em 1936. Difundidas pelos sacerdotes, adentraram nos seminários de formação para padres e também nos círculos intelectuais leigos. Para compreender melhor a proposta do filósofo francês, o historiador Danielle Menozzi, sintetiza o pensamento de Maritain:

A plena aceitação da autonomia do mundo moderno, livre pois da tutela clerical, não significaria o fim da cidade cristã, pois a condição para que fosse possível haver um convívio civil estava no fato de que o cristianismo era a fonte inspiradora das estruturas e instituições da sociedade. Competia, pois, ao laicato católico organizar-se em associações políticas, aliás, abertas também aos não-crentes que aceitassem seu programa para desenvolver no estado secularizado uma função social e política necessária para dar vida a esta “nova cristandade”, mais adequada às condições do presente. (MENOZZI, 1999, p.183)

Nesse contexto, na visão de Maritain, o cristianismo para essa nova cristandade não seria apenas um meio para alcançar a vida eterna, mas um elemento da vida social e política, portador de uma esperança no mundo temporal. São, portanto, ações concretas que permitiriam um pluralismo político e econômico, mas de forma comunitária, em detrimento do individualismo capitalista, que coloca o mundo em antagonismos (NASCIMENTO, 2005).

Na obra *Religião e Cultura*, Maritain insiste sobre a necessidade da Igreja libertar-se do mito de uma cristandade morta. Era preciso compreender o mundo moderno que estava em vigor e, portanto, os membros do clero precisavam visualizar que era imprescindível a participação da Igreja na sociedade e, assim, ocorrer uma ação com bases morais e espirituais (MENOZZI, 1999). Há, assim, uma ressignificação do discurso.

No Brasil, Alceu Amoroso Lima foi o principal divulgador das ideias do filósofo, traduziu uma de suas obras e o acompanhou durante sua vinda ao Brasil. Segundo o pesquisador Antônio Carlos Villaça (2006), foi por meio de Amoroso Lima que o pensamento de Maritain pôde exercer uma renovação cultural do catolicismo brasileiro.

Amoroso Lima, em uma de suas cartas enviada a sua filha logo após a morte de Pio XII, em 1958, expõe o receio de um início de perseguição e condenação dos escritos de Maritain, como pode ser observado no trecho a seguir:

Devo dizer que a perspectiva não me preocupa absolutamente. Talvez porque tenha praticado o que te disse, trancar o coração a sete chaves para não sentir demais a morte de Pio XII e as suas conseqüências. Confesso que, de vez em quando, há um ponto que me faz tremer: o destino dos livros de Maritain. Não duvido que haja algum decreto do Santo Ofício, que Pio XII pessoalmente tenha posto numa gaveta e que um papa da “Junta” se apressaria a publicar. (LIMA, 2015, p.71)

Outra figura bastante importante na difusão do neotomismo foi Dom Tomás Keller, que fazia do Mosteiro Beneditino do Rio de Janeiro um centro irradiador dessa nova linha filosófica, fundando no Brasil o Movimento Litúrgico. Também no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem* mudou a sua orientação, quando o Centro Dom Vital passou a ser influenciado pelas ideias de Maritain, publicando uma série de artigos sobre o filósofo (SOARES, 2014).

Ao redor do mundo, padres sem influência na Cúria Romana, ou até mesmo acusados de modernistas devido a estreita relação com o pensamento de Maritain, acabaram tornando-se padres conciliares e membros das comissões teológicas durante o Vaticano II, estando entre eles: Yves Congar, Edward Schillebeecks, Henri de Lubac, Hans Urs von Balthasar e Marie Dominique Chenu. Estes padres passaram do ostracismo ao protagonismo, tornando-se difusores do neotomismo e promotores de uma nova teologia, além de publicarem artigos e tornarem-se professores. Padre Chenu, por exemplo, foi docente em Sorbonne, na França. Estes sacerdotes também fundaram revistas teológicas, como a *Revista Teológica Internacional Concilium*, com o intuito de difundir a renovação eclesial do Concílio Vaticano II (SCHILLEBEECKS, 2022).

Neste sentido, é possível observar o crescimento e a difusão da corrente neotomista pelos quadros eclesiásticos e leigos. Esse pensamento constituiu a base da teologia do Vaticano II que, por consequência, permitiu a renovação eclesial. Isso foi possível apenas com a chegada

de João XXIII, quando esse grupo passou a ter força dentro da Cúria Romana, uma vez que Pio XII via essa linha teológica como uma ameaça.<sup>11</sup>

Por outro lado, vale ressaltar que, após o término do Concílio Vaticano II, iniciou-se uma disputa pelo seu significado e pela recepção dos documentos. Enquanto, na década de 1940 e 1950, o diálogo intelectual intenso favorecia o debate acadêmico, em 1970 as correntes começaram a se tornar antagônicas. Essa situação levou a uma ruptura entre os teólogos e o surgimento de uma outra corrente filosófica, os neoagostinianos, representada principalmente por Joseph Ratzinger, Henri de Lubac e Hans Urs von Balthasar, que romperam com os neotomistas e fundaram a Revista Teológica Internacional *Communio*.

#### **1.4 A reestruturação eclesial no Brasil**

A reestruturação eclesial no Brasil, pré-Vaticano II, teve pontos de inflexão importantes, como a formação do Centro Dom Vital, as Conferências Latino-americanas, a criação da CNBB, os Planos Pastorais de Ação e o aumento no quadro episcopal brasileiro por meio da fundação de novas circunscrições eclesiais (dioceses).

O historiador Odilão Moura, em seu livro *Ideias Católicas no Brasil*, propõe um estudo sobre as direções do pensamento católico no século XX e, para isso, divide o pensamento institucional em três períodos. O primeiro seria a definição doutrinária e de reação polêmica, começando no século XIX com a implantação da República; o segundo período é o aprofundamento doutrinário e de repercussão do pensamento católico na sociedade, que iniciou em 1921, com a chegada de Dom Sebastião Leme no Rio de Janeiro; o terceiro período é caracterizado pelo diálogo acomodatório e eclético, sob a égide do Vaticano II até os dias atuais. O autor completa que esses três períodos “devem ser situados e vistos com certa flexibilidade, pois muitos fatos e correntes de pensamento do período anterior enquadrar-se-iam melhor no posterior e muitos deste, no anterior” (MOURA, 1978, p.17-18).

Há também uma outra divisão adotada pelo pesquisador Scott Mainwaring, na qual sua baliza temporal são as relações entre Igreja e Estado. A ideia principal diz respeito à “capacidade da Igreja promover mudanças e desenvolver novos vínculos com a sociedade como um todo, inclusive com o sistema político” (MAINWARING, 2004, p. 21). Para isso, define três períodos: o primeiro é a Igreja da neocristandade (1916-1955), o segundo é a Igreja

---

<sup>11</sup> Pio XII publicou uma encíclica chamada *Humani Generis*. O texto aborda as perigosas opiniões que ameaçam a doutrina católica. A partir disso, muitos sacerdotes precisaram ponderar as suas exposições teológicas e deixar de lecionar nos seminários.

reformista (1955-1964) e o último, a esquerda católica (1958-1964). Diante desses períodos, o autor faz uma análise que inicia pela formação do Centro Dom Vital, a Ação Católica Brasileira, o surgimento e desenvolvimento da Igreja popular até o seu declínio.

Por fim, Riolando Azzi faz uma divisão em dois grupos, sendo o primeiro a Igreja-Sociedade Hierárquica (1840-1960). Segundo o autor, nesta época, a Igreja passou por um processo de romanização que envolveu algumas etapas, como a rigidez com o clero, o afastamento das práticas populares de religião, a reorganização eclesiástica e a restauração católica, na qual os leigos passam a representar a hierarquia da Igreja nas instituições políticas e sociais. O segundo período proposto foi a Igreja do Povo de Deus (1960 em diante), com mudanças significativas partir do Concílio Vaticano II, que representou uma quebra com a concepção tridentina de Igreja como sociedade hierárquica e, dessa forma, abriu-se para uma Igreja popular, movimento que permanece até hoje (AZZI, 1981).

Para esta pesquisa, utilizaremos por base a concepção de Igreja-Sociedade Hierárquica e a reorganização eclesial no século XX de Azzi, além do conceito de Igreja da Neocristandade de Mainwaring.

O historiador Henrique Cristiano José Matos pontua que o modelo tridentino-romano foi introduzido no Brasil a força e sob ameaça até a década de 1930, sendo o único quadro referencial para ser verdadeiramente católico. A imposição de uma espiritualidade de caráter defensivo, centralizada no clero e nos sacramentos, trouxe como consequência a marginalização das festas populares e espiritualidade própria do povo católico. Dessa forma, perdeu-se dentro da Igreja Católica no Brasil a chance de aproximar a Igreja do povo, de modo a conquistar a autoadoção, abertura ao outro, sobretudo àqueles que sofrem (MATOS, 1990).

Contudo, Azzi e José Matos compreendem que, entre o ano de 1922 e 1930, formou-se o marco inicial de uma nova etapa do catolicismo, que abriu possibilidades para um rompimento lento do modelo eclesiológico de sociedade perfeita. O período é significativo, pois, houve a fundação do PCB, a Semana de Arte Moderna, o tenentismo, o Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro que, por sua vez, tomou dimensão nacional no bispado de Dom Sebastião Leme (1882-1942). Além disso, houve um movimento de reação católica ou restauração da fé católica, formado por intelectuais católicos, principalmente leigos, que fundaram o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*<sup>12</sup>, na tentativa de difundir suas concepções de catolicismo (AZZI, 2008).

---

<sup>12</sup> Revista que aspirava ter uma posição de destaque com publicações focadas na doutrina da Igreja Católica. Não representava a Igreja como órgão oficial, mas apresentava-se como uma revista “verdadeiramente católica”. Defendiam a ordem, obediência à autoridade e justiça, a partir dos princípios católicos. Cf. MATOS, Henrique Cristiano José. Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Editora O Lutador, 1990.

Foi a partir desse grupo que surgiu a Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, tendo como colaborador principal e primeiro presidente o intelectual Alceu Amoroso Lima (SOUZA, 2006). Em 27 de outubro desse mesmo ano, o papa Pio XI enviou uma carta aos bispos e arcebispos do Brasil, relatando que a ACB poderia auxiliar no apostolado católico, uma vez que, a falta de sacerdotes dificultava tal empreendimento, querendo, portanto,

[...] mais uma vez, o quanto contamos com a colaboração que os leigos podem dar aos eclesiásticos não só para defender a verdade e a vida cristã das muitas armadilhas que a ameaçam, mas também para se tornar, sob a orientação dos seus Pastores, excelente ajuda para um progresso religioso e civil cada vez maior. (PIO XI, 1935)

Preocupado com a dimensão civil e de organização da ACB, Pio XI propôs que os bispos brasileiros não permitissem a criação de outros grupos semelhantes à Ação Católica. O motivo foi o receio de um conflito interno entre os grupos, tendo como exemplo a experiência europeia. Segundo o Pontífice Romano, caso isso ocorresse, as associações poderiam “ser completamente eliminadas pelo dano que causariam ao se dispersar e fragmentar e às vezes colocar as forças católicas em colisão umas com as outras” (PIO XI, 1935). Portanto, todos os movimentos que surgiram dentro da Igreja estavam sob a égide da Ação Católica, que pode ser dividida em dois momentos históricos: a Ação Católica Geral (de 1932 a 1950) e a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960) (SOUZA, 2006).

Consciente do poder de organização do laicato católico, a Igreja colocou-o a serviço do governo Vargas em troca de um discurso mais eficaz contra o comunismo. Nesse sentido, caberia ao governo uma atitude mais enérgica de repressão, enquanto a ACB colaboraria para a paz e pelo progresso nacional. Porém, o presidente da organização, Alceu Amoroso Lima, passou a aproximar-se das ideias do filósofo Jacques Maritan e, assim, passou a adotar um discurso apaziguador. Diz Lima (1973, p. 153) “que com o correr do tempo, na direção da Ação Católica, fui cada vez mais me afastando da minha posição direitista anterior [...] fui gradativamente caminhando em direção de um catolicismo aberto, democrático e reformista”.

Como analisado no item anterior, antes da Segunda Guerra Mundial, a Igreja no ocidente esteve próxima aos governos autoritários. No Brasil, entre 1930 e 1945, ela esteve ligada ao governo Vargas e o clima era de respeito mútuo e colaboração entre o poder civil e eclesiástico. Ainda no Estado Novo, de 02 a 20 de julho de 1939, aconteceu no Rio de Janeiro o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, que representou o início de uma união dos bispos do Brasil. Dentre as aspirações e propostas realizadas pelos bispos, estava a organização, expansão e o andamento das atividades da ACB (LIMA, 1973).

Após o fim do Estado Novo e a abertura política em 1946, a Igreja voltou a insistir que a atuação política dos católicos militantes deveria estar sob égide da Ação Católica, a partir da Liga Eleitoral Católica. Nesse período, a Igreja do Brasil colocava suas esperanças na participação política por meio dos leigos na ACB, relata Riolando Azzi, em um trecho da carta que a hierarquia católica enviou para a Sétima Semana Nacional da Ação Católica,

Um problema que se tem colocado com frequência é a presença dos militares da Ação Católica nos diversos campos da ação oferecidos pela vida moderna, especialmente no campo da política. É urgente a necessidade dessa presença. A abertura para o social é certamente uma dimensão justa e essencial da formação do militante. Mas é importante conservar estas preocupações em justo equilíbrio com as outras tarefas devem ocupar o militante (apud AZZI, 2008, p. 256)

Nascida dentro da ACB, a Juventude Operária Católica (JUC) também ganhou expressão e, conseqüentemente, maior participação política, com seus membros ocupando a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Seus quadros poderiam ingressar livremente em partidos políticos, desde que não contrariassem o ensinamento da Igreja e, por isso, ficou vetada a participação de integralistas e comunistas na JUC. Segundo Azzi (2008, p.258) “de 1947 a 1949, a vice-presidência da UNE foi ocupada por membros da JUC, sendo um deles Célio Borja. A linha mestra de ação continuava sendo a recristianização da sociedade brasileira”

Desse modo, a Ação Católica diminuiu a sua ação social e passou a ter maior ação política. Por outro lado, causou preocupação por parte dos bispos, uma vez que, dentro das dioceses os conflitos aumentaram, tendo em vista que os membros da ACB eram enérgicos em seus discursos perante a hierarquia eclesiástica, como afirmou o arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em carta a Dom Jaime de Barros Câmara, presidente da ACB:

De alguns Srs. Bispos, na intimidade, tenho ouvido expressões como estas: "...enquanto nosso Apostolado da Oração, nossas Congregações Marianas, os Cruzadinhos..., trabalham e nos defendem, essas mocinhas discutem definições, criticam nossos altares, ridicularizam nosso ministério, porque as crianças não dialogam o Santo Sacrifício da Missa." (OLIVEIRA, 1954, p. 14)

O arcebispo também relata a preocupação com o fraco engajamento da ACB nas cidades ou dioceses menores e com o abandono da fé católica por parte de seus dirigentes. Relata Dom Helvécio que

tem havido restrições, silêncios eloquentes, recuos, diz-se até que derrotas tristes em algumas Dioceses, nas quais a A.C., nascida em vibrantes Pastorais e telegramas, para logo enferrou e morreu, voltando tudo à velha rotina.

Em outras, o fracasso foi doloroso, tendo a Igreja que lamentar mais de um Ortiz, Rhodens e Lauros, Presidentes que despiram a batina, Diretoras que se amasiaram com comunistas em evidência, o caso ultimíssimo dos Padres Operários (OLIVEIRA, 1954, p. 15).

Segundo o historiador Scott Mainwaring, o quadro episcopal que se encaixava Dom Helvécio, Dom Jaime e tantos outros membros da organização eclesiástica no Brasil pode ser chamado de “modernizadores conservadores”. Na sua definição, esses bispos preocupavam-se com a secularização e ameaça do comunismo, porém possuíam abertura para o mundo moderno e, por esse motivo, aceitavam os grupos mais progressistas, como a JUC, LEC, JOC, mas sempre com ressalvas. Também havia o núcleo “reformista”, que começou a ser liderado por Dom Helder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, cujos discursos eram focados na luta pela mudança social (MAINWARING, 2004, p.57).

A partir da década de 1960, a Igreja começou a se dividir ideologicamente, tendo a linha conservadora liderada Dom Jaime e a progressista com Dom Hélder. Por parte do laicato, muitos católicos de esquerda abandonaram a ACB e formaram a Ação Popular (AP). Os dissidentes possuíam propostas semelhantes ao grupo anterior, mas sem vínculo com a hierarquia católica e, assim, ganhavam maior liberdade para militar em prol de uma esquerda livre. Enquanto isso, a JUC aliou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), causando mais conflitos e divisões entre os membros do clero. À direita, Plínio Corrêa de Oliveira fundou a Tradição, Família e Propriedade (TFP), inspirada na AC da década de 1930, com a proposta de realizar uma cruzada anticomunista, já que era adepto a uma visão ultramontana do catolicismo brasileiro (SOUZA, 2006).

Mesmo com as propostas de uma nova Igreja após o Concílio Vaticano II, a ACB foi sendo esvaziada, principalmente após o golpe cívico-militar de 1964, seus quadros passaram um ter controle direto dos bispos nas dioceses e dos párocos, o que refletiu na diminuição da autonomia dos grupos. Com a derrocada da ACB, outros grupos tomaram o protagonismo da organização do laicato católico, como a Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base (SOUZA, 2006).

#### **1.4.1 A formação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**

Antes da formação da CBBB, não existia uma estrutura organizada e estável de bispos, e cada um preocupava-se com a sua própria circunscrição. Quando havia necessidade de uma fala em conjunto, eram emitidas cartas pastorais coletivas.

Assim, a fundação da CNBB constituiu um importante acontecimento para o catolicismo no Brasil. Dom Helder Câmara teve um papel crucial para que esse projeto se concretizasse, pois o bispo acreditava que havia uma necessidade de um secretariado, uma conferência, que ajudasse os bispos a resolverem os seus problemas em um país tão extenso e de realidades complementemente distintas como o Brasil (AZZI, 2008).

Com autorização da Cúria Romana, de 14 a 18 de outubro de 1952, houve uma reunião com os arcebispos brasileiros para a criação da conferência. A primeira reunião ordinária da CNBB ocorreu no período de 17 a 20 de agosto de 1953. As propostas de estudo eram o estatuto da Ação Católica, atividades dos leigos, o crescimento do espiritismo no país e a reforma agrária (AZZI, 2008).

A participação de Dom Helder, o bispo do povo, foi respaldada por um número significativo de leigos. Por meio de seus discursos, os bispos foram progressivamente compreendendo a complexa realidade brasileira e a importância do trabalho social fora dos muros das igrejas.

Apesar da dificuldade em conciliar os diversos interesses dos bispos, a CNBB criou o Plano de Emergência para a Igreja do Brasil em 1962 (MAINWARING, 2004). Nele, os membros assumem que há um grande levante de bispos que lutam contra o comunismo, mas não enxergam os problemas do liberalismo econômico:

Somos solícitos no combate ao Comunismo, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos ver a ditadura do Estado marxista, mas nem sempre sentimos a ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização. (CNBB, 1963)

Com o advento do Concílio Vaticano II, a CNBB ganhou ainda mais protagonismo. Uma série de cartas e decretos foram emitidos para normatizar ou esclarecer os documentos promulgados, como as reformas litúrgicas, organização dos seminários e da estrutura burocrática eclesial. Além disso, a instituição ajudou para que houvesse melhor coleta de dados sobre a Igreja no Brasil, como o número de religiosos, leigos, paróquias etc. Isto permitiu a elaboração de outro documento, o Plano Pastoral de Conjunto, de 1965, mais alinhado ao espírito conciliar, cuja proposta passa por seis linhas de Ação Pastoral:

1. As diretrizes contêm os objetivos, princípios e opções fundamentais que devem orientar a ação da Igreja no Brasil, nos próximos 5 anos. Estas diretrizes prevêm seis grandes linhas de trabalho: - Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica. - Promover a ação missionária. - Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica. - Promover a ação litúrgica. -

Promover a ação ecumênica. - Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus. (CNBB, 2004, p. 11)

As propostas dos planos, para o historiador Scott Mainwaring, representava um rompimento com a concepção de Igreja da neocristandade, “reivindicando muitas inovações, inclusive maior planejamento e coordenação pastorais, um papel mais ativo para o laicato, um sentido de comunidade mais forte, práticas episcopais menos autoritárias” (MAINWARING, 2004, p.69). Todavia, o pesquisador Riolando Azzi (2008, p.672) possui outra opinião. Segundo ele, “apesar dos novos rumos, permanecia subjacente uma mentalidade de neocristandade” e os bispos que acreditavam e eram comprometidos com a renovação pastoral não possuíam, na época, características que os fizessem assumir posições mais radicais.

Por outro lado, a criação da CNBB e o seu fortalecimento enquanto um órgão consultivo católico ofereceu as condições favoráveis para que diversos setores pudessem avançar, principalmente em direção às classes populares e, também, para que a Igreja na América Latina pudesse ter mais voz e presença nos assuntos da Cúria Romana.

### **1.5 O *aggiornamento* como categoria teológica**

A palavra “aggiornamento” foi proferida pelo Papa João XXIII em seu pronunciamento de convocação do Concílio. O pontífice conclamava a Igreja para um “verdadeiro *aggiornamento*”, que, em tradução literal para o português, seria o equivalente ao termo “atualização”. Porém, com o avanço dos estudos sobre o Concílio Vaticano II, a palavra em italiano acabou virando um conceito ou uma categoria teológica (MORI, 2012). Desde então, o *aggiornamento* fez parte de uma série de mudanças na vida eclesial pós-conciliar, traçando uma etapa na história da Igreja Católica.

O Sumo Pontífice não concebeu o Vaticano II como um concílio restaurador e sim como concílio de atualização. Todavia, segundo Álvaro Barreiro, há uma tendência por parte dos pesquisadores em compreender essas mudanças como uma mera modernização das estruturas da Igreja, contudo, João XXIII via o concílio como uma possibilidade de mudança espiritual que seria, portanto, “a santificação da Igreja para cada situação existencial e histórica” (BARREIRO, 1974, p. 28). O papa italiano compreendia o *aggiornamento* como um processo de mudança espiritual e

[...] esperava como fruto do Concílio uma irradiação mais intensa no mundo, da luz de Cristo através da Igreja: esperava um crescimento de suas riquezas e energias espirituais. Mas estava igualmente convencido de que era necessária uma profunda

renovação, um “por em dia” suas estruturas, sua disciplina, sua doutrina, como condição necessária para que a mensagem de salvação que ela tem que anunciar possa ser ouvida e obedecida pelos homens de hoje. Entendido neste sentido e nesta profundidade, o *aggiornamento* é uma necessidade pastoral permanente. (BARREIRO, 1974, p. 29-30)

Barreiro ainda aborda a gênese da ideia do *aggiornamento* baseando-se no estudo de F. M. William, que examinou cerca de 8 mil páginas dos escritos de João XXIII. O pesquisador procurou compreender a concepção de atualização de Igreja do Pontífice Romano, ao investigar a vida pregressa do papa, para o pesquisador, há três formulações sobre a ideia de *aggiornamento*. A primeira trata do tempo, a datação da Igreja e a compreensão do mundo em que ela está inserida; a segunda seria o cuidado e a preocupação com a fé nos dias atuais; a última é a necessidade de uma resposta da instituição para o tempo presente.

Em suma, para o pontífice, no *aggiornamento* eclesial, dentre seus diversos fatores, há um centro: a contemporaneidade da Igreja. Essa visão é importante, pois demonstra que a instituição católica precisaria agir de acordo com a sua época e, portanto, não poderia apegar-se a um passado glorioso e que não existe mais. Para João XXIII, era necessário ser uma igreja do presente e dialogar com ele. Sobre o assunto, João Batista Libâneo completa que

[..] o termo usado pelo papa João XXIII se explica pela mudança do sujeito social. Este pôs outras questões, exigências, e obrigou a Igreja a mergulhar nas fontes da Escritura e de sua Tradição com T maiúsculo. Aí ela hauriu inspiração e a substância primeira de sua fé para que, uma vez inserida e em comunhão real com os homens e mulheres de hoje, lhas transmitisse. (LIBANIO, 2005, p. 75)

Para o pesquisador Henrique Cristiano José Matos, o *aggiornamento* representa um novo paradigma para a Igreja Católica, é o momento de escuta, de ir ao encontro, abrir-se às justas “exigências do mundo de hoje em suas profundas mudanças de estruturas, de modos de ser, inserindo-se nele para ajudá-lo, sempre com respeito à sua autonomia relativa, num espírito de doação, de caridade total” (MATOS, 2013, p.54).

Segundo o teólogo Geraldo de Mori, ao recorrer ao termo *aggiornamento*, João XXIII rejeita a separação entre a fé cristã e a cultura ocidental, e abre-se ao diálogo com o novo. O gênero literário proposto por ele, que busca convencer e não condenar, foi uma prova de esforço para contagiar a maioria dos padres conciliares. Na verdade, o que está dentro deste conceito são as redescobertas teológicas do século XX, marcadas por uma nova postura entre presente e futuro (MATOS, 2013).

O teólogo Christoph Theobald, por sua vez, trata dessa categoria de forma mais profunda, pois, para ele, “uma atenção especial deve ser prestada ao estilo e às formas literárias

nos quais o ensinamento do Concílio é expresso” (THEOBALD, 2012, p. 217), pois a ideia de Igreja e *aggiornamento* carrega nela mesma uma complexidade entre Igreja e tradição, Igreja e cultura e Igreja e mundo moderno.

Por fim, como foi possível observar, há uma coesão entre os pesquisadores no que tange os significados do *aggiornamento* para a Igreja Católica. Nesse sentido, compreender esse conceito é importante, uma vez que representa múltiplos sentidos. No seu centro está a mudança eclesial, ou seja, uma Igreja que precisa mudar interior e, como consequência, mudará o exterior.

## 1.6 O Concílio Vaticano II e suas fases

O Concílio Ecumênico consiste em uma assembleia dos Bispos da Igreja Católica e de outros Prelados (em sua maioria oriental), que são convocados sob autoridade papal a fim de estudarem e discutirem questões doutrinárias e disciplinares que interessam para a vida da Igreja (KLOPPENBURG, 1962). O termo ecumênico provém do caráter universalista da Igreja, nesse sentido, as decisões tomadas em Concílios precisam ser acatadas pela hierarquia eclesiástica.

O anúncio do novo Concílio aconteceu formalmente no dia 25 de janeiro de 1959, três meses após a sua eleição, quando o Papa João XXIII discursou a 17 cardeais sobre o seu plano para a Igreja:

Pronunciamos diante de vós, certamente tremendo e com um pouco de emoção, mas juntamente com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta da dupla celebração: de um Sínodo diocesano para a Urbe, e de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal. (JOÃO XXIII, 1959)

A alocução do Pontífice Romano pegou a Igreja no mundo de surpresa, pois, vale ressaltar, que o pontificado de João XXIII era incerto, sua idade de 77 anos era avançada para um papa, sua era saúde prejudicada, além de circular nos meios católicos a ideia de que seria impossível superar o papado de Pio XII. Em depoimento sobre esse período, o frei Henrique Cristiano José Matos comentou:

Lembro-me vivamente da nossa grande decepção quando o Cardeal decano do Sacro Colégio anunciou, na sacada da Basílica de São Pedro, o nome de Ângelo Roncalli [...]. Aos nossos olhos, era um prelado idoso de quem pouco se poderia esperar em termos de renovação. Os recortes de jornais e revistas que seleccionei na época refletem a mesma ideia. [...]. Aliás, para nós, jovens candidatos a Vida Religiosa, o Papa Pacelli representava a encarnação do papado em toda sua magnificência e superioridade. (MATOS, 2013, p.37-38).

Alceu Amoroso Lima tinha um pensamento semelhante, encarava o Papa como uma incerteza, mas com esperança, uma vez que não estava alinhado à linha mais tradicional. Em carta, escreveu que,

Como não era possível eleger logo o verdadeiro sucessor de Pio XII e a maioria tinha a cabeça no lugar e não aceitaria o candidato da Junta, a solução tinha que ser conciliatória: Um homem bonachão, medíocre (será mesmo?), gordo, paternal, hábil, moderado, bem pastoral e que não terá a menor pretensão de suceder a Pio XII, mas, sim, a de marcar o lugar para o seu verdadeiro sucessor. Enquanto isso, poderá fazer um grande bem a todos nós e à Igreja, com a sua bondade pastoral, sua simplicidade, seu jeitão de vigário de aldeia, seu modo tão simpático: *obœdientia et pax*.(LIMA, 2015, p.75-76).

O termo *Junta* utilizado por Amoroso Lima era para ironizar os ultraconservadores (cardeal Ottaviani, Ruffini, Siri entre outros) que, na visão dele, pretendiam colocar um papa de transição enquanto não havia um consenso entre os cardeais para um “verdadeiro” sucessor de Pio XII.

Apesar do cargo cardinalício, Ângelo Rocalli estava longe do ambiente da Cúria Romana, por isso, acreditava-se que ele seria um papa de transição. Na visão do historiador eclesiástico, Giacomo Martina, essa decisão histórica foi totalmente pessoal, tendo consciência de “se valer da plenitude de seus poderes de chefe da Igreja”(MARTINA, 2014, p.278), que estava acomodada e imóvel perante aos problemas de um mundo dividido em dois blocos.<sup>13</sup>

Para João XXIII, o objetivo era limpar a atmosfera de desconfiança, mal-entendidos e romper com a falta de diálogo entre as diferentes igrejas cristãs que vigorava durante séculos. Por isso, a maior contribuição que a Igreja poderia oferecer era o Concílio e, assim, a partir dele, poderia ocorrer o *aggiornamento*, que significava uma nova fase na história da Igreja Católica (SANTOS, 2015).

### **1.6.1 Fase antepreparatória e preparatória**

Passado o anúncio, chegou o momento da fase antepreparatória do Concílio, que ocorreu de maio de 1959 a junho de 1960. Uma comissão foi incumbida de consultar todo o episcopado católico em todas as nações do mundo, coletando seus conselhos e sugestões para serem pautadas no Concílio. Também foram consultados dicastérios<sup>14</sup> da Cúria Romana, Faculdades

---

<sup>13</sup> Segundo os historiadores da Igreja contemporânea como Martina, Alberigo, Menozzi, Faggioli, a Guerra Fria exigia um posicionamento da Igreja e mais um motivo para realização de um Concílio.

<sup>14</sup> Pode-se compreender os dicastérios como departamentos de governo dentro da Igreja, por exemplo, o Santo Ofício, que cuida da doutrina, dos ritos; o Oriental, que cuida das igrejas do oriente; os Sacramentos, que cuida da

de Teologia e Direito Canônico, Universidades Católicas, superiores de Ordens e Congregações Religiosas. Além disso, grupos, comissões e secretariados foram sendo formados para assumir os preparativos e debates no Concílio (BEOZZO, 2001).

Foram enviadas de Roma mais de 2.812 cartas de consulta, retornando apenas 2.150, as quais foram compiladas em oito volumes. As respostas dos bispos brasileiros estão na *Pars VII*, juntos com todo o Continente Americano e Oceania<sup>15</sup>. Na visão de José Oscar Beozzo, a demora nas respostas ocorreu devido ao acontecimento ser uma grande novidade para os bispos: Roma estava solicitando suas opiniões, algo muito raro. Outro entrave foi a necessidade de escrever em latim, que, fora dos estudos eclesiásticos e da liturgia, estava em completo desuso. Dentre os 167 bispos ou preladados brasileiros, apenas 132 responderam, alguns em latim, outros em italiano e até em português (BEOZZO, 2001, p. 70-72).

Apesar da vontade da Cúria em ouvir os bispos brasileiros, muitos não compreendiam importância do concílio para a Igreja. Em um levantamento feito por Beozzo, as cartas muitas vezes tratavam de ajustes disciplinares, diminuição do teor alcoólico no vinho, venda dos bens eclesiásticos, autonomia do bispo etc. Nas palavras do historiador,

O Concílio virou o momento de a periferia da igreja, ocupada no dia a dia da pastoral, queixar-se de tudo aquilo que não funcionava na prática [...]. Se de um lado, as petições revelam a pequenez de horizonte em que se moviam alguns preladados, de outro, mostram a menoridade em que o sistema romano matinha os bispos e os desvios e empecilhos de um centralismo que entrava a pastoral e a vida cotidiana da igreja. (BEOZZO, 2001, p.72-73)

Mesmo com a formação das conferências episcopais, um concílio exige outra postura do bispado católico. Assim, a maioria dos padres conciliares foram ao Vaticano simplesmente porque João XXIII os havia convocado, uma vez que, não estavam acostumados a serem protagonistas das decisões da Igreja, algo necessário para a realização desse evento.

Por fim, após análise das cartas, a comissão conciliar elaborou 54 temas, divididos em 11 grupos e, a partir disso, pode-se iniciar fase preparatória, que ocorreu em junho de 1960 a julho de 1962. Para formar as 10 comissões<sup>16</sup>, foram escolhidos padres peritos ou especialistas,

---

administração e validade dos sacramentos; entre outros. Após o Concílio Vaticano II houve nomeações, o Santo Ofício virou a Congregação para Doutrina da Fé, alguns foram extintos e outros criados, atualmente são 57 dicastérios. Cf. <https://www.vatican.va/content/romancuria/pt.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

<sup>15</sup> As sugestões de Dom Delfim foram analisadas no capítulo 3.

<sup>16</sup> Comissão Teológica; Comissão dos Bispos; Comissão dos Religiosos; Comissão da disciplina dos Sacramentos; Comissão da Sagrada Liturgia; Comissão dos Estudos e dos Seminários; Comissão da Igreja Oriental; Comissão das Missões; Comissão do Apostolado dos leigos, para todas as questões que dizem respeito à ação católica, religiosa e social. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. Concílio Vaticano II. Petrópolis: Editora Vozes, Vol 2, 1963, p. 54-57.

ligados à academia, em sua maioria professores, que foram designados segundo as suas especialidades. Um problema na fase de preparação foi a visão demasiadamente eurocêntrica, com 75% dos membros europeus (KLOPPENBURG, 1963, p.52).

A organização era complexa, pois o Concílio tentou abarcar o máximo de temas possíveis dentro das comissões, como demonstrado pelo frei Kloppenburg em uma crônica sobre sua participação no concílio como membro da “terceira subcomissão”, ficou responsável por elaborar esquemas sobre a razão, verdade de fé, revelação, doutrina, ordem natural, monegismo, pecado original, crianças que morrem sem batismo, redenção, espiritismo, existência de Deus, criação e evolução, além dos dogmas e progresso da doutrina católica. No total foram produzidos 70 esquemas que ocupavam 2060 páginas, com, nas palavras do frei, “questões delicadíssimas, nada fáceis, atuais e bastante numerosas. No passado teria sido matéria suficiente para um Concílio Ecumênico” (KLOPPENBURG, 1963, p.158).

### **1.6.2 As sessões conciliares**

Após as realizações dos trabalhos pré-conciliares, em 11 de outubro de 1962, aconteceu a abertura solene do Concílio Vaticano II. Para estas primeiras sessões, foram convocados 2778 padres conciliares, entre eles: 87 Cardeais e Patriarcas, 1619 Arcebispos e Bispos, 975 Bispos auxiliares e 97 não Bispos, isto é, Abades e Superiores Gerais. (ALTEMEYER JR, 2019).

A primeira comitiva brasileira seguiu para Roma no dia 9 de outubro de 1962, em avião fretado pelo Governo Federal, a pedido do vice-presidente João Goulart. Era constituída por 112 membros, entre Bispos e Arcebispos, contando com a presença de Dom Delfim Ribeiro Guedes, Bispo da recente diocese de São João del-Rei, criada em 1960.

A Primeira Sessão foi realizada entre 11 de outubro e 08 de dezembro de 1962. Os Bispos brasileiros que chegaram à Roma ficavam hospedados na casa *Domus Mariae*, local providenciado pela CNBB e que funcionava como sede da Ação Católica Feminina Italiana. Segundo o historiador Sergio Coutinho, a *Domus Mariae* foi mais que um local de trabalho, tornou-se um espaço familiar, os bispos comemoravam aniversários, celebravam missas pela morte de confrades e parentes, reclamavam do barulho no quarto do colega, liam jornais e até sumiam para passeios. Dessa forma, criou-se um rico tecido de relações humanas. O pesquisador relata ainda que uma das atividades organizadas de modo informal por Dom Helder junto com os outros bispos,

[...] ultrapassou, na sua repercussão, os muros da casa; chamou a atenção da imprensa, incomodou alguns dos dicastérios da Cúria Romana, notadamente a Congregação dos

Religiosos, sob a presidência do Cardeal Ildebrando Antoniutti e a Congregação dos Seminários e Universidades, dirigida pelo Cardeal Giuseppe Pizzardo. Provocou ainda um esclarecimento, quase uma advertência, na Aula Conciliar, por parte de Mons. Pericle Felici, Secretário Geral do Concílio. Trata-se das chamadas “Conferências da Domus Mariae” (SANTOS, 2015 p.128)

O receio da Cúria Romana se dava devido ao sigilo sobre o que ocorria no concílio. Na época, circulavam nos jornais notícias sobre mudanças que nunca foram pautadas ou informações desencontradas, criando um ambiente de incerteza para quem estava fora do concílio.

Além disso, queria ser evitado o mal-estar pelo inevitável choque entre o grupo que deseja novos rumos, numa linha pastoral, e aqueles que optavam pela continuidade do modelo eclesial que estava em vigor. O professor José Comblin, em seu artigo “O Vaticano II cinquenta anos depois”, comenta que

As comissões preparatórias do Concílio eram claramente conservadoras, e, por isso, no dia da abertura do Concílio, as perspectivas dos teólogos e peritos trazidos pelos bispos mais conscientes eram bastante pessimistas. Porém, o discurso de abertura de João XXIII rompeu decididamente com a tradição dos Papas anteriores. João XXIII anunciou que o Concílio não se encontrava reunido para fazer novas condenações de heresias, como era de praxe. Disse que se tratava de apresentar ao mundo uma outra imagem de Igreja, imagem que a tornaria mais compreensível aos contemporâneos. A maioria dos bispos não entendeu nada e pensou que o Papa não tinha dito nada, porque não tinha mencionado nenhuma heresia. Para o Papa, não se tratava de aumentar o número de dogmas, mas de falar ao mundo moderno de tal modo que ele pudesse entender. Uma minoria entendeu a mensagem e percebeu que teria o apoio do Papa em sua luta contra a Cúria. (COMBLIN, 2011, p.630)

Segundo Comblin, a Cúria tinha meios para anular o Concílio. Bastava entregar os documentos, elaborados pelas comissões preparatórias, e convencer os bispos de que seria mais prático aceitar os esquemas e as listas que estavam preparadas, votando sim e não, assim o Concílio terminaria em algumas semanas e nada mudaria. Além disso, os membros que participariam das comissões durante Concílio também já estavam nomeados pela Cúria, e caberia apenas organizar os conservadores entre as comissões. Porém, Dom Helder Câmara e Dom Manuel Larraín perceberam o que estava acontecendo, protestaram e pediram que o próprio colegiado nomeasse os membros das comissões, proposta que foi aceita pela maioria. Dessa forma, como consequência, os novos membros das comissões rejeitaram todos os documentos elaborados na preparação do Concílio (COMBLIN, 2011).

Os debates da primeira sessão foram em torno da reforma litúrgica, cujo esquema tinha como proposta a participação ativa dos fiéis na liturgia, introdução das línguas vernáculas, reforma dos livros litúrgicos, e reintrodução da distribuição da comunhão sob as duas espécies

(pão e vinho). Após o fim da primeira sessão, frei Kloppenburg, em sua crônica, comentou que para ele o primeiro encontro dos bispos em Roma teve um resultado muito positivo, foi a “superação de uma mentalidade que poderíamos qualificar como pós-tridentina: jurídica, apologética e unilateralmente antirreformista” (KLOPPENBURG, 1963, p.266). Isso representava uma vitória para os reformadores, que apesar das limitações, fizeram o possível para dialogar com outros bispos e chegar a um denominador comum.

Em espírito conciliar, na data de 11 de abril de 1963, João XXIII divulgou a encíclica *Pacem in terris*, endereçada não apenas aos bispos e aos fiéis, mas a todos os indivíduos. O documento resume os direitos fundamentais do homem, dos grupos sociais, a solidariedade entre as nações. Enquanto seus antecessores condenava os acordos entre católicos e socialistas e comunistas, o Papa entra na questão da colaboração entre as forças católicas e de outra inspiração filosófica. Nas palavras dele, “quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos dignos de aprovação?” (JOÃO XXIII, 1963).

Antes da segunda sessão do Concílio, João XXIII faleceu e foi sucedido pelo Cardeal Montini, que escolheu o título de Paulo VI e passou a presidir o Concílio. Ocorrido entre 29 de setembro e 04 de dezembro de 1963. O segundo período foi caracterizado pela aprovação do documento *Sacrosantum Concilium* e o decreto sobre os meios de comunicação *Inter Mitifica*. Também foram debatidos a volta do diaconato permanente, ofício e poder dos bispos e a liberdade religiosa (MARTINA, 2014, p.302-303). O primeiro documento foi aprovado pela esmagadora maioria e a linha tradicionalista sofria uma outra derrota, como expõe Kloppenburg:

[...] o que se observa é o seguinte: que são as mesmas pessoas que reagem contra quaisquer propostas de renovação e inovação. Quando na Aula Conciliar entra um novo esquema em discussão, já se pode saber de antemão quem irá falar a favor e quem contra; quando no início da Congregação Geral o Secretário do Concílio lê os nomes dos que se inscreveram para falar, já se pode prever o conteúdo essencial das intervenções. [...] **autoritários e intolerantes, ameaçam facilmente com a excomunhão, gostam de onerar gravemente a consciência, exigem obediência sem discussão, sujeição sem direito à opinião pública** [...] têm medo da ação independente e da responsabilidade própria, da liberdade pessoal. Não apreciam o esforço dos teólogos que procuram repor os textos no contexto histórico, tendência que eles condenam como perigoso historicismo; **triumfalistas, não toleram que se fale de culpas e defeitos na Igreja**, que é, então, apenas e exclusivamente a Esposa santa e imaculada de Cristo. (KLOPPENBURG, 1963, p.09-10, grifo nosso).

A terceira sessão, por sua vez, ocorreu de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964 e os documentos principais aprovados foram a constituição dogmática *Lumen gentium*, com

apenas 5 votos contrários, e o decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio*. Por outro lado, os conservadores resolveram contra-atacar, criando a *Coetus Internationalis Patrum*, e seus debates na terceira sessão figuravam sobre a colegialidade dos bispos e o primado do Pontífice Romano que foi aprovado na *Lugem gentium*.

O novo grupo conservador queria diminuir ao máximo o poder das Conferências Episcopais. De acordo com o historiador Rodrigo Coppe Caldeira (2009), o grupo tradicionalista defendia um agrupamento por escolas de pensamento ou tendências particulares, em âmbito internacional e, portanto, não agrupados por nacionalidade. Dessa forma ocorreria uma colegialidade moral em detrimento da colegialidade jurídica. Contudo, essa proposição estava completamente fora da realidade, uma vez que, a colegialidade moral, atrelada apenas a uma corrente teológica/filosófica não abarcava os problemas sociais que as Igrejas dos países pobres enfrentam. O Brasil, por exemplo, além das dificuldades econômicas, é um país continental com realidades distintas. Por esse motivo, Dom Helder conseguiu ter sucesso ao propor a criação da CNBB, podendo-se até inferir que, dependendo dos fatores, a colegialidade jurídica tende a uma colegialidade moral.

A quarta e última sessão ocorreu de 13 de setembro a 8 de dezembro de 1965, em uma “corrida contra o tempo”, pois não haveria outra sessão. Os principais documentos aprovados foram *Christus Dominus*, sobre a ação pastoral dos bispos; *Presbyterorum Ordinis*, sobre os sacerdotes; *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo; e *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa. Este último foi o que gerou mais debates, porém, após a sua promulgação, representou um passo para o diálogo, pois ao passo que a Igreja Católica promove a liberdade religiosa, também proporciona a abertura para que outras religiões sigam esse modelo (ALBERIGO, 2002). Por fim, ao todo foram 16 documentos finais promulgados pelo Concílio, no Anexo III está disponibilizado um quadro detalhado dos documentos aprovados.

O cardeal Agnelo Rossi, em discurso coletivo, representando 84 bispos brasileiros, expôs que era necessário a Igreja fazer um *mea culpa* pelos problemas ocorridos no passado:

Em harmonia com aquela posição do Decreto sobre o ecumenismo, em que se pede perdão a Deus e aos homens pelos erros do passado, preferem que sinceramente confessemos estes nossos erros passados, cometidos contra a liberdade de consciência em matéria religiosa, prometendo não os cometer no futuro. A sincera retratação dos erros aumenta nos homens a consciência da sinceridade da nossa doutrina. (KLOPPENBURG, 1963, p.49).

Após terminar o Concílio, o episcopado brasileiro reuniu-se com Paulo VI para falar sobre as dificuldades da Igreja no Brasil, entre elas, o problema do crescimento desordenado

dos centros urbanos, o êxodo rural, a falta de estruturas das cidades, a proliferação das favelas e o grande número de analfabetos. Em carta endereçada ao povo brasileiro dizem: “condoemo-nos profundamente por ver tantos irmãos nossos na miséria e na ignorância, por ver o doloroso quadro de desigualdades sociais injustas” (KLOPPENBURG, 1963, p.524).

Mas até que ponto essa carta pode ser entendida como coletiva? A última sessão chegou ao fim, representava uma esperança de mudança, uma renovação eclesial. Todavia, os bispos brasileiros estavam mais unidos em Roma do que no Brasil e, ao voltarem para os trópicos, as divisões ficaram evidentes, assim como o medo do comunismo e do crescimento dos movimentos tradicionalistas como a TFP, o silêncio dos bispos perante a perseguição ao clero dito progressista e o apoio de muitos ao golpe militar de 1964.

## **CAPÍTULO 2.       ESTRUTURA DA IGREJA CATÓLICA EM MINAS GERAIS**

A Igreja católica em Minas Gerais passou por uma série de mudanças na primeira metade do século XX, entre as principais estão a criação de novas circunscrições eclesiais e dioceses, o que permitiu a nomeação de novos bispos e a formação de seminários diocesanos. Por parte do laicato, a Igreja começou a mobilizar centenas de milhares de pessoas por meio dos movimentos leigos, principalmente entre a classe média urbana. Scott Mainwaring (1989), ao estudar a Igreja no Brasil, define esse período de reestruturação como a “Igreja da neocristandade”.

De modo geral, os bispos mineiros encaixavam-se na linha mais tradicional e ultramontana<sup>17</sup>. No período estudado encontramos bispos com diferentes linhas de pensamento que ocuparam as dioceses em Minas Gerais, como Dom Geraldo de Proença Sigaud ligado ao movimento tradicionalista da TFP, Dom Inocêncio Engelke, que abordava a questão agrária e do campesinato, ou Dom Oscar de Oliveira com um papel importante na imprensa católica (SILVEIRA, 2009).

Apesar desse contexto geral, cada diocese teve a sua própria trajetória, desde a sua criação, a formação do seminário e a estruturação da administração episcopal. Também, cada bispo foi importante na história dessas dioceses, uma vez que eles representam a maior autoridade eclesial local e, portanto, o perfil dos bispos moldou as características pastorais das dioceses que estavam à frente.

Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo traçar um panorama geral de como funcionava a Igreja local antes da formação da diocese por meio de alguns elementos, como o trabalho dos padres e religiosos na cidade, a biografia e redes de sociabilidade de Dom Delfim Ribeiro Guedes, a criação do seminário e a formação dos padres.

---

<sup>17</sup> No Brasil, o ultramontanismo foi um movimento que defendia a subordinação da igreja nacional à Cúria Romana ao final do século XIX. Por isso, desejavam uma igreja romanizada e um clero submisso. Também possuíam a visão de um catolicismo restaurador, contra o modernismo e liberalismo, viam a época medieval como um passado glorioso da Igreja Católica e um modelo de sociedade perfeita, única forma possível para recristianizar o mundo moderno.

## 2.1. Religiosos em ação e a Igreja de São João del-Rei antes de 1960.

O trabalho com os menos favorecidos sempre foi acompanhado pela Igreja e, em São João del-Rei, havia diversos grupos que exerciam a prática da caridade. Nos tempos atuais é comum encontrar dentro da instituição discursos como o trabalho de inserção nas comunidades pobres, a necessidade de uma educação libertadora, comunidades de base, conscientização do laicato para assumir compromissos sociais e políticos. Tudo isso, foi fruto da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, ocorrida em Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979, que gerou um despertar no trabalho com os pobres e, assim, formou uma identidade própria da Igreja latina, como é exposto no seguinte trecho sobre a realidade e dever da Igreja:

Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. «Agora nos estais escutando em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento», disse o papa aos camponeses colombianos. E chegam igualmente até nós as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos, são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso devemos esclarecer que com muita frequência se confunde a aparência com a realidade. Muitos fatores têm contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas, são alguns desses fatores. (MEDELLIN, p. 62, 1968).

Deve-se animar os compromissos pastorais neste campo com uma reta concepção cristã da libertação. “A Igreja sente o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, o dever de ajudar a que se consolide esta libertação” (EN 3o); mas sente também o dever correspondente de proclamar a libertação em seu sentido integral, profundo, como o anunciou e realizou Jesus. Libertação de tudo o que oprime o homem, mas que é, antes de tudo, salvação do pecado e do maligno, dentro da alegria de conhecer a Deus e de ser conhecido por ele” (EN 9). Libertação feita de reconciliação e perdão. Libertação que nasce da realidade de ser filhos de Deus, a quem somos capazes de chamar Abba, Pai!, e pelo qual reconhecemos em todo homem um irmão nosso, capaz de ser transformado em seu coração pela misericórdia de Deus. Libertação que nos leva, com a energia da caridade, à comunhão, cujo cume e plenitude encontramos no Senhor. Libertação como superação das diversas escravidões e ídolos que o homem se fabrica e como crescimento do homem novo. [...]. Quando aumentam as injustiças e cresce dolorosamente a distância entre pobres e ricos, a doutrina, social, em forma criativa e aberta aos amplos campos da presença da Igreja, deve ser precioso instrumento de formação e de ação. (PUEBLA, p. 14, 1979).

Nesse sentido, os bispos passavam a questionar a política como lugar de inclusão social e a Igreja, por sua vez, reconhecia a necessidade de criar instrumentos de ação para ajudar os seus fiéis de forma integral. Muitos sacerdotes, religiosos e bispos, compreendendo a sua posição privilegiada na sociedade, tornaram-se promotores de uma transformação social.

Diante disso, vale ressaltar a situação dos institutos religiosos que, em sua maioria, já realizavam trabalhos caritativos com os mais pobres. Segundo Azzi (2008, p. 631), a formação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) constituiu um outro organismo, junto à CNBB,

para a abertura da Igreja do Brasil em termos de renovação pastoral. O historiador completa que “foram multiplicados os cursos de formação para os religiosos, em seus diversos setores de atuação. A própria revista da CRB, transformou-se num periódico de promoção da renovação dos institutos religiosos, através de artigos direcionados para essa finalidade.”.

Nesse aspecto, é possível compreender o protagonismo que as ordens religiosas tiveram, principalmente, a partir de 1950 e após 1960, na promoção do novo modelo eclesial de Igreja proposto por Medellín, Puebla e o Concílio Vaticano II. Vale, portanto, fazer um recorte dos trabalhos realizados pelos institutos religiosos em São João del-Rei, a fim de compreender as suas diferenças nas ações pastorais.

Ainda durante a década de 1950 e após a formação da diocese, as associações marianas, irmandades menores como São Miguel das Almas, os frades franciscanos, as religiosas vicentinas, as irmãs carmelitas e os salesianos estavam presentes nas camadas populares. Estes últimos, possuíam um trabalho em toda a cidade. O padre salesiano Raimundo Dilermano Afonso, popularmente conhecido como Padre Marreco<sup>18</sup>, que era seminarista neste período, relatou sobre a atuação dos salesianos e outras ordens na cidade em entrevista:

Até então, enquanto pertencia a cidade de Mariana, tínhamos apenas duas paróquias, a paróquia do Pilar, que é a mãe, e em seguida a paróquia São João Bosco [paróquia dos padres salesianos], segunda paróquia da diocese. Aqui na diocese, eu não sei se te interessa, mas temos dois tipos de clero: o clero religioso e o clero secular. Não sei se o pessoal faz alguma diferença, mas há uma diferença grande. A paróquia São João Bosco por ser salesiana, ela tem uma missão específica, o trabalho com os jovens, hoje usamos a expressão “jovens em situação de risco”, mas na fundação da congregação Dom Bosco define bem claramente a nossa missão: trabalhar com jovens pobres e abandonados.

Tanto que onde hoje é a universidade, funcionou a escola Padre Sacramento, que atendia os meninos órfãos, que vinham de todo o estado.

Mais tarde, os freis franciscanos atendiam, em frente ao DAMAE, os meninos pobres. Em frente à Santa Casa tinha as religiosas vicentinas que atendiam o hospital e na escola as meninas carentes. Por isso que quando eu falo dos religiosos, é diferente, o nosso trabalho é diferente dos padres diocesanos. Então esse é o trabalho dos religiosos, tanto feminino quanto masculino. (AFONSO, 2022)

A fala do padre Marreco deixa evidente a função dos religiosos na cidade: trabalhar com os excluídos. Mas é preciso salientar que as ordens religiosas, comparadas à diocese ou aos sacerdotes diocesanos, possuíam e ainda possuem mais recursos para realizar estas atividades, afinal, desde as suas fundações, ao longo dos anos, construíram escolas particulares, estavam em vários países do mundo e recebiam doação estrangeira. Nessa mesma entrevista, o padre

---

<sup>18</sup> Natural de São João del-Rei. A rotatividade de sacerdotes religiosos é muito comum, não ficam durante muito tempo na mesma paróquia, o padre Marreco é uma das exceções devido ao seu trabalho social com os jovens na Associação Sanjoanense de Assistência ao Menor (ASAM). A entrevista foi realizada no dia 13 de janeiro de 2022.

relata uma campanha de arrecadação promovida por um sacerdote alemão, em uma escola salesiana na Alemanha, onde os estudantes deixavam de comprar o sorvete semanal que tinham direito, guardando o dinheiro da sobremesa para doar às obras salesianas em São João del-Rei, demonstrando a capilaridade das congregações religiosas pelo mundo e as doações recebidas.

A obra social com maior alcance nas décadas de 1940 e 1950 eram os oratórios salesianos, com a intenção de educar na fé e principalmente acolher os jovens carentes nos bairros mais periféricos da cidade, como o Oratório Festivo São Caetano, no bairro São Caetano, o Oratório Santa Terezinha, no Matozinhos, e o Oratório Festivo Dom Bosco, no bairro Fábricas. É muito comum encontrar os adultos desses bairros que participaram desses oratórios, pois chegavam a ser matriculados 380 meninos por ano. Para compreender mais dessa época, foi perguntado ao padre Marreco sobre os oratórios na cidade. Segue a fala:

A educação em São João del-Rei teve um momento muito forte nesse período dos oratórios. Então se você pegar o pessoal adulto desses três bairros, vão ter memórias dessa época, porque, também, os adolescentes, os jovens tinham pouca opção. Era uma expectativa durante toda a semana, aqui ainda tinha um cineminha, eu sou fruto de oratório. (AFONSO, 2022)

Esse auge das obras sociais salesianas deveu-se ao à criação do seminário da ordem religiosa na cidade, assim, a paróquia possuía muitos padres e seminaristas, que poderiam auxiliar no trabalho com as crianças e nas atividades paroquiais, uma vez que a área de atuação da Paróquia Dom Bosco cobria quase toda a cidade, com exceção do centro, que ficava a cargo da Igreja do Pilar:

Eu quero mostrar para você o seguinte, esse é o momento forte da presença salesiana, éramos muitos. Formavam aqui salesianos de quase toda a América: Chile, Bolívia, Equador, Argentina, depois passou a vir gente de Manaus, depois do Nordeste, principalmente Recife. (AFONSO, 2022)

Na figura 1 é possível ver uma diversidade de crianças participantes do oratório Dom Bosco, na atual Avenida Leite de Castro, algumas calçadas, outras descalças e com roupas simples. Isso demonstra que os salesianos trabalhavam com crianças pobres, que eram atraídas pelas atividades dos oratórios, como as brincadeiras, as sessões de cinema e as refeições que eram servidas.

Figura 1 - Oratório Dom Bosco – 1946.



Fonte: Acervo pessoal de César Reis – A Antiga São João del-Rei.

As numerosas crianças demonstram a força dos oratórios, que além de evangelizar, promoviam a inserção social de uma camada pobre da população, oferecendo-os formações, vínculo comunitário e socialização. Cada padre recebia uma função para acompanhar o andamento dos oratórios, das formações, das construções de capelas e melhoramento das condições dos bairros. Os salesianos contribuíram para os desenvolvimentos dos bairros, agregando benfeitores e formando líderes comunitários. A família Giarola, por exemplo, apoiava as atividades do Oratório Santa Terezinha, não eram ricos, mas influentes no bairro. Isso demonstra, mais uma vez, a necessidade da Igreja local em estabelecer alianças com grupos que possuíam prestígio social ou econômico.

Na figura 2 é possível verificar o padre Ralph à esquerda e o padre Thiago à direita, no Oratório de Santa Terezinha, após uma reunião com líderes comunitários do Bairro Matosinhos, entre eles membros da família Giarola. Da esquerda para a direita: Sr. Pires, Sr. Severino Giarola, Sr. Francisco Giarola e Sr. Pedro Sineiro.

Figura 2 – Encontro com líderes comunitários, década de 1960.



Fonte: Acervo pessoal de César Reis – A antiga São João del-Rei

O modo de trabalho dos padres salesianos influenciou a vida dos sanjoanenes, mas, principalmente, os próprios sacerdotes da ordem. Todavia, ao longo da década de 1960 o número de padres foi diminuindo, o seminário mudou de lugar e a criação da paróquia de Matosinhos, que deixou o trabalho restrito. Hoje, os oratórios não existem, mas o advento do Vaticano II permitiu um trabalho pastoral mais abrangente e, com isso, novas práticas no modo de agir como, por exemplo, a Associação Sanjoanense de Assistência ao Menor (ASAM), lugar onde os jovens faziam cursos e eram encaminhados ao primeiro emprego.

## **2.2 Como é formada uma diocese**

A formação da diocese de São João del-Rei tem ligação com um processo maior de reorganização da Igreja Católica no Brasil entre 1930 a 1960. Todo esse movimento de criação de províncias, novas dioceses, arquidioceses, e redistribuição territorial, segundo Sergio Miceli (1985), fez parte de um processo de “estadualização”, no qual a região Sudeste teve os percentuais mais elevados no reparte das circunscrições e prelados. A ideia era, portanto, resguardar as posições da Igreja, a fim de se fazer presente, revigorando seus serviços

religiosos. O sociólogo demonstra que em Minas Gerais houve uma modalidade particular de estadualização, segundo ele,

Em Minas Gerais, por exemplo, a prolongada gestão de D. Silvério Gomes Pimenta encontrou condições amplamente favoráveis à sua política de recatolicizar o estado. Valendo-se da receptividade que as diretrizes católicas obtinham junto a segmentos majoritários da população [...]. D. Silvério logrou de restaurar a influência político-doutrinária da Igreja através de campanha institucionais e de novas associações. Disponha desde logo de recursos organizacionais de vulto como a rede de seminários e escolas secundárias católicas, entre elas as principais casas de formação das elites como o Colégio Caraça, dirigido pelos lazaristas (MICELI, 1985, p. 69-70).

Nesse contexto, procurou-se apoiar e mobilizar as associações laicais, a fim de lutar pela causa católica. A política da “recatolicização” por parte Dom Silvério e de seu sucessor, Dom Helvécio, refletiram nas regiões administradas por ele, que incluía São João del-Rei e cidades próximas. Por isso, o catolicismo, através das expressões dos seus diversos grupos religiosos como confrarias, irmandades, associações e outros grupos, permaneceu forte e resistiu às mudanças do século XX até a chegada do Concílio Vaticano II.

Devido à dificuldade da dimensão territorial da Arquidiocese de Mariana, Juiz de Fora e Campanha, os bispos realizavam penosas visitas pastorais e poderiam demorar meses para percorrer as paróquias. As programações das visitas consistiam em duas etapas, a primeira era a oportunidade de verificar os párocos e vigários que estavam fora dos parâmetros em matéria de costumes morais, de participação e militância política e o cumprimento de suas obrigações litúrgicas. Segundo Miceli, as visitas obedeciam a uma dupla intenção,

De um lado, era a oportunidade de enquadrar padres e vigários rebeldes aos parâmetros da nova ordem eclesiástica em matéria de costumes, de participação política, de cumprimento de suas obrigações litúrgicas, de tudo enfim que pudesse contrariar as disposições diocesanas. De outro lado tais visitas eram operações explícitas de arrecadação (MICELI, 1985, p. 69-70).

Por outro lado, ao verificar documentos década de 1950, como as atas das Irmandades da Igreja do Pilar e jornais da cidade, as visitas do Arcebispo de Mariana em São João del-Rei eram escassas. São raros os momentos em que o arcebispo realizou visitas pastorais, como demonstra o memorialista e historiador sanjoanense Sebastião de Oliveira Cintra, que descreveu um desses raros acontecimentos. Ocorrido no dia 06 de setembro de 1951, em ocasião da coroação de Nossa Senhora do Pilar, Dom Helvécio visitou a cidade para realizar entronização da santa como padroeira da cidade, como é possível observar na citação abaixo:

O Congresso encerrou-se com a celebração de missa solene cantada, com assistência pontifical. Ao evangelho D. Helvécio lê o Breve do Santo Padre Pio XII, constituindo N. Sra. do Pilar Padroeira da Cidade e do Município de S. João del-Rei. S. João foi a 1ª cidade de Minas a ter a sua padroeira canônica e liturgicamente constituída. (CINTRA, 1982, p. 397)

É interessante pontuar que apesar dos problemas de locomoção e pastoreio, Dom Helvécio não concordava com a criação da diocese. Nesse sentido, as primeiras movimentações surgiram por iniciativa de outros membros da elite eclesiástica, como o cardeal e arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que contou com o auxílio do monsenhor Almir de Resende Aquino, pároco da então Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar<sup>19</sup>. Em seu livro de memórias, o monsenhor relata o encontro com o cardeal no ano de 1953, em São Paulo:

Mais tarde, em 1953, quando fui a S. Paulo, o Sr. Cardeal me recebeu em Palácio Pio XII, dizendo-me: É que um seu antepassado, Marquês de Valença Estevam Ribeiro de Rezende, era Conselheiro do Império como meu bisavô, o Visconde de Caeté, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, e o meu pai João Vasconcellos Teixeira da Motta era deputado com Severiano Nunes Cardoso de Rezende, seus antepassados. Todos, de tão amigos, conservaram os retratos na sala de visitas de suas casas, reciprocamente. Nesta ocasião o Sr. Cardeal Mota apoiou o projeto da criação da Diocese de São João del Rei já apresentado à Nunciatura (1952), mas recomendou-me muita reserva, sabendo que o Sr. Arcebispo D. Helvécio não o queria, evitando aborrecê-lo. – O Sr. vai receber um questionário da Nunciatura para responder. (AQUINO, 1980).

O relato acima é uma demonstração que o reparte das circunscrições eclesiásticas, ao longo do século XX, expressa o emprego de esforços pela liderança do episcopado da época, principalmente refletindo no prestígio e poder de pressão que possuíam junto a outros bispos perante a nunciatura apostólica e ao Vaticano.

Na visão de Micelli, prelados como o Cardeal Mota, que compunham a elite eclesiástica, possuíam como proposta um programa básico de empreendimentos e iniciativas para criação de dioceses, “os integrantes dessa nova geração de prelados brasileiros sentiam-se eles mesmo, em maior ou menor medida fundamente engajados no compromisso de empenhar um programa mínimo de realizações” (MICELI, 1985, p.160). Esse projeto da formação da diocese incluía a edificação do palácio episcopal, a criação do seminário diocesano, construção e reforma da catedral, fundação de escolas, jornais, periódicos e colunas em jornais seculares.

---

<sup>19</sup> Nascido em São João del-Rei em 24/02/1917, faleceu em Carmópolis de Minas em 18/06/2001. Viveu uma parte do seu ministério sacerdotal em São João del-Rei. Foi pároco da Matriz do Pilar de 1948 a 1967. Saiu da paróquia e migrou para outra diocese, mas nunca explicou o motivo. Na década de 1980 escreveu um livro de memória que chamou de História da Diocese de São João del-Rei. Sua visão auxilia na compreensão na formação da Diocese e o modelo de Igreja adotado pela igreja local. O pequeno livro está no arquivo da Cúria Diocesana.

Ao mesmo tempo que as relações entre a elite eclesiástica favoreciam a formação da diocese, também era o motivo para o seu empecilho, pois ninguém queria se indispor com os bispos. A instalação da nova diocese precisava do aporte político na esfera regional e nacional, pois a ideia era fazer uma troca, aproveitando o Quartel General do Exército, que estava inutilizado, para servir de residência episcopal, enquanto a Igreja doaria um terreno à força militar. Esse movimento foi, mais uma vez, orquestrado pelo Cardeal Motta, como relata monsenhor Almir:

Por informação que lhe apresentei, ele escreveu de próprio punho, caligrafia bonita e firme, duas cartas (1958). Uma ao presidente Juscelino Kubistchek e a outra ao General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, propondo-lhes a possibilidade de aproveitar o prédio do extinto QG, outro Hotel Oeste, depois Guarnição Militar, Clube Militar, embora patrimônio do Ministério da Viação e, não do Exército, para servir de residência episcopal, Cúria, etc. Não se trata de solicitar benefício para a Igreja. Trata-se de uma permuta entre a União e a Igreja de S. João que possui um terreno muito bom para entrar em negociação [...] (AQUINO, 1980, p.23).

Apesar da movimentação do cardeal e do monsenhor em tratar do tema diretamente com o presidente e o chefe máximo do Exército, a negociação não teve êxito. O principal político da cidade, Tancredo Neves<sup>20</sup>, era contra a presença de um bispo na cidade, uma vez que representaria uma nova configuração de poder para o município, que poderia influenciar toda a região. Relata monsenhor Almir a seguinte fala do político em uma conversa: “devemos ter tudo em S. João del-Rei, menos Bispo e General” (AQUINO, 1980, p.22).

A influência do político sanjoanense era alta nas esferas de poder e, segundo o sacerdote, após a vinda da primeira dama para a cidade, Sara Kubitscheck, ele foi procurá-la para saber o motivo da negação da tratativa. O presidente negou-se a sobrepor a vontade de Tancredo a fim de evitar conflitos políticos. Monsenhor Almir relatou o seguinte fato:

“Pedi-lhe um favor: saber da razão da falta de resposta da carta que levei ao Sr. Presidente, ele me disse, reservadamente, mais tarde, depois de procurar saber: o líder político local Dr. Tancredo Neves, ouvido, pronunciou-se desfavorável à proposta do Sr. Cardeal” (AQUINO, 1980, p.24)

Na visão do pesquisador Riolando Azzi, essas relações são uma característica da Igreja em Minas Gerais, na qual o poder civil e o poder eclesiástico declaram uma colaboração

---

<sup>20</sup> Tancredo de Almeida Neves, nasceu no dia 4 de março de 1910, em São João del Rei (MG), filho de Francisco de Paula Neves e de Antonina de Almeida Neves. Foi vereador, deputado, senador, governador, eleito presidente, mas não tomou posse. Faleceu dia 21 de abril. Foi enterrado no cemitério da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São João del-Rei, da qual era membro.

recíproca. Os diversos políticos não apenas se declaravam católicos, mas afirmavam abertamente a disposição de colaborar, sempre que possível, com a instituição católica. Desde a década de 1930, quando comparado ao projeto liberal paulista, Minas Gerais manteve um projeto conservador da manutenção da ordem e dos valores tradicionais que, por sua vez, era tão caros à Igreja Católica (AZZI, 2008).

Pode-se caracterizar, portanto, a Igreja em São João del-Rei antes de 1960 como uma Igreja de neocristandade, ou seja, é uma continuação do projeto de cristandade desde a reorganização da Igreja após a Proclamação da República, como apontado por Mainwaring. Nesse sentido, a estratégia não visava diretamente ao povo, mas às elites, ou seja, cristianizava-se as elites, estas participavam ativamente das atividades através das irmandades, confrarias, estudavam nas escolas católicas e organizavam as principais festas religiosas. No contexto geral da Igreja no Brasil, cabiam às elites cristianizar o povo, o Estado, a Legislação.

Apenas em 1958 Dom Helvécio começou a aceitar a formação da nova diocese. Convidou o monsenhor para a instalação do Senhor Bom Jesus de Congonhas, onde novamente encontrou o Cardeal Mota no convento redentorista. Logo o cardeal apareceu com uma boa notícia: “tenho uma boa notícia para o Sr. – Dom Helvécio já está de acordo com o projeto, agora está resolvido” (AQUINO, 1980, p.36). No mesmo ano, em um encontro com Dom Armando Lombardi, que era o Núncio Apostólico, e com Dom Helvécio, monsenhor Almir relatou o seguinte:

Quando chegou a minha vez, o Sr. Arcebispo saiu com essa: este é o Vigário de S. João del-Rei, o homem dos barulhos e dos boatos. Ao que o Sr. Núncio comentou: nem barulhos e nem boatos, mas realidade [...]. Nisto, o Sr. Núncio dirigindo-se a Dom Helvécio: com licença Sr. Arcebispo, preciso falar com este Senhor.

- Perguntou-me: “O senhor tem condições de preparar a Matriz em Catedral, uma residência episcopal e um pequeno patrimônio? ”

- Se Dom Helvécio apoiar, terei condições, respondi-lhe.

- Ele já está de pleno acordo...

Qual foi o meu novo aperto! Devo procurar Dom Helvécio e dizer com toda a abertura? Assim o fiz. Ele recomendou-me reserva, por enquanto; em julho, irei lá para iniciar o trabalho, formar comissão etc (AQUINO, 1980, p.36-37).

Apesar de garantir as condições para a organização da nova diocese, muitos membros do clero da cidade viam de forma negativa a presença de um bispo, preferindo que a autoridade ficasse distante, contudo monsenhor Almir faz uma menção honrosa ao padre Nacif e monsenhor Juvenal auxiliarem nessa empreitada. Os leigos participantes da Igreja Nossa Senhora do Pilar também apoiaram, junto com a Irmandade do Santíssimo Sacramento, o

Apostolado da Oração, a Congregação Mariana, as Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e outros grupos.

Um ano antes da criação da diocese, em 9 de maio de 1959, o Arcebispo Coadjutor de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, fez a sua primeira visita pastoral em São João del-Rei para cuidar dos últimos preparativos da nova diocese. Com a sua autorização, foi comprada a propriedade de José Carvalho de Resende por Cr\$ 2.000.000,00 para ser a casa episcopal. Monsenhor Almir descreve como ficou a moradia do bispo:

A residência episcopal ficou, modéstia à parte, tão bem equipada pelas nossas donas de casa que elas se preocuparam até com a caixa de fósforos para a cozinha, conforme comentário na época. Somente não nos foi possível prover a garagem com um bom veículo para as viagens pastorais (AQUINO, 1980, p.64).

A casa episcopal é um ponto importante para compreender as representações da Igreja Católica, uma vez que o bispo é o maior poder religioso local, representante do Pontífice Romano. Suas acomodações, atendendo ao modelo tridentino, prendiam-se à tradição romanizante e precisavam ser adequadas para alguém que compunha a elite eclesiástica. Nesse sentido, a casa episcopal precisava ter imponência. Nas palavras de Miceli,

No contexto de “estadualização” do poder eclesiástico, a residência episcopal devia procurar ombrear-se com os prédios que sediavam a intendência, a associação comercial, o instituto histórico e geográfico, e outras instituições de relevo no âmbito da divisão do trabalho oligárquico, de preferência bucando-se como modelos dessas residências algum famoso palácio romano (MICELI, 1985, p.163).

O fato é que sem os católicos benfeitores, que frequentavam a paróquia do centro da cidade, dificilmente o monsenhor Almir conseguiria seguir na empreitada da criação da diocese, uma vez que os sacerdotes, em maioria, não desejavam a presença do bispo ou eram indiferentes ao assunto.

Por fim, a última fase para concretizar a nova diocese foi formalizar os desmembramentos das cidades que pertenciam a outras dioceses, mas este também foi um processo difícil. Com a Diocese de Oliveira não havia maiores problemas, no entanto, o bispo de Campanha e Juiz de Fora foram reticentes. Vale ressaltar, que as dioceses possuíam bens como terrenos e imóveis, que seriam perdidos e passariam a compor a lista de bens da nova diocese, incluindo neste espólio os seus padres. No entanto, Dom Oscar, utilizando-se da sua influência, resolveu diretamente com os bispos e assim formalizou a nova circunscrição eclesiástica.

Como é possível observar, a formação de uma diocese faz parte de um processo maior, e se deu por meio da iniciativa do alto episcopado brasileiro, no caso de São João del-Rei, o cardeal Mota. A mobilização de alguns padres, principalmente o monsenhor Almir, permitiu que esse projeto romanizador fosse concretizado. Falava-se pela cidade que a vontade do monsenhor era ser bispo ou alcançar novos postos na carreira eclesiástica, boatos que ele sempre negou (AQUINO, 1980). Em seu livro de memória, escreveu que, logo após a concretização da nova diocese, havia feito um pedido a Dom Oscar, a fim de que fosse transferido para Mariana, mas teve a solicitação negada. Possivelmente, se o bispo ainda fosse Dom Helvécio, o monsenhor conseguiria que o seu desejo pudesse ser realizado, pois era o homem de confiança na região de São João del-Rei, mas o bispo faleceu em abril de 1960.

A Igreja concedeu a ele, em 1963, o título de monsenhor como reconhecimento ao serviço prestado na formação da diocese. Monsenhor Almir continuou como pároco da catedral até 1967, quando sumiu misteriosamente e sem aviso prévio, transferindo-se para Carmópolis de Minas, na Diocese de Oliveira, onde permaneceu até o final da sua vida.<sup>21</sup>

### **2.3 A formação da Diocese de São João del-Rei**

O primeiro bispo de São João del-Rei foi Dom Delfim Ribeiro Guedes (1960-1983), seguido por Dom Antônio Carlos Mesquita (1983-1996), Dom Waldemar Chaves de Araújo (1996-2010), Dom Frei Célio de Oliveira Goulart (2010-2018) e o atual, Dom José Eudes Campos de Nascimento (2018 -). Dom Antônio e Dom Célio deixaram o bispado por motivo de falecimento, enquanto Dom Delfim e Dom Waldemar, quando atingiram a idade limite para a renúncia obrigatória de 75 anos, tornaram-se bispos eméritos. Até a presente data, Dom Waldemar continua auxiliando em atividades episcopais junto com Dom José Eudes<sup>22</sup>.

A diocese de São João del-Rei foi erguida pelo Papa João XXIII em 21 de maio de 1960 pela *Bula Quandoquidem Novae*<sup>23</sup>, a pedido dos bispos da região, como exposto no documento pontifício:

De bom grado, acolhemos o pedido do venerável Irmão Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Felipe e Núncio Apostólico no Brasil, o qual tendo ouvido os Prelados D. Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, D. Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha e D. Geraldo Maria de Moraes Penido, Bispo de Juiz de

---

<sup>21</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides de São João del-Rei. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982.

<sup>22</sup> Informações sobre bispado católico. Disponível em <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dsajr.html>. Acesso em 05 abr. 2021.

<sup>23</sup> APNSP-SJDR. O Pilar, Ano I. Transcrição na íntegra da Bula no Anexo 1.

Fora, pediu a esta Sé Apostólica que de territórios desmembrados dêses Bispos se criasse uma nova Diocese (O PILAR, 1960).

Desmembrando-a da Diocese de Campanha e da Arquidiocese de Mariana e Juiz de Fora, dessa forma passou a fazer divisa com a Arquidiocese de Juiz de Fora, Mariana, Diocese da Campanha e Oliveira. Abrange 25 municípios: Andrelândia, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Ibituruna, Ijací, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Lagoa Dourada, Lavras, Luminárias, Madre de Deus de Minas, Minduri, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São João del-Rei, São Vicente de Minas e Tiradentes.

A escolha da cidade de São João del-Rei como sede da diocese ocorreu, segundo relato do monsenhor Almir, por conta do número de vocações visto que, todos os anos, muitos sanjoanenses entravam no seminário de Mariana. Também relatou, em seu diário de memórias, que a escolha da cidade como sede da diocese foi um esforço dele em reunir os nomes ilustres da cidade a fim de demonstrar a sua importância perante os outros municípios.

De qualquer forma, vale ressaltar que era a maior cidade da região, totalizando, em 1960, segundo o IBGE<sup>24</sup>, 57.992 habitantes, superior em população ao município de Mariana, sede da Arquidiocese, com um número de 32.561 habitantes. Dessa forma, optou-se pela Paróquia Nossa Senhora do Pilar como sede da cátedra episcopal<sup>25</sup> como é possível observar a seguir:

A sede da nova Igreja e o domicílio do Bispo será a cidade de São João del-Rei. A catedral – a Igreja de Nossa senhora do Pilar, da mesma cidade, à qual concedemos os direitos, as honras e os devidos privilégios, próprios das Igrejas Catedrais. Ao Bispo a quem fôr confiado o governo da mesma Diocese, concedemos os direitos e os poderes que convêm à sua dignidade, e este, por sua vez, cumprirá os deveres próprios dos Bispos residenciais (O PILAR, 1960).

Uma pessoa importante na formação e construção da diocese foi Monsenhor Juvenal Vaz Guimarães Filho que, aos 89 anos, faleceu 4 meses após conceder esta entrevista. O sacerdote participou nesse processo de organização, trabalhando como pároco da Igreja São José Operário, reitor e administrador diocesano. Ao ser indagado sobre a escolha da diocese, respondeu que foi pelo grande número de vocações, além de aproximar o bispo de todo o povo católico. Segue a transcrição da conversa<sup>26</sup>:

<sup>24</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca IBGE. Documentação do Censo 1960. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t9\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf). Acesso em 15. Abr. 2021.

<sup>25</sup> Toda diocese possui uma catedral, pois nela encontra-se a cadeira ou trono (*káthédra*), da qual o bispo realiza os seus ensinamentos. MAIA, Antônio. 1966, p.45.

<sup>26</sup> Entrevista realizada no dia 28 de julho de 2021.

A diocese e o relacionamento das paróquias era feito por mariana, muito longe, então foi criada para facilitar os párocos, consultar a diocese e a diocese os párocos. Foi muito positivo, a diocese foi criada porque era uma cidade que tinha muita vocação sacerdotal e religiosa, era muito fértil, estudávamos em mariana. Era a cidade [São João del-Rei] que dava mais vocação, florescia mais padres para a diocese, tanto as vocações sacerdotais e femininas.

Inclusive a diocese foi criada com uma certa imposição de ser construído um prédio para o seminário, para que a diocese de São João fosse um celeiro de vocações e o progresso foi muito bom, facilitou muito para gente que era pároco, tudo ficou mais próximo.

Aqui dava muito padre, se ordenava muito padre, por isso a importância da posição e escolha da cidade (GUIMARÃES FILHO, 2021).

O Monsenhor foi indagado se a decisão realmente foi apenas pela abundância vocacional, uma vez que não foi encontrado nenhum documento que confirmava essa ideia. Porém, o sacerdote reafirmou o motivo:

Não foi por causa do tamanho, mas da importância. Estaria mais próximo se fosse das cidades. Andrelândia, por exemplo, está muito longe. [Ele não concluiu o pensamento]

Os problemas são resolvidos através do Bispo, da Cúria, então ficar mais próximo resolve muitos problemas, facilita mais as visitas e o relacionamento de paróquia, pároco com bispo, de eventuais dúvidas que podem surgir.

Convivência também é fator importante, pois a criação na criação da diocese temos uma igreja mais próxima (GUIMARÃES FILHO, 2021).

Ao citar a cidade de Andrelândia, o sacerdote deixa transparecer que a disposição geográfica da sede não era a ideal, mas que, ao formar uma nova diocese, já melhorou muito as ações pastorais da Igreja na região.

Os sacerdotes seculares, como Monsenhor Juvenal, que se encontravam na nova circunscrição eclesiástica, passaram automaticamente a fazer parte da Diocese, como exposto na bula: “instalada a Diocese, logo os sacerdotes serão adscritos aquela Igreja que tenham benefício ou ofício eclesiástico: Os demais clérigos, à igreja em que tiverem legítimo domicílio” (O PILAR, 1960), ficando sob responsabilidade do Bispo, caso houvesse necessidade, realizar as transferências e nomeações dos cargos para compor o quadro burocrático da Diocese.

Isto também ocorreu com os bens e patrimônios, conforme prescrevia a norma antiga do Direito Canônico sobre os bens da Igreja Católica<sup>27</sup>, dessa forma os proventos adquiridos a partir da criação da Diocese passaram a fazer parte do caixa da Cúria.

---

<sup>27</sup> Cânon 1500. Quando o território de uma pessoa coletiva eclesiástica tiver sido dividido de modo que uma de suas partes tenha sido unida a outra pessoa coletiva ou a parte desmembrada tenha sido constituída como pessoa coletiva distinta, os bens comuns são atribuídos em benefício de todos os territórios e o dinheiro estrangeiro emprestado em seu benefício deve ser dividido pela autoridade eclesiástica qualificada, de acordo com a proporção

A partir disso, havia a necessidade de construir novas instalações administrativas e o seminário, foram organizadas campanhas de arrecadação entre as irmandades e associações, principalmente na coleta dos dízimos, como é possível observar na ata do Apostolado de Oração da paróquia Nossa Senhora do Pilar: “estando algumas zeladoras atrasadas na prestação de contas do dízimo, Monsenhor Almir pede para que todas procurem legalizar seus recebimentos e apresentar uma lista de contribuintes até dia 30 de janeiro.”(APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1965, p.45).

No âmbito pastoral havia um grave problema, pois as cidades longínquas não conseguiam receber a visita do bispo, como é possível observar na circular n.º 09 de 2 de maio de 1962 emitida por Dom Delfim:

#### VISITAS PASTORAIS

Maio: 15 a 21 – Lavras

25 a 28 – Madre de Deus

Junho: 7 a 10 – Prados

27 a 2 de julho – Andrelândia

Julho: 19 a 22 – Arcângelo<sup>28</sup>

25 a 29 – Barroso

Agosto: 7 a 13 – Lagoa Dourada

24 a 29 – Rezende Costa

Setembro: 05 a 10 - Itumirim

Obs.: As Visitas Pastorais a Tiradentes, São Vicente, Carrancas, Corôas<sup>29</sup>, Matosinhos e Minduri, por motivos de força maior, foram transferidas para o próximo ano. (CIRCULAR n.09, 1962)

Como demonstrado no documento, algumas paróquias ficariam de fora e seriam visitadas no ano seguinte, todavia, apenas em 1966 houve novas visitas pastorais, de acordo com a circular n.º 68 enviada aos párocos. Nesse caso, as paróquias de Andrelândia, São Vicente de Minas, Lagoa Dourada e Minduri não foram visitadas.

Comunico aos meus prezadíssimos Cooperadores que, se Deus quiser, farei as seguintes Visitas Pastorais:

- 1) Arcângelo.....de 5 a 7 de agosto
- 2) Cassiterita<sup>30</sup>.....de 10 a 14 de agosto
- 3) Coroas.....de 24 a 28 de agosto
- 4) Currálinho – igreja filial de Resende Costa....28 de agosto
- 5) Emboabas.....de 3 a 5 de setembro
- 6) Nazareno.....de 6 a 8 de setembro
- 7) Ibituruna.....de 9 a 12 de setembro
- 8) Lavras e igrejas filiais.....de 15 a 22 de setembro

---

exigida no patrimônio, reserva feita das fundações piedosas e da vontade dos doadores, dos direitos adquiridos e das leis particulares por que a pessoa coletiva é governada. CIC/1917.

<sup>28</sup> Posteriormente recebeu o nome de São Miguel do Cajuru, distrito de São João del-Rei.

<sup>29</sup> Com a emancipação recebeu o nome de Coronel Xavier Chaves.

<sup>30</sup> Conceição da Barra de Minas

- 9) Madre de Deus e igrejas filiais.....de 28 de setembro a 2 de outubro
- 10) Ritópolis e igrejas filiais.....de 6 a 9 de outubro
- 11) São João Bosco e igrejas filiais.....de 14 a 20 de outubro
- 12) São José Operário e igrejas filiais.....de 22 a 28 de outubro
- 13) São Sebastião da Vitória.....de 30 de outubro a 2 de novembro
- 14) Tiradentes e igrejas filiais.....de 4 a 10 de novembro (CIRCULAR n.68, 1966)

Vale ressaltar que a BR-265 – que liga São João del-Rei a Lavras - ainda não havia sido construída. Sua inauguração foi apenas em 1971, portanto, além do tamanho da diocese, a falta de estrutura dificultava a presença do bispo. Na Tabela 1, é possível visualizar a distância em quilômetros de cada cidade até a sede, por isso havia necessidade de dividir as visitas pastorais, levando até três anos para conseguir percorrer todas as paróquias da diocese.

Quadro 1 - Distâncias das cidades até São João del-Rei, sede da Cúria.

<b>Cidade</b>	<b>Distância até a sede da Diocese (Km)</b>
Andrelândia	87
Barroso	36
Carrancas	77
Conceição da Barra de Minas	45
Cel. Xavier Chaves	18
Dores de Campos	43
Ibituruna	72
Ijaci	103
Ingai	114
Itumirim	75
Itutinga	54
Lagoa Dourada	36
Lavras	93
Luminárias	135
Madre de Deus de Minas	59
Minduri	108
Nazareno	51
Piedade do Rio Grande	77
Prados	28
Resende Costa	48

Ritópolis	18
Santa Cruz de Minas	4
São Vicente de Minas	61
Tiradentes	16

Distância calculada a partir das vias principais de acesso as cidades.

Ainda no ano de 1966, a Cúria Diocesana resolveu iniciar a divisão administrativa. Primeiro foram criados 3 setores, São João del-Rei, Andrelândia e Lavras, que posteriormente viraram foranias<sup>31</sup>, cada padre eleito ficava responsável pelo seu setor/forania, conforme é possível observar na ata da reunião do clero em 13 de novembro de 1966:

Expondo as razões do convite para esse encontro, falou S. Excia. Rrva. Da divisão da diocese em três setores, com sede respectivamente em S. São del-Rei, Lavras e Andrelândia. Nessas duas últimas cidades, as reuniões do clero já se vêm realizando com muito bons resultados. É necessário que o sector de S. João del-Rei promova, também, essas tão necessárias quão úteis trocas de ideias para melhor entrosagem de nosso apostolado paroquial. Dentro em breve serão criadas três foranias eclesiásticas, atendendo as determinações do Santo Concílio ao desejo expresso da Santa Sé. Cada um dos três sectores já existentes na diocese constituirá uma forania eclesiástica (PASTA 1, 1966).

Essa disposição obedecia ao Concílio Vaticano II, proposto no Decreto *Christus Dominus* de 1965, que pedia a revisão circunscrições da diocese, a fim de melhor organizar as igrejas locais. Segue o trecho das instruções do decreto:

39. O bem das almas exige a delimitação adequada não só das dioceses mas também das províncias eclesiásticas; sugere até a erecção de regiões eclesiásticas, para melhor se atender às necessidades do apostolado conforme as circunstâncias sociais e locais, e se tornarem mais fáceis e frutuosas as relações dos Bispos tanto entre si como com os Metropolitas e os outros Bispos da mesma nação, bem como dos Bispos com as autoridades civis.

40. Portanto, a fim de se conseguirem os objectivos indicados, o sagrado Concílio dispõe o seguinte:

1) Revejam-se oportunamente os limites das províncias eclesiásticas e determinem-se, com novas e convenientes normas, os direitos e os privilégios dos Metropolitas.

2) Tenha-se como regra que todas as dioceses, e as outras circunscrições territoriais equiparadas às dioceses, devem ser incluídas em alguma província eclesiástica. Por isso, as dioceses, agora sujeitas imediatamente à Sé Apostólica e não unidas a nenhuma outra, formem nova província eclesiástica, se possível, ou agreguem-se à província eclesiástica mais próxima ou àquela que mais convenha, e sejam submetidas ao direito do Arcebispo metropolitano, segundo o direito comum.

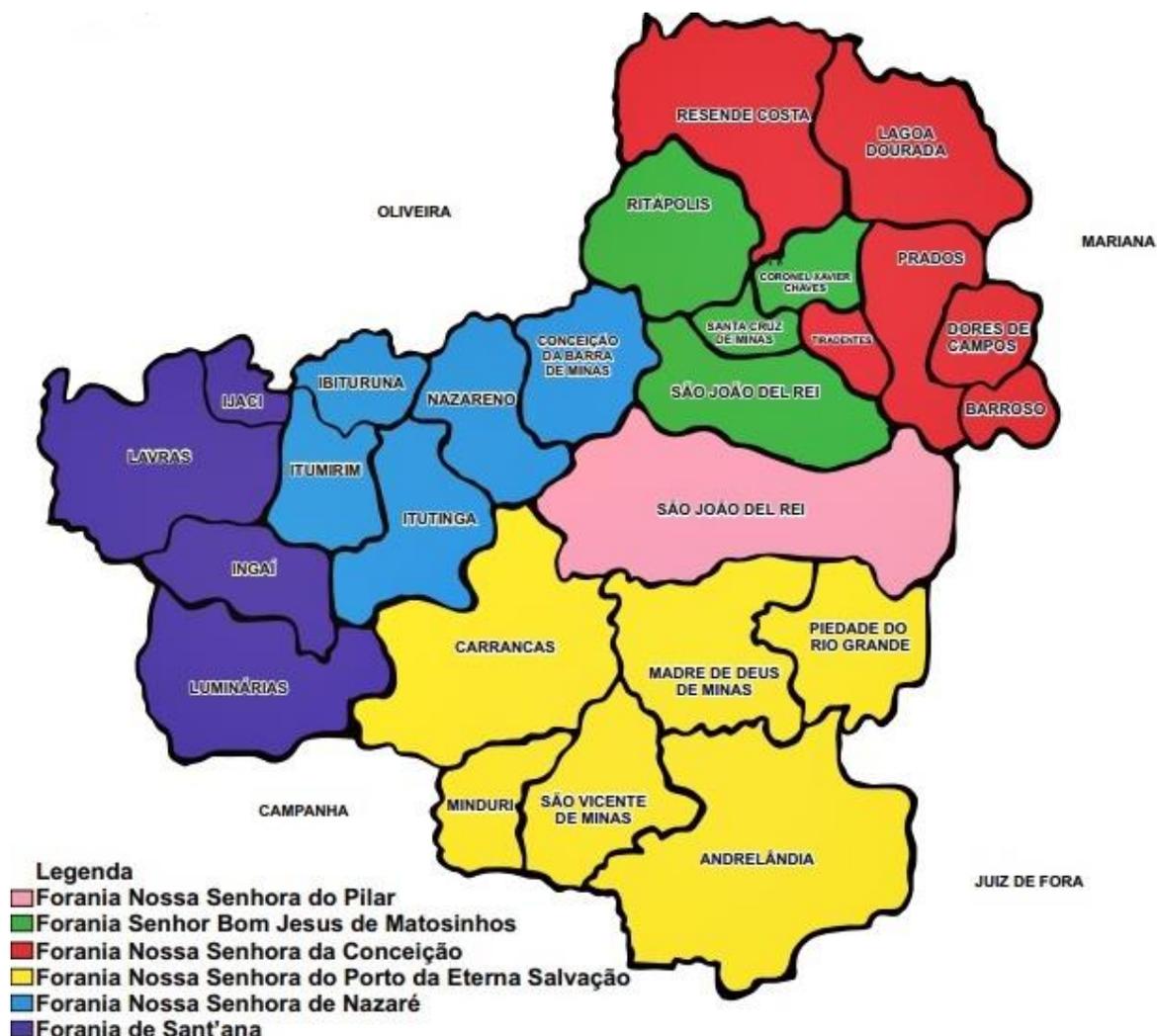
<sup>31</sup> A Forania é uma forma institucional de cooperação entre as Paróquias de um mesmo território pastoralmente homogêneo, que viabiliza a realização da pastoral de conjunto, assumindo, também, a unidade do clero de uma mesma região entre si e com os demais membros do povo de Deus. Destacam-se, assim, ao mesmo tempo, os princípios comunitário e hierárquico, próprio de uma eclesiologia de comunhão. Disponível em: <https://arquifln.org.br/organizacao/1070-2/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

3) Onde a utilidade o aconselhar, as províncias eclesiásticas disponham-se em regiões, a que se dará ordenação jurídica. ” (PAULO VI, 1965).

Também foi criado um novo conselho presbiteral, obedecendo aos anseios do Concílio Vaticano II como mencionado no Decreto *Christus Dominus* do Papa Paulo VI, no qual diz que “o Bispo ouvirá os seus sacerdotes, consultá-los-á e falar-lhes a sobre as necessidades da pastoral e o bem da diocese” (PAULO VI, 1965).

Na figura 3, é possível observar a demarcação da Diocese e o seu território atual abrangendo mais de 10 mil Km<sup>2</sup>. É composta por seis foranias, a fim de ser melhor administrada devido sua abrangência.

Figura 3 - Demarcação da Diocese de São João del-Rei



Fonte: Diocese de São João del-Rei.

Em 1962, a Diocese de Juiz de Fora foi elevada à condição de Arquidiocese e, desse modo, a Diocese de São João del-Rei passou a ser sufragânea de Juiz de Fora. A figura 4 demonstra as atuais províncias e dioceses mineiras.

Figura 4 – Arquidioceses, Dioceses e Províncias de Minas Gerais



Fonte: CNBB

Portanto, podemos observar que as criações das novas circunscrições visavam uma aproximação entre bispo, clero e povo. Para que isso pudesse ocorrer, novas paróquias e foranias foram criadas, a primeira serviu para que todas as cidades pudessem ter uma paróquia, enquanto a segunda estava ligada os padres ao bispo. Contudo, como foi visto nas figuras 3 e 4, a diocese de São João del-Rei ainda continuava com uma grande extensão territorial, dificultando uma ação pastoral e uma aproximação efetiva.

Além da distância, havia o problema da falta de sacerdotes, a paróquia de Ingaí e Luminárias, por exemplo, compartilhavam do mesmo sacerdote, o monsenhor Waldyr. Para dificultar, as antigas dioceses resolveram transferir os sacerdotes de município a fim de que eles não ficassem na circunscrição de São João del-Rei e, assim, não perdessem padres para a nova diocese. Monsenhor Waldyr relata que foi transferido para o município de São Bento Abade, fato que gerou um conflito diplomático entre a Diocese de São João del-Rei e Campanha. Devido a essa situação, o Núncio Apostólico pediu para que os padres transferidos antes da formação da Diocese de São João del-Rei voltassem para a paróquia de origem.<sup>32</sup>

#### **2.4 Dom Delfim Ribeiro Guedes, o último príncipe**

Há uma complexidade em bibliografar Dom Delfim Ribeiro Guedes, pois este não deixou diários, anotações ou quaisquer textos sobre a sua vida e, vale acrescentar, que o líder episcopal mal assinava os documentos oficiais da diocese. Cabe nessa pesquisa, portanto, fazer uma breve análise de sua vida e, também, de suas redes de sociabilidades.

Na visão de Sirinelli, essas redes formam um “mundo estreito” em que os laços se atam, no qual suas estruturas de sociabilidade variam com as épocas e com os diferentes grupos intelectuais estudados. Seria, portanto, uma possibilidade de pesquisar diversos elementos que constituem um grupo ou pessoa, “inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de redes” (SIRINELLI, 1986, p.250), no caso de Dom Delfim, remontar o seus anos de formação “numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político” (SIRINELLI, 1986, p.250) e, dessa forma, compreender as suas ações, ou falta delas, enquanto esteve à frente da Diocese de São João del-Rei.

Segundo o pesquisador francês, todo grupo de intelectuais organizam-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum com diferentes afinidades, formando, portanto, “estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (SIRINELLI, 1986, p.248).

Dom Delfim nasceu na cidade de Maria da Fé, em Minas Gerais, no dia 02 de maio de 1908. Fez seu estudo primário na cidade natal e o secundário em Pouso Alegre (MG). Em 1926

---

<sup>32</sup> Cf. WALDYR, Monsenhor. Relatos sobre a sua vida pastoral. Disponível em: <http://paroquiasaosebastiaodeingai.blogspot.com/p/monsenhor-waldyr.html>. Acesso em: 07 de mar. 2022.

ingressou no Colégio Pio Latino-Americano em Roma para terminar o curso de Teologia em 1931, nesta capital também defendeu o título de doutor em Teologia e Filosofia.

As ordens recebidas estão nas seguintes datas:

- Subdiácono<sup>33</sup>: 30/05/1931
- Diácono: 20/07/1931
- Presbítero: 25/10/1931
- Bispo: 03/10/1943

Antes de tornar-se bispo, Dom Delfim Ribeiro Guedes era um padre cotado para alcançar novos postos na hierarquia católica, devido ao seu histórico educacional e alinhamento com a elite política e eclesiástica. Segundo Jussara Fernandes Reis (2016), Dom Delfim enquadrava-se num perfil mais ligado ao pensamento ultramontano e, portanto, com concepções de uma igreja mais romana, uma vez que estudou teologia no Pontifício Colégio Pio Latino-americano e, nessa época, apenas eram enviados para esse instituto os seminaristas que se destacavam, sendo considerados aptos para assumir o posto episcopal.

Quando houve a criação da Diocese de Leopoldina o seu nome já estava cotado, no entanto, Dom Delfim não possuía a idade mínima para a cátedra episcopal, pois segundo o Código de Direito Canônico<sup>34</sup>, para ser ordenado bispo é preciso ter ao menos 35 anos de idade, tanto que a Diocese de Leopoldina ficou um ano com a sede vacante esperando que completasse a idade mínimo. Nesse sentido, é visível que o colégio episcopal brasileiro possuía predileção pelo nome de Dom Delfim.

Foi ordenado bispo em 26 de junho de 1943 e no mesmo ano assumiu a cátedra da Diocese Leopoldina. Coube ao bispo a difícil tarefa de estruturar uma nova circunscrição eclesiástica, suas burocracias, seminários, construções e administração dos recursos.

Para compreender melhor o perfil de Dom Delfim, recorre-se aqui ao trabalho do sociólogo Sergio Miceli, que traçou um panorama sobre a elite eclesiástica brasileira ao longo da República Velha e a sua acomodação e sobrevivência até a chegada do Estado Novo. Para o autor, o processo de reorganização e racionalização permitiu que a Igreja no Brasil continuasse com a sua participação ativa na sociedade, segundo o autor, nas condições da época,

a igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas da saúde, educação, fazer e cultura. Presidia à organização das festas e comemorações coletivas (procissões, quermesses, etc.), fazendo praticamente coincidir o calendário de festas e eventos

---

<sup>33</sup> Abolido em 1972 pelo papa Paulo VI via *motu proprio* “*Ministeria quaedam*”, atualmente utilizam-se o termo “ordens menores”, que é conferido ao seminarista antes de virar diácono.

<sup>34</sup> Cân. 378, Código de Direito Canônico, 1983.

religiosos com os momentos fortes de efusão coletiva e doméstica. A administração dos sacramentos, por sua vez, ritmava e sancionava os momentos-chaves do itinerário pessoal e familiar dos grupos dirigentes. (MICELI, 1985 p.55)

Um personagem importante para ajudar a compreender a vida de Dom Delfim é o Monsenhor Antônio Chamel, com 87 anos de idade é um dos poucos sacerdotes ainda vivos que foram ordenados por Dom Delfim e que acompanharam toda a mudança conciliar da Igreja. Em entrevista realizada no dia 26 de maio de 2021, ao perguntar sobre a convivência com o bispo em Leopoldina:

Trabalhei com ele por 4 anos, depois ele foi para São João del-Rei. A nossa diocese existe graças a ele, vendeu alguns lotes para arrecadar dinheiro e comprar o terreno para construir o seminário e outros prédios da Cúria. Fundou uma tipografia para publicar as cartas pastorais, avisos e outras informações. Fui ordenado em 8 de dezembro de 1956, apenas com 22 anos e 10 meses, a idade mínima canônica para época era de 24 anos, mas ele [Dom Delfim] me ordenou em razão da grande carência de sacerdotes na diocese. Dispensou 1 ano e 2 meses e me ordenou. (CHAMEL, 2021)

O comentário do monsenhor sobre Dom Delfim ter optado por adiantar a ordenação sacerdotal demonstrou um ponto interessante na vida do bispo, que priorizou a realidade eclesial em detrimento do antigo CDC de 1917<sup>35</sup>, colocando a necessidade acima das normas canônicas. Além da carência de sacerdotes, também havia carência de formadores, por isso, logo após a ordenação, Monsenhor Chamel foi nomeado reitor do seminário: Dom Delfim “também me deixou responsável pela administração do seminário e assim fiquei lá por 14 anos”.

Na figura 3 é possível identificar Dom Delfim presidindo a Missa de ordenação de monsenhor Chamel com outro sacerdote, ainda na liturgia anterior ao Vaticano II. Ambos sacerdotes estão deitados no chão com o rosto voltado para a terra, parte do rito que permanece até hoje e representa o sinal de entrega e finalidade para Deus e a Igreja Católica.

A rara imagem carrega um símbolo importante para a compreensão sobre Dom Delfim: uma missa tridentina e um bispo tridentino, formado durante esse modelo eclesial que, assim como outros bispos, precisou adaptar-se às diretrizes conciliares. Mas até que ponto havia por parte dele um desejo por uma nova eclesiologia?

---

<sup>35</sup> Cân. 975, 1917. Subdiaconate is not to be conferred before the completion of the twenty-first year of age; diaconate, before the completion of the twenty-second year; presbyterate, before the completion of the twenty-fifth year.

Figura 5 - Ordenação Sacerdotal de Monsenhor Chamel



Fonte: acervo monsenhor Antônio Chámel

Em outro ponto da entrevista, o sacerdote também comentou que Dom Delfim era muito sociável e possuía contato com pessoas importantes da época, principalmente políticos, sendo sempre convidado para eventos. Todas essas qualidades ajudavam na coleta de doações para as obras sociais e, dessa forma, por onde passou o bispo conseguiu deixar um legado. Completa o monsenhor:

Era uma pessoa muito dinâmica e social, sempre muito querido por todos nós, até hoje as pessoas lembram dele, fizemos uma matéria especial em 2008 comemorando os seus 100 anos de vida no Jornal Leopoldinense (CHAMEL, 2021).

O dinamismo e a sociabilidade, de fato, deram-lhe um imenso prestígio com diversos representantes sociais e políticos, era comum os jornais da época noticiar os jantares, inaugurações de obras, reuniões políticas ou qualquer evento que fosse importante para a região, todas com a presença de Dom Delfim, que passava a representar não apenas uma personalidade eclesiástica, mas, também política. Seu pontificado em Leopoldina marca o início das relações com o poder político e econômico. Na figura 6, é possível observar o bispo no centro, com Jânio Quadros ao lado direito da imagem, datada de 10 de julho de 1960, quando estava concorrendo para presidência da República. Essa visita ocorreu após o comício realizado na cidade de Leopoldina.

Figura 6 - Dom Delfim, Jânio Quadros e comitiva, 1960.



Fonte: Acervo do Jornal Leopoldinense

Também é possível visualizar na imagem Omar Resende Peres e Antenor Ribeiro dos Reis, empresários e políticos de Leopoldina<sup>36</sup>, o que mais uma vez demonstra a ligação entre o bispo e a elite local.

Assim como foi o primeiro bispo de Leopoldina, também foi em São João del-Rei. Seu pontificado em Leopoldina encerrou-se em 1960, quando foi designado para a recente diocese de São João del-Rei. Na ocasião, já possuía 17 anos de pontificado e uma boa relação com os seus pares do bispado, principalmente com dirigentes da classe política. No entanto, Dom Oscar não queria que Dom Delfim fosse transferido para São João del-Rei, mas que um amigo seu pudesse assumir a cátedra. Esse amigo era o Cônego José Higinio de Freitas, como relata o monsenhor Almir quando estava junto de Dom Oscar traduzindo as bulas da criação da diocese, diz ele:

Dom Oscar fumava bastante e, de vez em quando, curtiava uma xícara de café. Interrompia, às vezes, a tradução para uns comentários:  
“Não tenho culpa de nada...  
Atrapalharam os meus planos...  
O meu apresentado era outro...”

<sup>36</sup> Cf. JORNAL LEOPOLDINENSE. Jânio Quadros em campanha visita Bispo de Leopoldina - 1960. Edição especial 100 anos de Dom Delfim, Leopoldina, p. 1, 2 maio 2008.

[...]. Seja como for, aconselhei ao Sr. Dom Delfim a não trazer o seu secretário, mas ele não me vai atender. Duvido que dê certo. Mas não posso fazer nada.... Corria voz que o Bispo de Leopoldina fora aconselhado a renunciar à diocese e não seria candidato a outra, devido ao mal êxito em Leopoldina. Mas o Sr. Ministro Clóvis Salgado e Sr. Tancredo Neves (ambos paraninfos de sua posse em S. João del-Rei), de comum acordo, conseguiram a transferência de S. Ex<sup>a</sup> para a diocese de S. João del-Rei, por vias políticas, apelidadas de diplomáticas. (AQUINO, 1980, p.68).

Essa fala de Dom Oscar demonstra como a nomeação de um bispo pode envolver a política interna institucional, mas, também, a pressão política externa. É uma queda de braço, como explicitado no item 2.2 que, nesse caso, ganha sempre o mais influente.

Ao analisar, até aqui, a vida de Dom Delfim, é possível perceber alguns aspectos que compõe a sua rede de sociabilidade. Nesse sentido, surgiram algumas indagações: quais as relações do bispo com o poder econômico? Com as comunidades? Pessoas simples das irmandades ou grupos dominantes?

Essas questões são importantes, pois as intervenções do bispo na diocese estão marcadas por determinados lugares de fala e por certa aderência a uma identidade pertencente a um grupo. Na visão de Karl Mannheim, cada indivíduo “é, pois num duplo sentido, predeterminado pelo fato de ser criado dentro de uma sociedade: por um lado já encontra uma situação definida e, por outro, dentro dessa situação, padrões de conduta e de pensamento estabelecidos” (MANNHEIM, 1982, p.98).

Segundo Jean-François Sirinelli (1998, p.261) em seu texto sobre as elites culturais, o estudo de um personagem com poder e influência é um campo sólido para pesquisa, uma vez que “as elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência”. Nesse sentido, as ações individuais estão tomadas por visões de mundo coletivas desta rede social, que influenciam nas diversas decisões e comportamentos, sendo, no caso de Dom Delfim, a sua prática episcopal.

Sempre ligado a pessoas ou famílias importantes, a presença do bispo em festas, aniversários, reuniões, jantares e inaugurações eram constantes e imprescindíveis. Na figura 7, é possível observar o pontífice em um evento promovido pelo Major João Cabelo Bidart, ao lado do bispo, na Escola Técnica de Comércio Tiradentes (ETCT), fundada pela Associação Comercial. Foi uma figura importante na área educacional da cidade e com enorme prestígio devido aos anos dedicados na direção da escola técnica.

Outro fator importante a se analisar são as vestimentas: percebe-se que o bispo está usando todos paramentos episcopais, como o barrete, a cruz peitoral, a batina clara, permitida aos clérigos de países tropicais, e o roquete sobre a batina.

Figura 7 – Major Bidart e Dom Delfim, início de 1970



Fonte: Acervo pessoal Célia Bidard - A Antiga São João del-Rei

Analisar o traje episcopal utilizado por Dom Delfim é importante, pois o modo do bispo de se vestir relata como ele se vê ou como deseja que os outros o vejam. A escolha pela etiqueta e elegância episcopal remonta a imagem de um bispo príncipe, que compõe o alto clero e que goza de um prestígio social, principalmente em cidades pequenas e do interior, como é o caso de São João del-Rei.

Na visão de Riolando Azzi (2008), os bispos ao longo do século XX compuseram uma nobreza decadente, longe do prestígio do século anterior, em uma sociedade de constante mudança. Muitos ainda utilizavam as suas roupas típicas como as longas capas de cauda, brasões, títulos de excelência, anel, cruz peitoral, além de utilizar do caráter majestático em sua linguagem oral e escrita. Completa o autor que

Se, por um lado, muitos prelados continuavam a resistir aos avanços da mentalidade moderna, fazendo questão de continuar a apresentar-se com toda a pompa, afirmando sua posição hierárquica na instituição eclesial, diversos outros começavam a adaptar-se aos novos tempos, procurando atuar de forma mais simples e preocupados muito mais com os sérios problemas sociais do país (AZZI, 2008, p. 578).

Ao entrevistar alguns sacerdotes da diocese, poucos falaram sobre Dom Delfim, no entanto, o comentário de um deles chamou a atenção. Questionado sobre sua relação com o bispo, o sacerdote respondeu: “não tenho o que falar, mas ele era um príncipe”<sup>37</sup>. Vale observar que o padre não falou em tom pejorativo, ele via o bispo com uma postura diferente dos seus sucessores e esse modo de olhar para Dom Delfim não é por acaso. Como mencionado no início deste item, parte dos seus estudos foram na Itália, com a Igreja preparando-o para ser um bispo. Ao instruir-se em Roma, muitos desses futuros bispos criavam a imagem do príncipe eclesial. Segundo Henrique Matos (1990), a Igreja e sua autoridade eram intocáveis, a pessoa do Papa era algo de respeito absoluto, assim como o bispo diocesano. Na qualidade de príncipes da Igreja, os bispos exigiam para si todo o respeito, não por vaidade pessoal, mas por causa do seu poder investido através do sagrado.

Além de figura religiosa, também eram figuras ornamentais<sup>38</sup>, os políticos exigiam a presença dos bispos nas solenidades cívicas, patrióticas e em eventos importantes. Essa imagem do bispo contribuía para legitimar a ordem e o poder vigente, como é possível observar na figura 8, Dom Delfim em um jantar com o político mais influente na região e um dos responsáveis pela sua transferência para São João del-Rei, Tancredo Neves.

---

<sup>37</sup> Entrevista informal realizada em 2021 com um padre da Diocese. A fala do sacerdote compõe um elemento importante de representação. A questão do bispo como um príncipe remonta a Idade Média, no qual o bispo era um representante da nobreza católica, também conhecidos como os Príncipes da Igreja.

<sup>38</sup> Os bispos eram convidados em praticamente todos eventos sociais.

Figura 8 – Dom Delfim Ribeiro Guedes e Tancredo Neves, década de 1960.



Fonte: Acervo de Guilherme Viegas

No jornal Ponte da Cadeia, de 29 de agosto de 1971, é noticiado a reunião dos prefeitos da região a pedido do bispo, a fim de unir os líderes municipais para propor melhorias econômicas. Estavam presentes os prefeitos de São João del-Rei, Barroso, Luminárias, Piedade do Rio Grande, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Itumirim, Itutinga, Ingaí, Lavras, Nazareno, Tiradentes, São Vicente de Minas, Ritópolis e Carrancas, que agradeceram ao bispo pela iniciativa:

Como resultado da reunião informal de Lavras, no dia 22, quando o bispo Dom Delfim Ribeiro Guedes sugeriu um encontro de todos os prefeitos da região, a próxima será em São João del-Rei. [...]

[...] O sr. Leonardo Venerando Pereira, acompanhado de sua esposa, sra. Mary Resende Pereira, ofereceu o almoço informal aos presentes, agradeceu a Dom Delfim a ocasião de reunir os seus colegas e se colocou à disposição de todos para fixar novas

diretrizes relacionadas com outras reuniões. [...] A primeira reunião marcará as perspectivas da administração municipal de toda a zona geo-econômica.<sup>39</sup>

O feito de reunir tantas autoridades demonstra a importância política do bispo para região. Um dos principais resultados dessas reuniões foi a construção da rodovia entre São João del-Rei a Lavras.

Há poucos relatos sobre a administração eclesiástica na diocese e a sua relação de Dom Delfim com os padres. Na entrevista com monsenhor Juvenal, o sacerdote demonstrou receio para falar do bispo,<sup>40</sup> no entanto, deixou transparecer a falta de dinâmica no trabalho com os seus pares do clero:

Ele precisou formar várias equipes, formar a Cúria, orientar os sacerdotes. É claro que o líder varia, de acordo com a pessoa. O dom Delfim foi um bispo muito místico, mas não tão dinâmico. Uma autoridade não pode ficar apenas com alguns elementos, precisa ter elementos de confiança que pode ajudar a ouvir na administração da diocese, isso é muito importante. Não quero fazer crítica, mas que nos procuremos nos esforçar e sempre iremos nos esforçar para ajudar. Cada um de nós têm uma administração.

O administrador ele pode errar, mas errar em grupo e não sozinho, ele tem um governo de importância, que pode confiar para não causar um desarranjo. (PONTE DA CADEIA, 1971, p.1-4).

Vale ressaltar que o monsenhor Juvenal trabalhou junto com Dom Delfim, assumindo alguns cargos na Cúria, como reitor do seminário. Além disso, a maior parte da sua vida pastoral foi na cidade de São João del-Rei, na paróquia São José Operário, próxima da sede episcopal. Nesse sentido, a fala do monsenhor torna-se importante, uma vez que ele estava no centro do episcopado, tendo mais contato com o bispo do que os demais padres da diocese.

Ao comentar que o bispo era muito místico e pouco dinâmico, parece, à primeira vista, uma contradição, afinal o bispo articulava-se com os políticos da época. No entanto, é oportuno aprofundar a frase do monsenhor, olhando para a questão da formação do quadro episcopal brasileiro. O pesquisador Henrique Cristiano José Matos (1990, p.345), que estudou a Igreja Católica em Minas Gerais no início do século XX, caracteriza esse período como a Igreja que representa uma sociedade perfeita a partir de seus quadros eclesiásticos, tendo a “convicção de possuir fins mais nobres de caráter sobrenatural, sendo por isso uma complementação indispensável à ação do governo temporal do Estado”. Ou seja, as interferências da elite eclesiástica na política e suas relações de poder estavam ligadas a uma visão de que é a partir

---

<sup>39</sup> PONTE DA CADEIA. Prefeitos se reunirão aqui., São João del-Rei, ano V, n. 213, p. 1-4, 29 ago. 1971.

<sup>40</sup> Compreende-se que nenhum padre quer confrontar o bispo, uma vez que unidade entre os membros eclesiástico é primordial para o dia-a-dia da Igreja local.

da Igreja – santa, infalível e indestrutível – que existe e se organiza o Estado brasileiro e, por isso, a instituição precisa ser ouvida e ambos formarem a sociedade perfeita, com submissão e respeito às autoridades. Matos complementa que

Só a religião católica faz lembrar aos homens que toda a autoridade vem de Deus, que os poderes, que os poderes públicos existem segundo a ordenação divina e ocupam o lugar de Deus na sociedade e que, portanto, todos os cidadãos devem respeito, fidelidade e obediência às autoridades constituídas. (MATOS, 1990, p.328).

Portanto, é nesse processo histórico que se encontra Dom Delfim e suas redes de sociabilidade. Segundo a fala do monsenhor Juvenal, a falta de dinamismo do bispo estava em não ouvir os seus pares para agir pastoralmente e, assim, estar aberto a outras visões de mundo de um clero heterogêneo. Por outro lado, o monsenhor atribui como principal qualidade a mística que Dom Delfim possuía. Este conceito carrega um valor importante, pois perpassa a formação doutrinal e a vida sacramental de Dom Delfim, evidenciando características que foram trabalhadas desde sua formação como seminarista até os seus estudos em Roma, como boa oratória, conhecimento profundo do latim, segura orientação moral e de bons costumes, atributos indispensáveis no quadro episcopal brasileiro no período. Além de Dom Delfim, podem ser citados com este mesmo perfil o arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, o bispo de Montes Claros, Dom José Alves da Trindade e o arcebispo de Juiz de Fora, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido.

O contexto político nacional também auxilia na compreensão do perfil de Dom Delfim. O seu pontificado em São João del-Rei foi durante o período da Ditadura Militar e, por sua vez, a cidade abriga o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, uma unidade com participação efetiva em diversas ações militares, entre elas a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964.

Para a Igreja da época, também havia um medo da implantação do comunismo, tanto que, em junho de 1961, Dom Delfim enviou uma circular para que os padres realizassem um abaixo assinado com os paroquianos, a fim de não permitir a oficialização do Partido Comunista. As assinaturas foram enviadas ao presidente da época, Jânio Quadros, e no ofício é destacado que não havia possibilidade de existir de forma simultânea uma “democracia cristã” e um Partido Comunista, quebrando o princípio cristão. Segue um trecho do ofício:

Sejam promovidas, com a máxima urgência, em todas as Paróquias, a organização de listas com assinaturas, figurando a indicação da profissão e cargo do assinante (v.g. industrial, médico, estudante, dona de casa, operário, lacrador, etc.), pedindo ao Sr. Presidente da República a não-oficialização do Partido Comunismo [...]

O Sr. Bispo recomenda que todo católico, sem exceção, assine a lista, (de modo bem legível). É um ato de patriotismo e de defesa dos interesses da Santa Igreja [...], seja usado o papel almaço, pautado, formato ofício, com o cabeçalho, mais ou menos, nos seguintes termos:

Nós, abaixo assinados, fiéis à tradição católica do Brasil e à da vocação democrática, manifestamos a V.Excia., como Presidente da República, a nossa adesão firme e decidida aos princípios de uma sã democracia cristã a qual repugna ver oficializado no Brasil o Partido Comunista Brasileiro e, ao mesmo tempo respeitosamente, pedimos a V.Excia. se digne fazer valer a expressão sincera de nossos votos contra a oficialização do Partido Comunista Brasileiro em nossa amada Pátria. (CIRCULAR, n. 2, 1961)

Ainda, antes do golpe, em 1963, Dom Delfim enviou uma circular reservada aos padres da diocese, na qual, novamente, demonstrava o medo de uma possível implantação do comunismo e na expropriação dos bens da Igreja. No documento pedia aos sacerdotes para zelarem pelos patrimônios eclesiásticos, principalmente, as terras improdutivas ou não aproveitadas. O receio do bispo em uma comunização ficou evidente no caráter imediatista da carta, permitindo alugar ou arrendar os bens sem a necessidade de consultar o bispo. Também, em caso de necessidade da venda dos bens paroquiais, o bispo imediatamente enviaria uma procuração. Segue o trecho da circular:

Ninguém ignora a gravidade da situação política brasileira na hora presente; e as perspectivas do futuro - sem sombra de pessimismo - são as mais desalentadoras: as ideologias e os planos de atividade marxistas, se não oficialmente, estão de gato marchando a largos passos, ameaçando a derrocada total dos princípios da democracia cristã, com as mais funestas consequências para a Santa Igreja, que é sempre a mais visada pelo comunismo.

Em vista, pois, do perigo (pelo menos possível) de - em virtude de uma nova legislação a fundo marxista - os minguados patrimônios das nossas paróquias e de outras entidades religiosas, como Confrarias, Irmandades etc..., serem atingidos, em determinadas circunstâncias pela desapropriação, MANDAMOS, em caráter de urgência, aos Rvmos Párocos (*et omnibus qui párochis aequiparantur*), aos Reitores de igreja e aos capelães que tomem, sem demora, as medidas, que se fizerem necessárias, para assegurar a posse dos bens patrimoniais, especialmente dos terrenos: a) improdutivos ou não bem aproveitados, b) de terrenos, desprovidos de fecho, cêrca ou muros, que tenham a aparência de terrenos devolutos ou abandonados, passíveis, portanto, de desapropriação. Tenha-se especial cautela nos contratos de aforamento e de arrendamento, para ressaltar sempre o direito de propriedade.

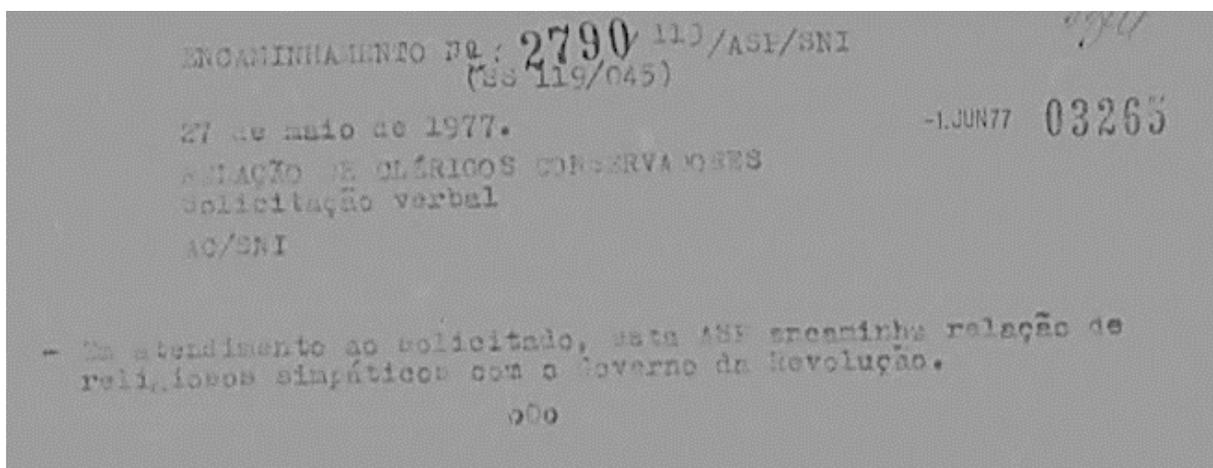
Em casos especiais, em que se torne aconselhável a alienação de determinado imóvel, recorre-se a Nós, por intermédio da Cúria Diocesana motivando-se detalhadamente o pedido e requerendo a devida procuração. (CIRCULAR, n.18, 1963)

A partir dessa visão de mundo anticomunista e de um comunismo que estava em curso é possível compreender a ligação de Dom Delfim com o oficialato da cidade e posteriormente uma simpatia com o Regime Militar. Nesse aspecto, havia um jogo de trocas: em festividades religiosas ou sociais, os oficiais miliares estavam presentes, enquanto nas solenidades militares o bispo sempre era convidado. Em uma matéria de 2 de julho de 1967 do jornal Ponte da

Cadeia<sup>41</sup>, foi destacado a troca do comando do batalhão e, no evento organizado pelos membros do Exército, entre os convidados estava o bispo e outras autoridades importantes. No mesmo ano, em 17 de setembro<sup>42</sup>, na inauguração do seminário diocesano, autoridades militares estiveram presentes durante a missa, entre eles o general Antônio Carlos Mourão Ratton, que fez a leitura de um trecho da Constituição Conciliar *Lumen Gentium*.

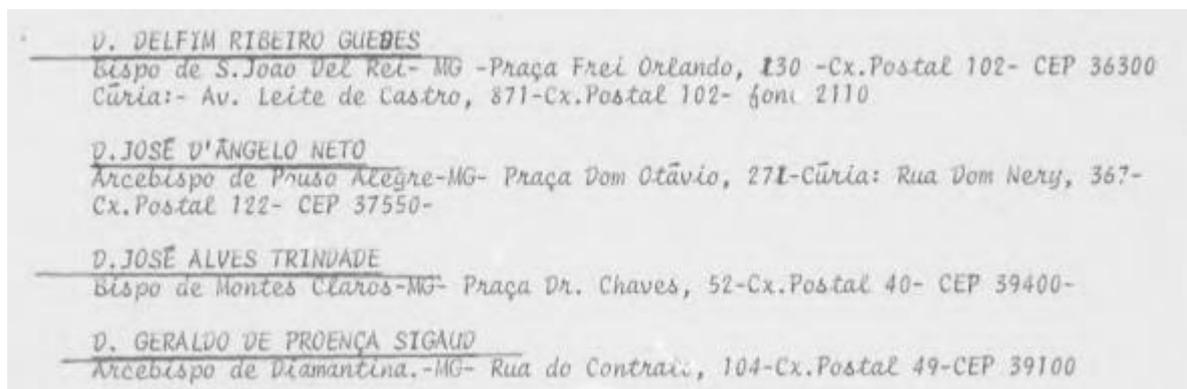
No arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI), há um relatório que destaca que os bispos que eram considerados “simpáticos com o Governo da Revolução” e, entre os bispos de Minas Gerais, estava Dom Delfim, como é possível observar nas figuras 9 e 10.

Figura 9 - Relação de Clérigos Conservadores, 27 de maio de 1977



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Figura 10 - Bispos de Minas Gerais simpáticos ao Governo Militar



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional

<sup>41</sup> Cf. PONTE DA CADEIA. Notícias Militares. São João del-Rei, ano I, n. 4, p. 1-4, 2 jul. 1967.

<sup>42</sup> Cf. PONTE DA CADEIA. Vitória de Dom Delfim, São João del-Rei, ano I, n. 15, p. 1-4, 17 set. 1967.

O apoio ao golpe militar não foi uma exclusividade de Dom Delfim, muitos outros membros do clero também aprovaram as intervenções. No entanto, com o passar dos anos e o acirramento da ditadura, a perseguição ao clero começou a se tornar constante, como afirma Paulo César Gomes (2014), a “CNBB não diferiu da que trilharam entidades como a OAB e a ABI, já que todas apoiaram o golpe de 1964 em um primeiro momento e, posteriormente, tenderam a fazer oposição ao regime, sobretudo a partir de 1968”.

Nesse sentido, é possível observar que Dom Delfim estava na contramão da maioria dos seus pares episcopais, demonstrando que, ao menos por 13 anos, o bispo continuou politicamente ligado aos militares na luta contra o comunismo e na defesa dos interesses da Igreja local.

Esse apoio a ditadura não é era um problema para o bispo, que apesar de ser um ente político, Dom Delfim não se via dessa forma. Do ponto de vista eclesiológico, compreendia que suas orientações e posicionamento eram feitas como um representante do sagrado, um pastor que guia as ovelhas. Ou seja, o bispo parte do sentido espiritual para alinhar as suas ações políticas, justificando as suas atitudes.

Todo esse movimento reacionário por parte de Dom Delfim aconteceu porque o bispo possuía uma outra visão de Igreja. Distanciava-se tanto da corrente neotomista – já discutida neste trabalho -, como da progressista, ligada a Teologia da Libertação, as duas correntes mais expressivas após o Vaticano II. Ao evidenciar o lugar histórico do bispo, esse não alinhamento filosófico e teológico ocorreu devido sua formação na década de 1920 e 1930, momento no qual o pensamento majoritário da Igreja no Brasil versava sobre o modelo de sociedade-perfeita e neocristandade, por onde a fé devia informar todos os setores da sociedade para que houvesse uma verdadeira ordem cristã. Dom Delfim era, portanto, um dos últimos príncipes eclesiásticos de uma nobreza eclesiástica que deixava de existir.

#### **2.4.1 O pontificado chega ao fim**

No dia 30 de dezembro de 1983, Dom Delfim fez o anúncio público da sua renúncia como bispo titular, pedido que foi acatado pelo Pontífice Romano devido à idade máxima de 75 anos e, assim, tornando-se bispo emérito<sup>43</sup>. Em sua despedida, o bispo pediu desculpas por suas faltas, diz ele,

---

<sup>43</sup> Cân. 401 — § 1. Roga-se ao Bispo diocesano, que tiver completado setenta e cinco anos de idade, que apresente a renúncia do ofício ao Sumo Pontífice, o qual providenciará depois de examinadas todas as circunstâncias.

Depois de implorar a Deus N.S. e Pai de infinita misericórdia perdão e indulgência pelas minhas faltas, rogo-vos também que me perdoeis o bem que fiz mal, ou que deixei de fazer, e o mal que, porventura, tenha feito e que jamais desejaria fazer. Se aprouver à Divina Providência, que tudo dispõe, permanecerai morando ao vosso lado, nesta querida Cidade, sem, de modo algum, porém, interferir no governo eclesiástico desta Diocese e no governo civil. (CIRCULAR, n. 253, 1983)

Ao permanecer na cidade, o bispo demonstra os fortes laços e as redes de sociabilidade que criou, formando vínculos com os diversos grupos e pessoas. Foram 41 anos de bispado, sendo 23 na diocese de São João del-Rei. Faleceu dois anos depois, no dia 23 de fevereiro de 1985. De modo geral, seu trabalho frente à Diocese teve como característica um modelo de controle centralizador, enquanto outras dioceses partiram para novas experiências conciliares como as Assembleias Diocesanas (SANTOS, 2015).

Por fim, compreender a figura de Dom Delfim é importante, uma vez que suas ações enquanto líder da Igreja local estão diretamente ligadas a um contexto maior. O bispo compôs o quadro de uma elite eclesiástica em transição, que precisou se adaptar após a Proclamação da República, passando pela reestruturação no início do século XX, como a romanização da Igreja no país, a Ditadura Militar, a reorganização institucional pré-conciliar e, principalmente, a Igreja do Vaticano II.

Nesse sentido, podemos colocar Dom Delfim como um bispo que tende a conservar as estruturas tradicionais eclesiais. Apesar de aceitar as modificações conciliares, viveu com a visão de uma Igreja sacramental, preocupando-se apenas com as administrações dos sacramentos e com a sua burocracia. Portanto, seu pontificado foi marcado por uma Igreja que pudesse funcionar sem maiores problemas e conflitos, sejam eles com os membros do clero secular, religioso e os leigos nas pastorais, confrarias e irmandades. O próximo capítulo, portanto, auxiliará na compreensão dessa recepção fragmentada ou de um *aggiornamento* que procura a conservação de suas estruturas.

## **2.5 O seminário diocesano e os futuros padres pós-conciliares**

Em São João del-Rei, havia uma preocupação com o acolhimento dos jovens, pois a região possuía um número alto de vocações sacerdotais. Inclusive, dela saíram vários bispos, como Dom Antônio de Almeida Lustosa, Dom José D'Angelo Neto, Dom Lucas Moreira Neves, Dom Tarcísio Sebastião Batista Lopes e Dom João Bosco de Oliver Faria. Todas as vocações anteriores à criação da Diocese estudavam na Arquidiocese de Mariana e depois de ordenados eram alocados nas cidades, conforme a necessidade da Igreja.

Na figura 11, é possível observar uma foto com os seminaristas sanjoanenses no seminário em Mariana em 1941. Todos estão de batina, vestimenta obrigatória para todos os estudantes, cabelos cortados e barba feita. A ideia era criar um ambiente de ordem e disciplina para que os alunos sentissem a sua vinculação com o mundo espiritual, por isso, possuíam horários fixos para orações, missas, estudos e descanso.

Figura 11 - Jovens estudantes sanjoanenses do Seminário de Mariana, 1941



Fonte: Acervo pessoal de Roosevelt Marikink dos Santos

A maioria deles tornaram-se padres, alguns bispos e até um cardeal. Da esquerda para direita é possível observar, em pé: Padre Antônio Batista Lopes, Monsenhor Vicente Dilácio, Padre José Nicolau, Padre Domingos Oliver Faria, Walmir Machado, Moacir Peluzzi, Cardeal Luiz Moreira Neves, Padre Antônio Brás, Sebastião Banho, Padre Luiz Gonzaga da Fonseca Torga, Helvécio Teixeira, Padre Abdalla Jorge, Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, Antônio Pacheco, Padre Francisco Rodrigues Lustosa, Ivan Della Croce, Padre Carmélio Augusto Teixeira, Monsenhor Almir de Rezende Aquino, Cônego Osvaldo Rodrigues Lustosa e o Cônego Luiz Giarola Carlos.<sup>44</sup>

Para não precisar enviar os seminaristas para Mariana, havia a necessidade construir o seminário em São João del-Rei. Nesse sentido, o seminário diocesano fez parte do processo de construção da diocese, uma vez que o decreto de criação da diocese incumbia ao bispo a constituição de um seminário para receber essa expressiva quantidade de postulantes ao

---

<sup>44</sup> Agradeço aos membros da A Antiga São João del-Rei pela identificação dos sacerdotes.

sacerdócio: “Fundado o Cabido, cessará o ofício dos Consultores, Igualmente, erija ao menos o Seminário Menor para a formação de candidatos ao Sacerdócio, tendo-se insto em grave dever” (O PILAR, 1960). Esse lugar de ensino e formação recebeu o nome de Seminário Menor São Tiago, que é o padroeiro secundário da Diocese. Os alunos recebiam diversas instruções como o latim, português, liturgia e doutrina católica.

O primeiro local de residência dos seminaristas foi em Tiradentes, inaugurado em 29 de abril de 1962 com o lema *Christum Ferent*, que significa Levarão Cristo. No estatuto provisório constava a obrigatoriedade do enxoval: terno azul marinho para os domingos e datas especiais, ternos, pijamas, meias, camisas, dúzia de lenços, calção de esportes, sacos de roupas, par de chuteiras, par de colchão e travesseiro, colchas brancas, lençóis, fronhas, toalhas de banho e cobertores. Além disso, era necessário pagar a pensão anual de Cr\$ 36.000,00 (cruzeiros), pagos em duas prestações adiantadas, no começo do primeiro semestre e outra no segundo, e também havia o pagamento de taxas para lavagem de roupa, jóia, assistência de enfermagem, barbeiro, etc. Não era permitido o uso de perfume, fumo e de comunicação com externos, mesmo por cartas, sem autorização do reitor. O seminarista que não obedecesse às regras, ou que cometesse alguma ofensa moral, era automaticamente desligado.

O aluno que não poderia arcar com todos os custos<sup>45</sup>, normalmente, era apadrinhado por benfeitores, e a diocese também ajudava com uma pensão parcial ou total. Aqui, vale utilizar o exemplo do seminarista da segunda turma, Délcio José de Oliveira, que relatou em entrevista que pertencia a uma família muito pobre de Conceição da Barra de Minas e não conseguia arcar com as despesas, mas contava com a ajuda de muitas pessoas que colaboravam com qualquer valor, permitindo-o chegar ao final dos seus estudos.<sup>46</sup>

A diocese também realizou diversas campanhas de arrecadação, no jornal O Pilar, de 1º de Maio de 1962, Dom Delfim pediu que os diversos grupos, católicos ou não, se organizem para auxiliar o seminário,

As paróquias, associações e entidades católicas e não católicas, mas amantes da instrução são convidadas pelo Exmo. Sr. Bispo a colaborar com a comissão pró Seminário, composta dos Revmos. Srs. Cônegos Almir Rezende Aquino, Sebastião Paiva e Pe. Francisco Lustosa, Diretor diocesano da O.V.S, dando generosos donativos para esta obra de formação eclesial que é um seminário. (O PILAR, 1962, p.2).

---

<sup>45</sup> Nos dias atuais, nos seminários, não é cobrado valor para o ingresso nos estudos. Toda diocese reserva um valor da sua receita para os custos dos seus seminaristas.

<sup>46</sup> Entrevista realizada em 21 novembro de 2021.

O bispo também enviou uma circular ao clero diocesano, regular e para as congregações femininas, fazendo um apelo para a colaboração de todos,

[...]. Mas, estais também vós dispostos a procurar e cultivar vocações sacerdotais, a rezar e fazer rezar pelo aumento e cada vês maior santificação do Clero, a emprestar vossa colaboração nos diversos ofícios, que exige a estruturação interna do Seminário, e finalmente, a procurar recursos materiais para as obras e subsistência de nosso Seminário? [...].

Peço-vos ainda que tomeis conhecimento das reponsabilidades financeiras que vosso Bispo teve de assumir, para organizar o Seminário Diocesano São Tiago e o Ginásio São João Evangelista.

Além disto, peço-vos que tomeis conhecimento de quanto necessitamos para a manutenção de nossos Seminaristas, que já se acham estudando nos conceituados Seminários de Mariana, Campanha e Juiz de Fora, e dos que, em breve começarão a estudar em nosso Seminário.(CIRCULAR, n.7, 1962).

A primeira turma ingressou no mesmo ano de inauguração, foram 12 integrantes: Djalma Tarcício Ferreira de Assis, Fábio Rômulo Reis, João Luiz da Silva, José Bittar, José Carlos Rodrigues, José Gualberto Torga Rodrigues, Nilsio Barbosa, Osvaldo Antônio da Silva, Alcides de Resende Nicolau, Saulo José Alves, José das Dores Mendonça. Como pode ser visualizado na figura 12, os postulantes eram muito novos, entrando a partir dos 11 ou 12 anos. Isso era comum no modelo tridentino de seminário até o início da década de 1970, no entanto os seminários menores foram diminuindo e, hoje, as ordens e dioceses, em sua maioria, aceitam postulantes maiores de 18 anos e com Ensino Médio completo.

Figura 12 - Primeira turma de seminaristas, 1962



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana

Mantidos em regime de internato, o primeiro passo a ser dado pelo candidato ao sacerdócio era a separação da família. Essa proposta tinha como objetivo a permanência do

candidato na vida religiosa e o distanciamento da vida social do mundo. Um sinal visível dessa separação do mundo era o uso da veste talar ou batina, sua cor preta expressava a renúncia e a morte aos prazeres e vaidades do mundo, como observado na figura acima. Revestidos desse hábito preto, os jovens deviam tomar mais consciência de que faziam parte de um grupo seletivo, escolhido por Cristo como seus representantes na terra e, a partir da sua entrada no seminário, eles já não eram como as demais pessoas (AZZI, 2008).

O Seminário Menor constituía o tempo em que os estudantes cursavam a educação básica, passando desde a infância até a fase adulta, ingressando posteriormente no Seminário Maior para estudar Teologia e Filosofia. Para muitos, era a oportunidade de ter acesso à educação e formação cultural, sendo o caminho mais fácil para quem desejasse ascender ao mundo restrito da instrução<sup>47</sup>. Completa Azzi (2008, p. 540) que as famílias, ao encaminhar esses meninos para o seminário poderia “significar um alívio apreciável ao orçamento familiar, a possibilidade inesperada de uma educação barata, e até mesmo, inconsciente, a ocasião de ascender ao que se julga ser uma forma honrosa de promoção social”.

A primeira aula ocorreu no dia 01 de maio de 1962, a matéria foi de Língua Portuguesa, ministrada pelo Padre João Cupertino da Silva. Os outros professores eram o Padre João Batista, Cláudio Humberto Queiroz, Padre Francisco Andrade, Cecília do Nascimento Lima, Nova Barbosa, Padre José Rocha, Antônio Assis de Oliveira, Padre Jacinto Lovatto, Geny Batista de Moraes, Alice Lima Barbosa, Lucia Gomes, Leonor Gomes, Irmã Tereza, Regina P, Padre Lorival Rios, João Bosco de Castro, Janice M. Almeida e Monsenhor Francisco Tortoriello.

A segunda turma ingressou no ano de 1964, foram 39 seminaristas e, somando com a primeira, um total de 51 postulantes. Apesar do número expressivo de candidatos, apenas 4 percorram o longo caminho de estudos e, assim, receberam o sacramento da ordem: Padre Fábio Rômulo Reis, Padre José Bittar, Padre Delcio José de Oliveira e o Padre José Carlos Rodrigues.

Para facilitar a análise do número de vocações, pode-se observar a tabela 2. Nela, é possível visualizar o ano, a quantidade de postulantes e os seminaristas que chegaram ao presbiterato. Os seminaristas que estavam estudando antes da formação do seminário, continuaram os seus estudos na Arquidiocese de Mariana até serem ordenados, como foi o caso do Padre José Nacif Nicolau em 1966 e o Padre José Vicente em 1967, ambos ordenados por Dom Delfim. Nesse sentido a tabela 2 expressa apenas os seminaristas que entraram no seminário da Diocese de São João del-Rei.

---

<sup>47</sup> Lembro-me de um padre salesiano relatar que a sua decisão de ir para o seminário surgiu quando viu um padre recrutando meninos e pedindo autorização para os pais para leva-los. Foi assim que se tornou padre.

Quadro 2 - Entrada de alunos e a chegada ao presbiterato

Ano	Postulantes	Presbiterato	Nomes
1962	12	3	Padre Fábio Rômulo Reis, Padre Delcio José de Oliveira e Padre José Carlos Rodrigues.
1964	39	1	Padre Delcio José de Oliveira.
1965	24	0	Ninguém recebeu o presbiterato
1967	41	0	Ninguém recebeu o presbiterato
1976	44	3	Padre Neidir Antônio, Padre Claudir Possa Trindade, Padre Geraldo Magela de Oliveira, Padre Domingos Sávio da Silva
1981	17	4	Padre Pedro de Jesus Viermann, Padre José Paulo Guimarães Menezes, Padre João Rodrigues de Paula, Padre Ademir Sebastião Longati,
1982	2	0	Ninguém recebeu o presbiterato
1984	7	1	Padre José Roberto Vale Silva

Fonte: Relatório de entrada dos seminaristas, Cúria Diocesana

Em 27 de agosto de 1967, o Seminário Diocesano São Tiago foi transferido para São João del-Rei, Avenida Leite de Castro, 371, funcionando no mesmo lugar que a Cúria Diocesana, que antes estava na sacristia da Igreja do Carmo. Nesse ano, o seminário contava com 34 seminaristas que cursavam o ginásio no Colégio São João, 17 no Colégio Santo Antônio, 8 frequentavam a Faculdade Dom Bosco, mas apenas 5 pertencentes a Diocese de São João del-Rei os outros 3 eram da Diocese de Caratinga, Minas Gerais.

Entre os planos de atuação episcopal de Dom Delfim, o seminário era o maior deles. Sua proposta era a “formação de novos sacerdotes, santos e inteiramente devotados ao seu sagrado ministério” (CIRCULAR n. 115, 1968), seguindo o modelo eclesial no qual o bispo foi formado. Todavia, a diminuição das vocações e o gasto com a construção do seminário deixaram o bispo desapontado, segundo ele “como se não bastasse a preocupação causada por estas dívidas, sofremos sério revés quanto à perseverança dos seminaristas, pois, a crise espiritual que vem atingindo a maior parte dos seminários, atingiu também o nosso.” (CIRCULAR n. 115, 1968).

Por isso, em 1967 foi o último ano do seminário, em 1968 o seminário não recebeu nenhum candidato, fechando provisoriamente em 1970. Além da falta de vocações, houve outros fatores como a falta de perseverança dos seminaristas, dificuldade em angariar recursos financeiros para mantê-los e a falta de sacerdotes e professores para dirigir o seminário. O pesquisador Riolando Azzi ao estudar os seminários menores expõe que

Pode-se dizer que, na realidade, a formação dos futuros sacerdotes constituía uma das metas principais dos novos bispos designados pela Santa Sé. Não obstante [...] havia inúmeras dificuldades para a concretização desse projeto, tanto pela carência de recursos materiais como humanos. A construção e manutenção econômica dos seminários exigiam recursos que as novas dioceses não tinham à disposição. Diversos bispos passaram a exigir uma contribuição anual das paróquias para os seminários [...] Além disso, havia também a dificuldade para formar um corpo adequado de professores à disposição do seminário, havendo em geral carência de sacerdotes para atender ao próprio ministério paroquial. Nem sempre também era possível obter a colaboração dos religiosos, daí a existência precária de muitos seminários (AZZI, 2008, p. 546).

Essa crise pode ser observada na tabela 2, por exemplo, na qual demonstra que, dos alunos que ingressaram em 1967, nenhum chegou ao sacerdócio, ou seja, todos saíram do seminário. Isso gerava, portanto, um custo orçamentário alto, uma vez que era preciso manter um número elevado de alunos, mas poucos viravam clérigos e, desse modo, o seminário funcionava na prática apenas como uma escola, sem um retorno “efetivo” para a Igreja.

O reitor do seminário entre 1967 e 1970 foi o Monsenhor Juvenal<sup>48</sup> e, ao indagá-lo sobre a crise vocacional desse período, comentou que “havia muitas vocações, acontece que diminuíram com o tempo, isso seria algo inevitável. Mas nessa época os números de vocações eram grandes” (FILHO, 2021).

A crise vocacional não era um problema exclusivo da Diocese de São João del-Rei, mas de toda a Igreja no Brasil. Houve uma desvalorização gradual da figura do padre, principalmente na sociedade urbana devido ao processo industrial. A preocupação das famílias burguesas para ascender socialmente era ter um filho doutor ou que assumisse outras posições no mundo do trabalho, como pontua pesquisador Marcos Alfonso Spiess:

[...] é necessário ressaltar que neste contexto também começava a existir a possibilidade dos jovens acessarem os estudos mais avançados sem necessariamente ter que entrar no seminário. Com isto, a possibilidade de ascensão social que era um dos principais atrativos para ingressar no seminário ia perdendo sua força. Ademais, a própria industrialização já possibilitava novas formas de ascensão social e outros modos de negociação da herança da propriedade rural, tornando o seminário um elemento obsoleto perante as novas configurações sociais. (SPIESS, 2016, p. 41-57).

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada no dia 28 de julho de 2021.

Outro aspecto que foi modificando dentro da própria Igreja era a sua visão sobre os seminários menores. Na visão de monsenhor Juvenal, ingressar nas fileiras para o quadro eclesialístico ainda menor de idade era um problema, porque acarretava em uma ilusão vocacional e muitos não concluíam os seus estudos. O sacerdote relata:

Antigamente iríamos para o seminário criança, com 12 ou 13 anos, fazia o seminário menor e maior, 6 anos num prédio e 6 no outro. O Seminário Menor correspondia ao ginásio e colegial, o Seminário maior era a filosofia e teologia. Os meninos iam para o seminário muito inocente, fui aos 13, quer dizer, a gente não tem experiência na vida. (FILHO, 2021).

Devido a esses graves problemas e contradições, a Igreja Católica tentou modificar os seminários e a repensar a ação do clero e a sua participação na sociedade. As soluções e respostas para essas contrariedades foram pensadas ao longo do Concílio Vaticano II, que será abordado no próximo capítulo.

O fato é que, durante o pontificado de Dom Delfim, o seminário foi fechado e reaberto algumas vezes, sua estruturação definitiva aconteceu apenas quando o seu sucessor assumiu a diocese, Dom Antônio Carlos Mesquita. Portanto, vale retomar a fala de monsenhor Juvenal sobre a falta de dinâmica do Dom Delfim, que, em tantos anos, não conseguiu estruturar o seminário, tarefa que deveria ser primordial para preparar um clero às luzes do concílio e dispostos em assumir o protagonismo do trabalho pastoral, social e religioso.

Por fim, o Seminário São Tiago teve, e ainda continua tendo, uma participação importante na formação da Diocese e no desenvolvimento da Igreja local, uma vez que o seminário é passagem obrigatória para quem deseja entrar nos quadros eclesialísticos. Se outrora a região constituía um celeiro de vocações e enviava seus alunos para a Arquidiocese de Mariana, após a criação do seminário em São João del-Rei, a crise vocacional trouxe problemas para a sua continuação.

### **CAPÍTULO 3. APLICAÇÃO E RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II EM SÃO JOÃO DEL-REI.**

O Concílio Vaticano II permite uma dupla leitura: um grupo defende a visão de uma continuidade com os dois concílios anteriores, Trento e Vaticano I, enquanto o outro acredita que o evento foi uma ruptura. Ambas perspectivas revelam elementos ideológicos com efeito direto na recepção do Concílio. Na visão de Libanio (2005, p.11), a leitura da continuidade prefere o permanente, “o estrutural e considera a história como fluxo contínuo. É feita muito a gosto da instituição, oferecendo segurança”, mas procura inibir as mudanças. A leitura da ruptura prefere a novidade criativa, “muito própria dos críticos e profetas, gerando insegurança, desagradando os senhores da instituição, mas permitindo avanços”.

A recepção é um processo histórico, insere-se no tempo, em um lugar e em uma determinada cultura. No caso, a recepção de um Concílio está estritamente ligada a diversas esferas da instituição Igreja, desde os leigos e padres, até o Papa. Tratam-se de lutas ou embates por um sentido conciliar, mas, muitas vezes, os historiadores e teólogos focam apenas no campo das ideias<sup>49</sup> e não na prática, ou seja, nas conjunturas das dioceses e das paróquias, a Igreja local, onde está o seio dessa sociedade católica.

Para compreender melhor a questão da recepção, recorre-se aqui ao conceito de apropriação utilizado pelo historiador Roger Chartier, quando diz que:

A apropriação tal como entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem [...]. É o caso das pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais. (CHARTIER, 2002, p.68).

Nesse sentido, compreender os atores envolvidos nesse processo e como ocorreu a apropriação pelos seus membros e grupos se faz primordial, uma vez que um evento desse porte não pode ser explicado sem uma conjugação de forças, as quais desempenham papel fundamental na recepção.

Por fim, os textos promulgados pelo Concílio foram os norteadores da mudança eclesial, mas as questões estruturais desses documentos não são claras e suas categorias não são precisas. Por exemplo, sobre a liturgia, o documento final foi catalogado como “constituição”, enquanto

---

<sup>49</sup> Volto a ressaltar o conflito de interpretações do Concílio Vaticano II entre as principais revistas teológicas do período, a *Concilium* e a *Communio*. A primeira voltada para um sentido de ruptura enquanto a outra segue a linha da continuidade. Isso também acontece entre os historiadores como, por exemplo, a Escola de Bolonha, liderada pelo historiador Giuseppe Alberigo, que compreende a importância histórica a partir de um olhar de ruptura.

o texto sobre ecumenismo foi promulgado como “decreto” e a redação referente a liberdade religiosa ficou como “declaração”.

Enfim, esse capítulo propõe uma análise dos documentos conciliares e pós-conciliares e, a partir deles, verificar a aplicação e recepção dos mesmos na diocese, comparando-os com fontes orais, jornais, boletins e documentos da Cúria.

### **3.1 Dom Delfim e a sua participação no Concílio**

O Concílio Vaticano II começou de forma oficial na primeira sessão, ocorrida em 1962, mas pode-se dizer que o seu início se deu na fase antepreparatória, entre o período de maio de 1959 a junho de 1960. Nesta fase, a ideia principal do Papa João XXIII era atender aos princípios da colegialidade entre os bispos e, assim, ouvir os membros da Igreja de vários lugares do mundo e as suas reflexões. No entanto, seguindo um caminho contrário, a comissão antepreparatória, composta pelos cardeais da Cúria Romana, produziu um questionário, no qual os bispos respondiam as perguntas já formuladas pela comissão, feito que não agradou o pontífice. Dessa forma, o Papa pediu ao Cardeal Domenico Tardini para enviar, em 18 de junho de 1959, o seguinte texto a todos os bispos, solicitando respostas abertas:

O augusto Pontífice, em primeiro lugar, deseja conhecer opiniões e pareceres e recolher conselhos e vota dos exmos. bispos e prelados que são chamados de direito a participar do Concílio Ecumênico (cân. 223): de fato, sua Santidade atribui a maior importância aos pareceres, conselhos e vota dos futuros padres conciliares; o que será muito útil na preparação dos temas para o Concílio.

Peço, portanto, vivamente a V.Ex.<sup>a</sup> que queira fazer chegar a essa Comissão Pontifícia, com absoluta liberdade e sinceridade, pareceres, conselhos e vota que a solicitude pastoral e o zelo das almas possam sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> em ordem às matérias e aos temas que poderão dizer respeito a alguns pontos de doutrina, disciplina do clero e do povo cristão, a múltipla atividade que empenha toda a Igreja, os problemas de maior importância que essa deve enfrentar hoje, e toda outra coisa que V.Ex.<sup>a</sup> julgar oportuno apresentar e desenvolver.

As respostas, E.Ex.<sup>a</sup> queira redigir em latim, e devem ser enviadas o quanto antes à Pontifícia Comissão mencionada, e, se possível, não depois de 12 de setembro do corrente ano. (BEOZZO, 2015, p.59).

Ao todo foram enviadas 2812 cartas de consulta, obtendo uma devolutiva de 2150 respostas. Entre os 167 bispos ou prelados brasileiros, 132 responderam a carta. Houve uma demora na devolutiva sobretudo dos que estavam em países periféricos, por isso, em 21 de março de 1960, o cardeal envia novamente a mesma carta aos bispos brasileiros. Segundo José Oscar Beozzo, isso pode ter ocorrido por dois fatores. Diz ele:

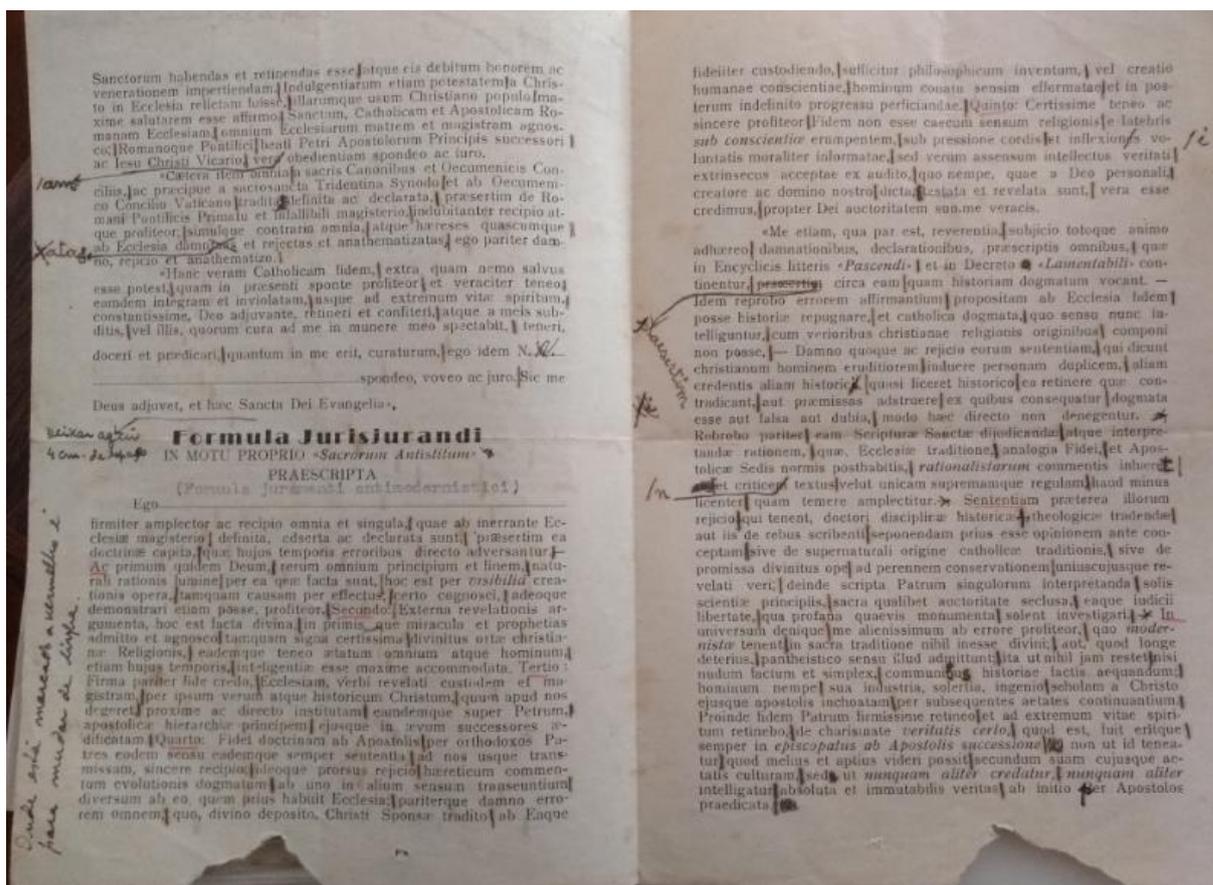
Adianto duas hipóteses acerca dessa inibição em externar a própria opinião. Sem nunca terem sido convidados a expor suas ideias sobre a Igreja em geral, por nada

habituaados a serem ouvidos pelas superiores autoridades da Igreja acostumados a apenas receberem ordens e orientaões, muitos tinham tendência a deixar que Roma continuasse se desincumbindo sozinha, também da tarefa de conciliar. Mas pode ser também que um segundo fator, mais circunstancial tenha acrescentando um outro constrangimento, o da língua, em que eram solicitados a exarar o seu parecer. A exigência de que a resposta fosse em latim pode ter inibido mais de um bispo. Alguns chegaram a confessar sua dificuldade e, por isto mesmo, contornam o problema, enviando sua resposta numa língua viva. (BEOZZO, 2015, p.68).

No entanto, Dom Delfim não se encaixa em nenhuma das hipóteses, uma vez que compôs parte do pequeno grupo que respondeu de forma imediata, no caso dele, em 31 de agosto de 1959. Por isso, partindo da concepção do Beozzo, vale formular outras hipóteses sobre a participação de Dom Delfim no Concílio.

A primeira é a respeito do latim. Para o bispo de São João del-Rei, o latim era uma segunda língua, como se pode ver em seus escritos enviados para os padres ou leigos, em que era comum utilizar-se de frases bíblicas na língua latina. Além disso, todos os textos na língua oficial da Igreja que eram utilizados nas cerimônias litúrgicas e paralitúrgicas passavam pela revisão do pontífice, fato ilustrado pela Figura 13, na qual o documento encontra-se com várias marcações a caneta feitas pelo bispo. O documento não está datado, provavelmente é da década de 1960, pois o texto é a fórmula que todos os professores do seminário eram obrigados a jurar, sejam padres ou leigos. Nele contém o Credo Niceno-Constantinopolitano e o Juramento contra o Modernismo. Essa obrigação foi rescindida em 1967 pelo Papa Paulo VI.

Figura 13 – Correção realizada por Dom Delfim de um texto em latim



Fonte: Acervo da Cúria Diocesana

O segundo apontamento realizado por Beozzo (2001) foi a falta de participação dos bispos brasileiros durante a fase antepreparatória. De fato, Dom Delfim, assim como a maioria dos pontífices brasileiros, estava à margem de Roma, no entanto, o bispo foi solícito, sendo um dos primeiros a responder. A sua prontidão levanta a possibilidade de que ele acreditava que fazia parte desse centro católico, uma vez que boa parte da sua formação foi sede do papado.

A carta enviada a Roma auxilia na compreensão de como Dom Delfim enxergava as possibilidades de mudança na Igreja Católica. Segue as 6 proposições feitas pelo bispo<sup>50</sup>,

1. A restauração da ordem do diaconato para o desenvolvimento do apostolado religioso deve ser importante para os fiéis cristãos.
2. A regulamentação da lei do jejum eucarístico de modo que a norma em relação aos sacerdotes e leigos de que seja observada uma hora antes da Comunhão precisa ter uma clara abstenção. De fato, nos dias do preceito, o celebrante muitas vezes deixa de cumprir o intervalo prescrito desde o início do rito e, conseqüentemente, aquele que deve celebrar uma segunda ou terceira missa não pode gozar da lei vigente do jejum eucarístico.

<sup>50</sup> O documento em latim está em anexo.

3. Permitir que os fiéis possam receber a Santa Eucaristia fora da Missa Vespertina.
4. Aceitar a dispensa de certas festas porque, infelizmente, nos tempos de hoje, boa parte dos fiéis não conseguem cumprir as obrigações desta lei eclesial.
5. Permissão para usar o vernáculo para a administração dos sacramentos, enquanto a língua latina permanece a única forma para que os fiéis cristãos estejam conscientes e subjetivamente mais dispostos à graça.
6. Proclamação Solene da Mediação Universal da Bem-Aventurada Virgem Maria como dogma da fé. (ADA/2, p. 206, tradução nossa)

Diante disso, podemos ampliar e detalhar as proposições de Dom Delfim. A primeira é a questão do diaconato permanente, um pedido que também é encontrado em cartas de outros bispos. Esse ministério era muito comum na igreja primitiva, mas sumiu ao longo da Idade Média. O desejo do bispo pelo retorno do diaconato visava a ampliação da administração dos sacramentos aos leigos, diminuindo a carga de trabalho das diversas atividades dos sacerdotes. Nesse sentido, o diaconato permanente seria “como uma espécie de válvula de escape para suprir de alguma forma a carência de padres. O raciocínio implícito de muitos bispos é que os padres devem dedicar-se mais às coisas espirituais do que aos afazeres do mundo” (RUFINO, 2021).

O segundo ponto foi o jejum eucarístico, no qual, segundo o *motu proprio Sacram Communionem* de 1957 pelo Papa Pio XII, fixava em três horas a obrigatoriedade da privação de alimentos antes da comunhão e uma hora para doentes e idosos. Caso o sacerdote celebrasse mais missas, também deveria preservar o jejum. Os leigos que trabalhavam ou que possuíam alguma restrição eram obrigados a consultar um padre para atenuar as horas de jejum, deixando a norma subjetiva. Por isso, Dom Delfim fez um pedido da flexibilização dessas regras.

O terceiro ponto é o recebimento da comunhão fora da Missa e o Culto Eucarístico, uma necessidade para a Igreja com poucas vocações e com católicos em lugares longínquos, que recebem sacerdotes uma vez ao mês ou ao ano. No caso da Diocese de São João del-Rei, havia inúmeras comunidades rurais e paróquias com muitas capelas, dificultando a presença dos padres nas cerimônias aos domingos. Assim, com essa possibilidade, os leigos poderiam realizar a Celebração da Palavra e distribuir a eucaristia.

O quarto ponto focou na reforma no calendário litúrgico, baseado nos 5 mandamentos da Igreja Católica, no qual o primeiro consiste em ouvir uma missa inteira nos domingos e festas de guarda. Logo, o católico via-se obrigado a participar de diversas solenidades que caíam em dia da semana e, assim, impossibilitava o cumprimento do preceito religioso. Eram cultuados liturgicamente, de forma universal, diversos santos que não possuíam nenhuma ligação com outros países, como os mártires de Nagasaki e São Ansgário, por exemplo. Portanto, havia um calendário litúrgico que não condizia com a necessidade da Igreja da época,

deixando de lado as necessidades locais (BUGNINI , 2018). Seria necessário, assim, uma completa revisão dos tempos litúrgicos, culto aos santos e a obrigação no cumprimento do preceito.

A quinta proposição foi um dos maiores pedidos dos bispos conciliares e consistia na administração dos sacramentos, principalmente a missa, em língua vernácula. O latim dificultava a participação do leigo e, além disso, os sacerdotes não eram grandes conhecedores do latim, ou seja, era uma língua estranha mesmo utilizando-a todos os dias nas atividades litúrgicas.

Por fim, o último ponto colocado pelo bispo compreendia uma corrente teológica que devotava a Virgem Maria como “medianeira de todas as graças”, tendo como celebração até nos dias atuais em 31 de maio<sup>51</sup>. O fato é que Dom Delfim e os outros bispos desejavam a proclamação do dogma. Segundo Beozzo, esse desejo dos bispos era “fruto de um surto descomunal da teologia e da piedade mariana no catolicismo a partir da década de 30 e que culminou justamente na década de 50-60: desencadeou-se um verdadeiro movimento mariano na Igreja” (BEOZZO, 2001, p.84). Contudo, a proposta do concílio era propor uma ação pastoral e não proclamar dogmas como nos eventos anteriores.

Das pontuações de Dom Delfim, apenas esta última não teve sucesso. Após o Concílio, foi restaurado o diaconato como grau próprio e permanente na hierarquia da Igreja. O diaconato permanente possibilitou uma maior ação pastoral nas comunidades, uma vez que os diáconos auxiliam os padres, dando aos homens casados acesso ao terceiro grau da ordem. Todavia, não houve formações de diáconos permanentes na Diocese de São João del-Rei na época, demonstrando pouca importância para um ministério que presta um importante serviço aos leigos em tempos de poucas vocações sacerdotais. O jejum passou a ter mais flexibilidade com privação de apenas uma hora e isenção para doentes, crianças, idosos e sacerdotes que celebrem mais missas no dia. Para auxiliar os sacerdotes nas paróquias e capelas, foi criado o Ministro Extraordinário da Eucaristia, incumbidos de levar a Eucaristia para os doentes e até lugares afastados. No que tange o calendário católico, muitas festas que caíam em dias úteis foram transferidas para o domingo. Por outro lado, comunidades sem missa ainda continuaram sem cumprir preceito e debates como o cumprimento do preceito por meio de outros tipos de celebração - como a liturgia das horas ou celebração da palavra - não chegaram a nenhuma conclusão. Por

---

<sup>51</sup> Em 1921, Bento XVI, a pedido do Cardeal Mercier, concedeu à Bélgica o ofício e a missa da Bem-aventurada Virgem Maria “Medianeira de todas as graças”, a celebrar no dia 31 de Maio. Depois, a Sé Apostólica concedeu o mesmo ofício e missa a numerosas dioceses e congregações religiosas. Daí que a memória da Bem-aventurada Maria Medianeira se tenha tornado quase universal.

fim, o uso da língua vernácula passou a ser utilizada em todo o mundo por meio das conferências episcopais, que fizeram a tradução dos ritos.

É importante destacar ainda a brevidade da carta do bispo de São João del-Rei, uma vez que era uma oportunidade única para ser ouvido e propor reformas na Igreja. Nesse aspecto Dom Delfim afastava-se da ala conciliar tradicionalista, que procurou travar um embate contra qualquer mudança na Igreja e buscava um maior rigor doutrinal, ou seja, tendiam a não propor mudanças. Por outro lado, também estava distante dos grupos progressistas, que olhavam para a Igreja como instrumento de ações pastorais sociais e queriam grandes reformas.

O fato é que Dom Delfim, assim como a maioria dos bispos, voltou-se para a busca de uma Igreja que funcionasse sem maiores problemas e conflitos, facilitando o dia a dia da vida eclesial. Nesse sentido, como é apontado por Beozzo na sua pesquisa sobre o episcopado brasileiro no Vaticano II, é possível enquadrar o bispo no grupo da ala conservadora ou moderada:

O grosso do episcopado brasileiro da época pré-conciliar - falo dos 132 bispos que responderam à circular do cardeal Tardini - são homens de Igreja que se distanciam nitidamente da minoria radical e ultra reacionária de que tratei no item 1 supra, mas, por outro lado, ainda não despertaram para a magnitude dos problemas de uma Igreja colocada diante dos desafios de um mundo completamente novo, que começou a surgir bem antes do Concílio Vaticano I e do Concílio de Trento. Esses bispos desejam avanços, desejam mudanças, adaptações e reformas - porém desde que não saiam dos quadros e do referencial da concepção tridentina e pós-tridentina de Igreja e de mundo. Sabem que as chances de ressuscitar a civitas christiana são nulas, mas não atingiram ainda um grau de consciência eclesial que lhes permita abandonar o referencial clericalista e eclesiocêntrico. (BEOZZO, 2001, p. 83)

Em meio a tantas proposições colocadas por esse grupo de bispos, há ainda outras ideias sugestões, como o celibato dos sacerdotes ou a reforma do Direito Canônico, no entanto, grande parte dos temas versavam na questão doutrinal, eclesial e evangelização. Nesse sentido, quando comparada aos seus pares, as propostas colocadas por Dom Delfim foram parecidas, para não dizer iguais.

O bispo de São João del-Rei participou da primeira, terceira e quarta sessões do Concílio<sup>52</sup> e, no circular número 16, de 24 de setembro de 1962, Dom Delfim comunica aos sacerdotes sua ida. Em sua fala é possível observar o caráter divino que Dom Delfim tinha sobre

---

<sup>52</sup> Não participou da segunda sessão por motivo de doença. Diz a circular número 27: “[...] nosso querido Bispo Diocesano, em dia de semana passada, foi inesperadamente acometido de uma indisposição, que o obrigou a adiar sua viagem a Roma. A conselho dos médicos, deverá Sua. Excia. submeter-se a um período de absoluto repouso, para uma completa recuperação de sua saúde.”

o colégio episcopal, que reflete também em sua própria visão do seu caráter episcopal, ou seja, um escolhido de Deus.

Os Concílios Ecumênicos são, na verdade, assembleia dos Bispos do orbe católico, na qualidade de escolhidos de deus (*Spiritus Sanctus posuit Episcopos regere Ecclesiam Dei - Atos dos Apóstolos, c.20 v.28*) e de representante de N.S. Jesus Cristo [...]

Acha-se, portanto, convocado também para o supra mencionado Concílio o vosso humilde Bispo Diocesano, que no próximo dia 8 de outubro, juntamente com numerosos eminentes Prelados brasileiros deverá partir do Rio de Janeiro com destino a Roma.

No próximo Concílio, serão estudados momentosos assuntos doutrinários e disciplinários relativos à unidade da Igreja, à santificação e ao apostolado de seus membros, que se encontram a braços com problemas de capital importância.

[...] Mas, assim como os Apóstolos se prepararam para o primeiro Pentecostes, com fervorosas e diurnas preces, assim também todos nós, que formamos a atual Igreja Militante, devemos preparar-nos para o magno acontecimento do Concílio e acompanhá-lo também com nossas humildes, mas constantes e fervorosas orações. (CIRCULAR n.16, 1962).

Apesar de Dom Delfim compreender a importância dos assuntos latentes no seio da Igreja Católica e que seriam debatidos em Roma, é interessante pontuar também a espiritualidade que o bispo atribuía ao concílio. Nessa mesma circular ele ordenou que fossem cumpridos sete mandamentos de orações para toda a diocese:

- 1) Confirmando anterior determinação, reze-se sempre que as rubricas do Missal Romano o permitirem, na Santa Missa, às segundas, quartas e sextas feiras, a oração do Divino Espírito Santo, até o término do Concílio Ecumênico.
- 2) Em todas as Paróquias e Capelarias, realize-se um solene Tríduo Preparatório com orações e pregações sobre o Concílio, nos dias 8, 9 e 10 de outubro p.f. Recomendamos, com empenho, que, nesse Tríduo, se faça uma Hora Santa diante do SS. Sacramento solenemente exposto e se cante o Hino Sacro "Veci Creator".
- 3) Continue-se rezando, sempre que houver Bênção simples ou solene do SS. Sacramento, antes do canto do *Tantum Ergo*, a oração pelo Concílio Ecumênico, da autoria de Sua Santidade o Papa João XXIII.
- 4) Recomendamos aos Revmos. Sacerdotes e Religiosas obrigadas à recitação do Ofício Divino a que rezem antes da recitação quotidiana do mesmo Ofício, a pequena mas valiosa oração composta também por Sua Santidade: "Accemptum tibi sit..."
- 5) Convidem-se todos os fiéis e, de modo particular, os Seminaristas, as Comunidades Religiosas, as crianças e os enfermos a que ofereçam orações e sacrifícios segundo as intenções do Concílio.
- 6) No dia 11 de outubro p.f. dia da solene abertura do Concílio, à hora mais conveniente, realizasse em tôdas as Paróquias devota e grandiosa Procissão do Santíssimo Sacramento, a fim de que a Nossa Diocese se una, o mais fervorosamente possível, a N.S. Jesus Cristo, Divino Fundador e Cabeça da Santa Igreja.
- 7) Aproveite-se esta oportunidade da realização do Concílio Ecumênico para atrair os fiéis à recitação vespertina do Terço de Maria Santíssima. Onde essa piedosa prática houver diminuído ou desaparecido, valham-se os Revmos. Sacerdotes desta oportunidade para restaurá-la e incrementá-la. (CIRCULAR n.16, 1962).

Se por um lado o bispo dirigiu-se de forma participativa na questão espiritual, por outro, nas sessões conciliares, ele foi inexpressivo. O historiador Oscar Beozzo (2001) fez um

levantamento da participação de todos os bispos, acessando todas as atas conciliares no Arquivo Secreto do Vaticano e, segundo este estudo, não há por parte de Dom Delfim qualquer intervenção nas sessões do concílio, seja de forma oral ou escrita, cartas ou petições. Contudo, vale ressaltar que a maioria dos bispos brasileiros também não se expressou, uma vez que Dom Jaime de Barros Câmara era cardeal e possuía preferência nas exposições e Dom Helder Câmara representava uma forte liderança. Dessa forma ambos realizavam as intervenções de forma coletiva, representando o episcopado brasileiro, como completa Beozzo:

A preocupação para que o Concílio privilegiasse as intervenções colegiadas foi apresentada ao Conselho de Presidência do Concílio por Dom Jaime de Barros Câmara, ainda durante o primeiro período conciliar, sob a forma de petição, em nome de muitos bispos brasileiros, pedindo que as coletivas precedessem as individuais. [...] Ante a multiplicação porém de intervenções individuais, por vezes repisando tópicos já amplamente tratados por outros padres conciliares, o episcopado brasileiro foi dos primeiros a se manifestar, secundando a preferência do Conselho de Presidência, e pedindo prioridade das intervenções coletivas sobre as individuais, salvaguardado o direito de os Cardeais intervirem, por primeiro, em nome próprio ou de muitos (BEOZZO, 2001, p. 184-185).

Nesse aspecto, o episcopado brasileiro demonstrava a importância da colegialidade entre os pares, demonstrando a unidade proposta pela CNBB. Por outro lado, perdeu-se a oportunidade de compreender as diferentes visões dos bispos brasileiros, pois todas as manifestações durante as sessões eram registradas nas atas e, assim, aumentar-se-iam as fontes documentais para pesquisa.

Todavia, mesmo sem essas informações, ainda é possível compreender as diferentes visões do episcopado. O concílio terminou em Roma, mas começou nas conferências episcopais, dioceses, paróquias, nas ações de cada membro do clero e do laicato, perante às promulgações dos documentos e modificações conciliares, as quais serão analisadas nos próximos itens desse capítulo.

### **3.2 O clero local e os rumos da diocese na recepção do concílio**

Vale começar esse tópico fazendo uma comparação: colocar em prática um concílio seria como trocar o pneu de um carro em movimento. Isso se deu porque seria impossível parar tudo, fechar todas as Igrejas, promulgar todos os decretos, realizar as modificações possíveis e posteriormente voltar ao funcionamento.

Quando se fala em mudanças e *aggiornamento*, além de ser uma questão teórica<sup>53</sup>, é também uma questão prática, pois afeta todo o *corpus* católico e a suas ações pastorais. A mais evidente na vida dos leigos é a liturgia, pois as missas, casamentos e batizados acontecem todos os dias. Por outro lado, ocorreram as mudanças na vida sacerdotal e na sua relação com a instituição.

Nesse sentido, foi oportuno indagar alguns sacerdotes, que viveram na época do concílio. Em entrevista, monsenhor Juvenal foi questionado a respeito do período conciliar e como os padres conviveram com as mudanças. Sobre isso, comenta o sacerdote que,

[...] nessa mudança, não houve uma preparação, não houve calma ou prudência. Foram ótimas, mas a turma não estava bem preparada. Houve uma debandada, muitos deixaram o sacerdócio, acharam que não precisavam ter imagem de santo na igreja. Foi o oposto, acharam que estavam sendo abolido tudo, mas na verdade tudo foi transformado.

Houve uma debandada, a turma não estava prevenida para as mudanças. (GUIMARÃES FILHO, 2021)

É possível compreender que, na visão do monsenhor, houve diversos padres que abandonaram as fileiras eclesiais, principalmente entre progressistas e tradicionalistas. Enquanto um grupo esperava por muitas mudanças que não ocorreram, o outro acreditava que as modificações eram exageradas, sendo impossível combinar o ministério sacerdotal após o concílio.

Padre Marreco, já mencionado no capítulo anterior, era seminarista durante a década de 1960 e possui a mesma visão de monsenhor Juvenal:

O clero não estava preparado para as mudanças, não. Na época do concílio houve muitas saídas, você entendeu? Muita gente que não aceitou. Outras igrejas continuaram retrógradas, não querendo desatar daquelas coisas do Concílio de Trento. Houve bastante perda, mas depois foi estabilizado. (AFONSO, 2022)

Ambos os sacerdotes não mencionam os sacerdotes que deixaram o ministério após o Vaticano II, e suas visões compõem uma perspectiva da Igreja em todo o Brasil. Nesse aspecto, as falas fazem sentido e corroboram com Riolando Azzi (2008, p.576), que diz que, apesar da dificuldade em levantar os números, a crise de fé e moral fez diversos padres repensarem a vocação, no entanto, “dificilmente as crises de fé redundavam num abandono total da crença religiosa. Os casos mais comuns referiam-se à romanidade do catolicismo”.

---

<sup>53</sup> Mudanças doutrinárias ou de determinados assuntos burocráticos.

Apesar dos dois sacerdotes terem a mesma concepção sobre os membros do clero não estarem preparados para mudanças, discordam sobre a aplicação do concílio. Na visão do monsenhor Juvenal, seria necessário que as transformações ocorressem de maneira lenta, a fim de que as normas pudessem ser aplicadas, acreditando, portanto, na ideia de concílio como continuidade. Diz ele:

A missa em português, por exemplo, é muito melhor que em latim, poucos poderiam entender: é questão de fé, não entendo, mas acredito.  
As mudanças são necessárias, mas precisa ir acontecendo devagar, se for saltando as escadas, pode complicar, tropeçar e confundir. É necessário que haja uma transformação lenta, que não precisa ter tanto santos e imagem dentro da igreja.  
São muitas coisas que foi mudada para o bem, por exemplo o uso do hábito, mas nós mesmo, às vezes, exageramos um pouco. Não houve mudança de ficar à paisana, houve mudança apenas para uso do clerical, mas não ficar à paisana; o clerical é um terno que mostra que somos um padre. Quando você vê um clérigo vestido, você vê um padre. Ser reconhecido é importante.  
Houve muita falta de informação, o papa não pode mudar tudo, os dogmas ele não muda (FILHO, 2021).

Já para o padre Marreco o concílio representa o novo, uma ruptura,

A fonte da mudança é o próprio Concílio Vaticano II que pede uma mudança na Igreja, você entende? Deixando aquelas coisas no passado que não tinham mais sentidos, como o papa de hoje pede uma Igreja em saída. Todo movimento [ação] ele traz uma parte dolorida porque muita gente não quer e não aceita. Muitos clérigos não aceitavam o concílio, as reformas que eram necessárias, foi o momento de uma sangria. Muitos que se empenharam em colocar em prática o concílio foram mal interpretados como por exemplo as CEBs ou a Teologia da Libertação, que trabalhavam com o povo (AFONSO, 2022).

Dentre as duas correntes, a diocese, durante o pontificado de Dom Delfim, adotou a linha da continuidade. No comunicado número 4, enviado aos sacerdotes, foi exposta a necessidade de adaptar-se segundo as diretrizes conciliares, mas com cuidado para não cometer exageros. Segue um trecho.

Valham-se daqueles que os podem ajudar (sacerdotes e leigos) certos de que é o Espírito Santo que age na Igreja do Vaticano II, impelindo-a a uma vida de oração mais intensa e mais rica. Os exageros de uns não podem levar-nos a um imobilismo reacionário, mas deve encaminhar-nos para estudo e meditação dos textos conciliares, a fim de encontrarmos neles normas objetivas e seguras (COMUNICADO n.4, 1969).

O sacerdote diocesano José Nacif Nicolau<sup>54</sup> formou-se dentro do seminário de Mariana<sup>55</sup> na época do Vaticano II. Na casa de formação, os alunos eram instruídos para fazerem parte do *aggiornamento* da Igreja, estudavam os novos documentos, propunham novas ações pastorais, além de conceber uma nova visão sobre o ministério sacerdotal. Após a ordenação do padre Nacif, Dom Delfim colocou-o como líder de pastoral para implementar as modificações conciliares, porém foi uma tarefa complicada, segundo relata o padre<sup>56</sup>:

O problema é que nunca ficou definido o que era “espírito do concílio”. Imagina que com essa realidade a gente foi ordenado, com essa mentalidade de rompimento, com tudo aquilo que era do passado, o “espírito do concílio” era acabar com toda a velharia. Para a maioria dos sacerdotes o “espírito do concílio” era apenas modificações litúrgicas. O que eu sofri com os padres foi um combate mesmo, quando cheguei numa paróquia o padre disse: “que bom que você chegou, você está com o espírito do concílio, está fresquinho. Estamos aqui há 40 anos e a gente não acompanhou nada disso” (NACIF, 2022).

Após essa resposta, o sacerdote foi indagado sobre o motivo de Dom Delfim tê-lo deixado responsável pela aplicação das novas diretrizes, uma vez que eles possuíam visões divergentes. Padre Nacif respondeu:

Alguns acham que não, o Concílio não foi um rompimento, mas eu acho que foi mesmo. Aqui em São João del-Rei o concílio aconteceu, mas não aconteceu, você entende? Não era apenas Dom Delfim conservador, o padre Almir, o padre Jacinto e o padre Paiva também eram difíceis de trabalhar, não pensavam fora dos muros da Igreja, infelizmente.

Apesar de assumir a coordenação diocesana, não consegui fazer muita coisa.

Sim, eu concordo com você de que ele [pausa], mas para ele vindo de Leopoldina era uma vantagem ter eu aqui depois do concílio para dar um apoio, mas se alguém quisesse dar um passo a mais, ele podava. [...]. Vou usar uma palavra forte, ele fingia que aceitava o concílio. (NACIF, 2022).

Se por um lado, o bispo possuía maior influência sobre os padres diocesanos, por outro, fora dos muros diocesanos, os sacerdotes que pertenciam a ordens ou instituto religiosos, como

---

<sup>54</sup> Nascido em 01/03/1941 e ordenado sacerdote em 02/07/1966, é um personagem importante para compreensão do período estudado. Natural de São João del-Rei, o padre passou o maior tempo de sua vida exercendo o seu ministério na sua cidade natal e Tiradentes. Ficou responsável pela aplicação das diretrizes conciliares e promoção do laicato católico, principalmente, o Plano Pastoral de Conjunto organizado pela CNBB. Na década de 1970 graduou-se em Psicologia, foi professor da Faculdade Dom Bosco e esteve à frente das pastorais de jovens e movimentos estudantis de São João del-Rei, como o grupo TUNIS (Teatro Universitário Sanjoanense).

<sup>55</sup> Nesse período em que o Padre Nacif estava no seminário ocorreu um fato curioso: conhecido como a “diáspora de Mariana”, mais de 100 seminaristas saíram do seminário em protesto, pedindo que fossem implementadas as novas mudanças conciliares e o seminário se adaptasse ao mundo ao invés de fugir dele. O seminário foi fechado pelo arcebispo de Mariana e o padre Nacif voltou para São João del-Rei, depois de alguns meses retornou ao seminário para concluir os estudos de teologia. Cf. VITAL, J. D. A Revoada dos Anjos de Minas. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2016.

<sup>56</sup> Entrevista realizada no dia 08 de maio de 2022.

os franciscanos e salesianos, em sua maioria, viam no concílio uma nova proposta de Igreja. Eles compreendiam que era uma possibilidade de reviver e atualizar a vocação. No boletim paroquial número 140, o Frei Francisco relata o seu pedido de transferência, buscando novas experiências de vida e trabalho pastoral.

Na impossibilidade de dirigir-me pessoalmente a cada um de vocês, queria através deste Boletim, deixar meus agradecimentos a todos pela acolhida fraternal que recebi, pelo que aprendi através da convivência e pela grande cooperação nos trabalhos. De modo especial agradeço o apoio e o interesse com que o Frei Orêncio me guiou nestes dois primeiros anos de vida sacerdotal.

Os motivos da minha transferência foram os seguintes.

Atendendo aos apelos do Concílio para uma procura de novas formas de vida religiosa e sacerdotal, um grupo de quatro [4] freis, inclusive eu, há tempos estamos refletindo sobre a possibilidade de uma experiência neste sentido. Acontece, que nossas reflexões amadureceram e últimamente recebemos a aprovação de nossos superiores e do Bispo de Belo Horizonte, para nosso projeto.

Vamos formar uma comunidade no bairro "VALE DO JATOBÁ", situado na periferia de Belo Horizonte perto da Cidade Industrial. Nossa experiência será em todos os sentidos uma procura. [...]

Às comunidades do Bonfim e Rio Acima, "AQUELE" abraço. FREI FRANCISCO. (MENSAGEM, n. 140, 1969)

É possível observar uma maior abertura a recepção por parte dos religiosos em todo o Brasil. Provavelmente isso ocorreu devido a experiência de vida eclesial desses grupos, que trabalhavam em diversas realidades sociais, como missões em diferentes países, escolas, hospitais, cidades pequenas, capitais, áreas urbanas e rurais, distritos industriais, vilas operárias entre outros. Eles também são transferidos com bastante frequência, enquanto os padres diocesanos permaneciam por até vinte anos, ou mais, na mesma paróquia<sup>57</sup>, mudando apenas se assim desejasse e com autorização do bispo.

Os franciscanos, no boletim paroquial número 197 de 1971, conclamam uma participação ativa dos leigos para promover a consciência do seu protagonismo nesse novo tempo após o concílio:

A Igreja de Cristo hoje não pode ser mais considerada a Hierarquia apenas! Hierarquia... Palavra complicada, não é mesmo caro paroquiano?! Quando dizíamos que a Igreja se limitava à Hierarquia, isto significava que somente o Papa, os Bispos, os Religiosos e os Padres tinham vez e voz na Igreja. Os fiéis leigos se limitavam apenas a ouvir e obedecer [...]

Surgiu assim uma nova definição da Igreja. A Igreja não seria apenas a Hierarquia, mas "uma comunidade de fé, esperança e caridade, que compreende todos os cristãos, hierarquia e fiéis, tornando-se o sinal e o instrumento da íntima união dos homens com Deus". Esta definição, meu prezado paroquiano, está no documento do Concílio

---

<sup>57</sup> Nos dias atuais dificilmente o sacerdote permanece na mesma paróquia por muitos anos, apesar de gozarem de uma estabilidade fornecida pelo Direito Canônico, eles são transferidos com mais frequência. Depende das diretrizes diocesanas e da vontade do bispo.

Ecumênico Vaticano II, chamado: "A Igreja, Luz dos Povos", em sua primeira página. Não estou inventando. Não podemos ouvir e ler estas coisas maravilhosas e nos acomodarmos. É necessário agir! É preciso que cada um se torne um ramo vivo e ativo desta Videira! E você, caro paroquiano, possuem oportunidade para isto. [...] Não se esqueça, paroquiano amigo, de que a sua hora chegou mesmo! (MENSAGEM, n. 197)

É interessante pontuar que, nos documentos verificados, em nenhum momento é citado por parte dos frades a Ordem Terceira Franciscana e, por isso, surge uma possibilidade: a não dependência deles para as principais atividades da paróquia. Dessa forma, os freis pretendiam articular os leigos em pastorais e em setores, a fim de que os católicos compreendessem que eles são parte integrante do *aggiornamento*. Também vale ressaltar que a paróquia dos frades havia sido transferida para Igreja Nossa Senhora de Lourdes, tornando-a a matriz. Isso ocorreu após conflitos entre os frades e a Ordem Terceira, estes donos da igreja histórica de São Francisco de Assis.<sup>58</sup>

O foco dos frades era movimentar a paróquia, e conseguiram reunir mais de 152 pessoas. Conforme foi relatado no boletim paroquial, os encontros foram realizados nas casas dos fiéis, divididos em setores para promover maior diálogo e participação. A mobilização causou surpresa nos frades:

O apêlo de Cristo foi ouvido!  
Você está lembrado, prezado paroquiano, de que nos dois últimos domingos falávamos de que chegara a hora do leigo.  
No último número da Mensagem colocamos você na berlinda e pedimos a sua participação nas reuniões do seu setor [...] O apêlo, em parte, já foi respondido! Alegra-nos muito ao ver que vários setores já realizaram sua primeira reunião. (MENSAGEM, n. 197)

Por fim, é importante compreender a dimensão do concílio para os sacerdotes. Os religiosos precisavam prestar obediência ao bispo, mas não possuíam o mesmo vínculo que o padre diocesano. Isso, portanto, influenciou diretamente as atividades pastorais e o *aggiornamento* pós-conciliar com a movimentação do laicato. Dessa forma, cabia a cada sacerdote ficar à frente das mudanças.

### **3.3 Modernizadores conservadores e uma recepção fragmentada**

Como analisado no item anterior, a recepção e o entendimento sobre o Concílio possuem características distintas para os sacerdotes de continuidade e ruptura. No entanto, para a maioria dos sacerdotes, o *aggiornamento* conduzido pelo Concílio Vaticano II estava limitado apenas

---

<sup>58</sup> O conflito está descrito em detalhes no próximo item sobre a reforma litúrgica.

às reformas litúrgicas e à administração dos sacramentos, em suma, pretendia-se uma continuação de uma igreja sacramentalista. De alguma forma, isso reduziu diversas experiências eclesiais, conhecida como Igreja do Povo de Deus, que floresceram em outras dioceses, como a participação e protagonismo dos leigos, o desenvolvimento de Assembleias Paroquias e Diocesanas; o desenvolvimento das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base; as aplicações do Plano Pastoral de Conjunto; formação, organização e participação política por parte da classe trabalhadora.

Nesse contexto, vale retomar o conceito do Mainwaring, sobre os “modernizadores conservadores”. Estes eram um grupo que compreendia a importância e a necessidade da abertura da Igreja, que serviria para estimular a participação leiga, devido à falta de sacerdotes, mas sempre preocupados com a obediência hierárquica. “Para eles, os grupos leigos eram uma extensão da hierarquia e um meio de exercer uma influência mais profunda sobre os assuntos temporais” (MAINWARING, 2004, p.71). Diante disso, é importante destacar que a maioria dos sacerdotes se enquadravam entre os “modernizadores conservadores”, e isso significava que, apesar das ações conciliares conduzirem novas práticas, os objetivos continuavam tradicionais.

Apesar das diferentes visões sobre o concílio, a mudança litúrgica era praticamente unânime entre os membros da Igreja. A Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* referendou as modificações litúrgicas e o documento foi o centro das atenções da segunda sessão do Concílio em 1963. Em particular, o texto aborda a revisão do ritual da Missa, um novo rito de concelebração<sup>59</sup>, a revisão do rito do batismo e crisma, da penitência, a confissão, a ordenação diaconal e sacerdotal, a celebração do matrimônio e a música sacra. Esse documento teve aprovação massiva dos bispos conciliares com 2147 votos a favor e apenas 4 votos contrários, demonstrando a urgência do tema para Igreja mundial. (MATOS, 2013)

Novamente a Igreja propõe-se fomentar a vida cristã e “adaptar-se melhor às necessidades do nosso tempo” (PAULO VI, 1963) a fim de trazer os fiéis para o centro do catolicismo a partir da liturgia. Segundo Ramiro González Cougil (2005, p.129), a reforma litúrgica seria completamente aceitável, pois a liturgia está ligada a história terrena, que sempre é mutável, portanto, passível de mudanças. Além disso, “a liturgia deve reformar-se sempre, por ser a expressão culminante da Igreja viva e que, portanto, necessita sempre reavivar-se”.

---

<sup>59</sup> A ordenação sacerdotal e a consagração episcopal são as únicas ocasiões em que ocorre concelebração no rito romano tradicional.

No entanto, mudanças simples trouxeram à tona dificuldades de adaptação, uma vez que dentro das paredes institucionais havia uma desigualdade evidente, como relatado pelo Monsenhor Almir Rezende Aquino. O sacerdote comentou sobre a discriminação social, em que casamentos das pessoas pobres aconteciam na Matriz, enquanto os casamentos de pessoas com melhores condições econômicas poderiam ser realizados em outras igrejas ou capelas particulares. Para tentar resolver a situação, todos os casamentos começaram a ser celebrados na Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar, o que gerou revolta por parte de muitos católicos na época (AQUINO, 1980).

Dentro das modificações do Vaticano II, a *Sacrosanctum Concilium* foi o mais polêmico, gerando conflito em todas as esferas hierárquicas, bem como de muitos teólogos e leigos. O maior deles foi a formação dos grupos tradicionalistas, ainda durante o concílio, liderados pelo bispo francês Dom Marcel Lefebvre e os bispos brasileiros Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo de Proença Sigaud, que afirmavam que a nova liturgia acarretava em rompimento com a tradição e traria sérias crises para a Igreja pós-conciliar.

Nesse sentido, para os tradicionalistas, não havia necessidade da mudança no rito que vigorava desde o Concílio de Trento, uma vez que isso significaria o rompimento entre magistério e tradição (DE MATTEI, 1997). A situação ficou insustentável a ponto de Dom Antônio e Dom Marcel sofrerem excomunhões após ordenarem quatro novos bispos sem a autorização do Vaticano, ocasionando um cisma.

Diante do exposto, havia uma preocupação por parte dos bispos de todo o mundo com os seus sacerdotes. A falta de informações sobre as mudanças conciliares gerou confusões, as ideologias e os conflitos começaram a ficar mais expostos, os padres progressistas começaram a realizar diversas alterações na vida litúrgica, como a livre criação de Orações Eucarísticas, leituras além dos textos bíblicos, celebrações fora dos templos: casas, sala de reunião; homilias dialogadas e debates, uso do pão comum, músicas populares e fim dos paramentos litúrgicos. Por outro lado, os sacerdotes tradicionalistas não aceitaram o fim da Missa Tridentina, alegando que não queriam fazer parte desse abuso litúrgico proposto pelo Vaticano II e, por isso, muitos entraram com pedido de dispensa para não celebrar o *Novus Ordo Missae*<sup>60</sup>. Por fim, numa

---

<sup>60</sup> Após a promulgação e aplicação no novo missal em 1969, novas nomenclaturas para se referir as missas passaram a serem usadas como Missa Tridentina, Missa Antiga, Missa Tradicional, Missa de Pio V. Enquanto para mencionar o rito após o Concílio Vaticano II é comum a utilização de *Novus Ordo*, Missa Nova, Missa de Paulo VI. No entanto, o Papa Bento XVI, em 2007, passou a empregar o termo Rito Extraordinário, antes do Vaticano II, e Rito Ordinário, depois do Concílio. A ideia de Bento XVI era permitir que os sacerdotes celebrassem no rito extraordinário sem precisar da autorização do bispo local por meio do *Motu Proprio Summorum Pontificum*. Porém, em 2021 o Papa Francisco, visando fortalecer o Concílio, por meio do *Motu Proprio Traditionis Custodes* pontuou que há apenas um rito que constitui a *lex orandi* da Igreja Católica Romana, ou seja, o rito ordinário e,

linha mais central, os conservadores tentavam seguir à risca os documentos do Vaticano II, interpretando-o como uma continuidade dos concílios anteriores (BUGNINI, 2018).

Para ter controle sobre as mudanças conciliares, foi formada na Diocese de São João del-Rei a Comissão Diocesana de Liturgia. Este órgão era composto pelo sacerdote salesiano Tiago Adão Lara, pelo frade Feliciano van Sambeek e os sacerdotes diocesanos Cônego Sebastião Raimundo de Paiva e Monsenhor Francisco Tortoriello, como é possível observar na circular número 57:

Comissão Diocesana de Liturgia – Ficou assim constituída esta comissão:  
Mons. Dr. Francisco Tortoriello, Vigário Geral  
Con. Sebastião Raimundo de Paiva  
Pe. Frei Feliciano van Sambeek, OFM.  
Pe. Tiago Adão Lara, SDB.

Com um número mais reduzido de elementos nesta Comissão, será mais fácil um entrosamento entre os mesmos. Por isso, contamos com a ação imediata, pronta e decidida de seus membros, no sentido de que esta Comissão seja um órgão vivo na Diocese, difundindo com intenso empenho e com grande zêlo as novas normas e diretrizes traçadas pelo Concílio Vaticano II. (CIRCULAR N.57, 1966)

Segundo Dom Delfim, a comissão resolveu ser formada por poucos membros por conta da necessidade de uma rápida aplicação das rubricas. Se por um lado o bispo demonstrava certa praticidade, por outro, retira toda a possibilidade de diálogo entre os membros do clero. Também é interessante pontuar que a maioria dos documentos da comissão foram assinados pelo cônego ou o monsenhor e enviados em forma de circular pelo bispo e, portanto, é possível observar uma influência maior dos dois sacerdotes diocesanos nos assuntos relacionados às reformas. Ademais, ambos são os responsáveis pelo fortalecimento da Semana Santa na cidade de São João del-Rei.

Diante do exposto surge uma questão: como ensinar os sacerdotes a utilizar os novos ritos? Quando abordamos apenas a questão do Concílio como uma reforma litúrgica, essa mudança não foi difícil, pois era um desejo da maioria dos sacerdotes. A diocese então organizou a semana litúrgica para as equipes litúrgicas e um curso intensivo para o clero, conforme consta na circular 56:

Setor – São João del-Rei:  
Para o Clero: 7 – 8 – 9 de março às 15 hs – 17 hs  
Para as Equipes: 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 às 19 hs – 21 hs.  
Concelebração: Na Capela do Colégio Nossa, às 20 horas.

---

com muitas ressalvas, apenas os bispos podem permitir a celebração do rito antigo. Na prática, o Papa Francisco anulou o Motu Proprio do Papa Bento XVI.

Nota: No auditório do Colégio Na.Sa. das Dôres serão realizadas as conferências para o Clero e Equipes Litúrgicas.

Setor – Lavras:

Para o Clero: 14 – 16 – 17 de março às 15 hs – 17 hs

Para as Equipes: 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 de março às 19 hs – 21 hs.

Concelebração: 17 de março às 20 horas.

Setor – Andrelândia:

Para o Clero: 21 – 22 – 23 de março às 15 hs – 17 hs.

Para as Equipes: 20 – 27 de março

Temário para o Clero

- Princípios da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II

- A Penitência

- A Celebração Eucarística

- A Concelebração

Recomendo, com empenho, ao Revmº Clero Diocesano que participe desses cursos intensivos procurando cada um o seu setor, de acordo com a seguinte pauta.

Além de insistir sobre a necessidade da presença do Revmº Clero a esses cursos intensivos, quero pedir aos caríssimos colaboradores que, dentro das suas possibilidades, se esforcem para que, de cada Paróquia, haja uma escolhida representação nesses mesmos cursos. (CIRCULAR 56, 1966)

Como é possível observar, a formação do clero foi realizada em três dias e dividida em três setores para estudar os princípios e as práticas da mudança litúrgica. Também, nesse mesmo ano de 1966, foi organizado o retiro do clero com o padre e professor do seminário salesiano Wolfgang Gruen<sup>61</sup>, com o objetivo de estudar os documentos conciliares. Sobre isso, declara o bispo:

Peço-vos, por conseguinte, que não falteis ao Retiro, porquanto todos nós precisamos fazer uma completa revisão em nossa vida sacerdotal e nos métodos de nosso trabalho apostólico. E essa revisão será feita, desta, vez, tomando por base os documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, que serão explanados pelo Revmo. Sr. Pe. Wolfgang Gruen, S.D.B. [...] Teremos quase cinco dias de Retiro para podermos apreciar uma parte dos documentos do Concílio, cujos trabalhos custaram à Igreja vários anos de dedicação (CIRCULAR N. 70, 1966)

O cronograma do retiro foi importante para compreender quais os documentos foram escolhidos para serem expostos aos sacerdotes. Nesse caso, foram debatidos a *Lumen Gentium*, *Unitatis Redintegratio*, *Presbyterorum Ordo*, *Dei Verbum* e a *Sacrosanctum Concilium*. Apesar de não citar, é provável que também tenha sido utilizado o documento conciliar *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado do leigo.

Dia 4 de julho

MEDIT: Introdução ao Retiro

CONF: *Lumen Gentium*. A Ecclesiologia hoje, e suas exigências no campo da Pastoral.

---

<sup>61</sup> O sacerdote atuou na área da educação, sendo um dos fundadores do primeiro curso de Ciência da Religião no Brasil em Juiz de Fora. Durante seu período em São João del-Rei foi responsável pela Comissão Diocesana de Catequese.

MEDIT: *Unitatis Redintegratio*. O padre, fator de união e de fraternidade. O Ecumenismo.

Dia 5 de julho

MEDIT: As lições da História: luz e sombras na Igreja peregrinante, ontem e hoje.

CONF: *Presbyterorum Ordo*. Missão e problemas do Padre, no Brasil de hoje. Vocação e Vocações.

MEDIT: A espiritualidade do Padre.

Dia 6 de julho

MEDIT: A lei de Cristo. Visão adulta da moral cristã. A Penitência.

CONF: *Dei Verbum*. Novo surto nos estudos bíblicos. A Sagrada Escritura na nossa vida e no nosso ministério.

MEDIT: O nosso apostolado e suas exigências. O múltiplo apostolado dos leigos.

Dia 7 de julho

MEDIT: Nossa Senhora no mistério de Cristo e da Igreja.

CONF: Catequese e pregação para o mundo de hoje.

MEDIT: Dimensão escatológica do Cristianismo.

Dia 8 de julho

MEDIT: A grande mensagem dos Novíssimos

CONF: A liturgia, cume para o qual tende a nossa ação, e fonte donde emana toda a nossa força.

N.B. Depois de cada meditação e Conferência estão previstos ao menos uns 15 minutos para palavra livre dos retirantes: pedido de esclarecimentos, debate fraterno, etc. (CIRCULAR N. 70, 1966)

Apesar das formações, não havia um consenso sobre as interpretações e as aplicações das diretrizes conciliares. Casa sacerdote estava ligado à sua realidade de vida e pastoral e, como consequência, visões distintas sobre a forma de trabalho e o concílio. Isso pode ser exemplificado com o caso do padre Jacinto Lovato, pároco da Igreja Bom Jesus de Matosinhos, que escreveu o seguinte texto no boletim de número 127,

Em novembro, haverá a última modificação na Missa. Devemos acatar com espírito de fé e submissão a Igreja estas alterações; mas uma simples mudança externa, de posições e palavras apenas nada adiantam. Quando penso que, cada vez mais, nessas igrejas se transformam em verdadeiras passarelas de meninas, moças e senhoras seminuas; quando penso que muitas músicas, cabíveis em shows, cabarés e festas pagãs são empregadas em muitas de nossas Igrejas; quando penso que temos que fechar as portas das Igrejas por causa dos atrasados ou dos que ficam de fora; quando penso que talvez a metade dos católicos de nossa cidade não vai à missa; quando penso que muitos vão apenas para estrear um terno ou um vestido novos, ou para se encontrar com os amigos, etc; quando penso nisto e outras coisas, fico preocupado, pois estamos mudando apenas a roupagem litúrgica, mas o homem continua o mesmo, sua fé decaindo dia a dia, sua moral descendo vertiginosamente, sua responsabilidade cada vez mais enfraquecida. Preparemo-nos para esta mudança, mas preparemos sobretudo nossa alma, amando mais a missa, aumentando nossa fé em Deus, fazendo crescer a piedade e rezando com mais atenção, cantando rezando. (MENSAGEM N. 127, 1969)

Na visão do sacerdote, as mudanças conciliares são nulas para os fiéis que não vivem os valores de um catolicismo moral. Nesse aspecto, o Concílio Vaticano II serviria para retomar um modelo sociedade cristã perfeita, que via a função do sacerdote como um ser que está acima

do mundo e, assim, rejeitar as tendências seculares que estavam acabando com a moralidade e a fé católica (MAINWARING, 2004).

Por isso, o padre Jacinto Lovato tentou conciliar a mudança e a tradição, apontando a necessidade de uma participação popular, mas que mantivesse o rigor das regras católicas, como é possível observar na sua fala do boletim paroquial com o título “Missa em IÊ – IÊ - IÊ”,

Quando vamos ter a missa em iê-iê-iê? Assim a juventude iria mais a missa... Perguntas deste gênero constantemente nos são feitas. Respeitamos as opiniões contrárias, mas vamos expor algumas explicações:

a) Devemos oferecer a Deus o melhor e não o pior. No gênero musical nunca houve uma produção tão rasteira, tão insonsa, tão sem gosto cultural e artístico como esta. Ora logo esta, a sucata da música, é que vamos levar para as igrejas e oferecê-las a Deus? Não! Vamos escolher coisas sublimes que ajudem ao homem a desatolar-se das coisas tão terrenas e mergulhar sua alma em Deus.

b) Para o povo cantar deve ser a música popular! Está certo. Não podemos exigir e nem pretender, seria um absurdo, que os nossos fiéis cantem as composições orquestradas tão artísticas do Pe. José Maria Xavier. Mas o oposto também é um absurdo. Nem 8 e nem 80. Vamos ficar nos 40 ou melhor 50.

c) Quem pesca usa a isca para apanhar o peixe; quem pega passarinhos usa o alpiste ou fubá no fundo do alçapão, mas para levar a mocidade para as nossas igrejas nunca devemos empregar subterfúgios. Introduzir o iê-iê-iê como chamarisco seria um erro imperdoável. O que deve levar não só a mocidade, mas todos nós á igreja, é a FÉ em Deus, é o Amor sem limites. Nada de trocas, eu deixo o Senhor celebrar a missa para se o Senhor me der alguma coisa, no caso o iê-iê-iê. A Mensagem aos paroquianos, sobretudo a juventude é esta: Amar a Deus e não o iê-iê-iê. Ir à Missa por Deus e não pelo iê-iê-iê. Estas observações rápidas têm por finalidade orientar, sem intenção de censurar ou criticar a qualquer pessoa. (MENSAGEM N.28, 1967)

Na posição do pároco, não havia a necessidade de utilizar nas missas da paróquia os cantos orquestrados e em latim<sup>62</sup>, por outro lado, também não havia motivo para cantar qualquer gênero musical contemporâneo. Por isso, o católico deveria ser cauteloso com a forma de evangelização e as missas não seriam um lugar para empregar subterfúgios, pois, para o sacerdote, era necessário evitar uma secularização da fé.

Assim como o padre Jacinto, Dom Delfim também era receoso e procurava seguir as rubricas do missal, e pedia que os padres fizessem o mesmo. Um exemplo foi a possibilidade de os fiéis receberem a eucaristia nas mãos durante o momento de comunhão na missa. Em carta aos sacerdotes, o bispo “rogo-vos, portanto, caríssimos Cooperadores, que absolutamente, não introduzais nenhuma inovação nesse sentido. Contando com o vosso espírito de filial obediência à Santa Igreja, subscrevo-no.” (CIRCULAR n.116, 1969).

Segundo o padre Nacif, a formação antiga dos sacerdotes também era um empecilho para um diálogo e uma abertura para o concílio. Como já apontado anteriormente, a Diocese de

---

<sup>62</sup> Até hoje os cantos do padre José Maria Xavier (1819-1887) são utilizados nas celebrações solenes, principalmente durante a Semana Santa na Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar.

São João del-Rei foi desmembrada a partir de outras circunscrições e, desse modo, os sacerdotes não conseguiam - ou não queriam – adaptarem-se à nova diocese, como relata o padre:

Eu tive que entrar em atritos porque o Concílio tinha acabado há 4 ou 5 anos e aqui a Diocese era nova, uma colcha de retalhos. Nitidamente eu olhava e via o bloco de mentalidade dos bispos de Mariana, Leopolina e Juiz de Fora, completamente marcada neles [nos sacerdotes]. Então eu tive que enfrentar isso, porque eu não tinha cobertura de Dom Delfim, então onde dava para aplicar as pequenas coisas eu conseguia. Mas nas paróquias vinda de Mariana não consegui nada. Eu consegui apenas nos salesianos porque lá tinha cabeças que pensavam como o padre Gruen e o Lara, lá era onde eu me apoiava.

[...] Tentei 3 vezes fundar a CEB, mas o único movimento que eu consegui organizar foi a JOC, Juventude Operária Católica. Os universitários não era a JUC, era apenas um trabalho pastoral, então organizávamos teatro, música e outras atividades. (NACIF, 2022)

Como é possível observar, a realidade e as ações propostas pela Igreja muitas vezes não chegavam nas igrejas locais. Além disso, apesar das ações propostas pela CNBB como o Plano Pastoral de Conjunto ou o Plano Nacional de Emergência não eram implementados e nem dialogados com os membros do clero. Em geral, isso ocorreu em algumas dioceses para evitar que a concepção de igreja tridentina se perdesse em meio a realidade que a Igreja de todo o mundo passava. As Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, durante o período de Dom Delfim, existiram apenas sob a tutela da paróquia dos salesianos, nos documentos da Cúria elas são citadas apenas no pontificado do bispo sucessor, Dom Antônio, que organizou reuniões e nomeou o padre Marreco como coordenador (MESQUITA, 1985). Além disso, como mencionado anteriormente, o complicado período do Regime Militar dificultava as ações dos padres, que eram constantemente observados e considerados subversivos.

### **3.3.1 Mudarei o altar de Deus**

Na liturgia anterior ao Vaticano II, logo ao início da missa, uma das orações que o sacerdote realizava antes de subir no presbitério era o “Subirei ao altar de Deus” ou em latim “*Introibo ad altare Dei*”. Esta frase é marcante, pois um ponto pragmático nos documentos conciliares foi a mudança dos altares.

Depois da publicação da *Sacrosancto Concilium*, o sacerdote passou a celebrar voltado para a assembleia e, como consequência, foi necessária adaptar as igrejas e colocar um altar central. Após isso, inúmeras igrejas pelo mundo passaram por reformas nos altares, modificando ou destruindo a construção original (COSTA, 2016).

Na paróquia Senhor Bom Jesus do Matosinhos, o padre Jacinto decidiu demolir a antiga igreja e construir uma nova. Apesar de polêmica, a ideia do sacerdote foi aceita pelos

paroquianos e pela Cúria Diocesana, e o padre leu o seguinte discurso na missa dominical para todos os fiéis:

Em Matosinhos, a Paróquia está construindo uma Matriz Nova, ampla, onde o Povo de Deus se reunirá para o culto ao Deus verdadeiro. Ela vai substituir a antiga igreja que já não preenche suas finalidades. Antes de ser tomada esta decisão foram realizados estudos por engenheiros, pessoas de conhecimentos qualificados. Diversas Comissões estudaram o problema e a conclusão foi sempre unânime: a construção de uma nova e demolição da antiga. O próprio Patrimônio Artístico Nacional, na época do seu, há pouco falecido, Diretor Dr. Rodrigo, quando solicitamos a ajuda do Patrimônio para uma restauração completa da igreja, comunicou-nos por telegrama, que se acha em nosso poder, que o Patrimônio não tinha condições materiais para a restauração e que esta igreja não pertencia ao Patrimônio. A própria Diocese, por meio do Cabido Diocesano, reunido no Ginásio Santo Antônio, deu o voto favorável à demolição. E assim, outras pessoas compreenderam o problema, além da própria Comunidade Paroquial que vive, sente e anseia a solução para o seu problema. O problema é da Diocese, é da Paróquia, isto é, é da Igreja e não de pessoas alheias completamente à religião. Não compete aos que, perdendo a Fé, e considerando o Cristianismo obra do passado e em sentido no presente, querem sepultar no interior de nossos Templos as velharias como simples amostras de uma época, que para eles já passou (MENSAGEM, n.106, 1970).

O desejo do padre Jacinto era construir uma igreja maior, uma vez que era pároco da maior paróquia de São João del-Rei, além disso, queria projetar o novo templo com o altar central, retirando os altares laterais. À primeira vista, derrubar a velha matriz<sup>63</sup> pode transparecer uma ideia de rompimento com o antigo, ou seja, um novo Concílio e uma nova concepção de Igreja. Todavia isso nunca ocorreu, uma vez que as práticas permaneciam as mesmas, inclusive demonstram a própria intransigência do sacerdote.

Nas outras igrejas, Dom Delfim nomeou o padre Nacif como responsável pela mudança dos altares. Segue o relato:

Eu me lembro que ficou sobre a minha responsabilidade nessas igrejas antigas virar o altar para o povo. E aí, você imagina a Catedral, Carmo, Pilar, Mercês, [são as igrejas do centro histórico] tudo isso. Como iria fazer para virar o altar para o povo? Por quê? Porque era o “espírito do concílio” sempre entre aspas. Não sei se foi em Rezende Costa ou Ritópolis e o padre disse: “o senhor é o responsável por virar o altar para o povo? O que podemos fazer?”. Respondi. Sim, sou eu. Você que é o pároco, que sugestão você dá? Daí saíram várias sugestões estapafúrdias, a que predominou foi pôr uma mesinha em frente. Claro, foi uma saída que eles encontraram, mas não me agradou, porque isso não é um altar virado para o povo.  
[...]

---

<sup>63</sup> Este trabalho não pretende discorrer sobre a questão do Patrimônio Histórico e do debate em torno da demolição. Porém, a Igreja estava precisando de uma restauração, que era ignorada pelo poder público. Nesse sentido, fica um ponto para reflexão: o negligenciamento das igrejas antigas que estavam fora do centro histórico por parte dos órgãos competentes pela preservação e a falta de conhecimento sobre a preservação dos patrimônios culturais e artísticos religiosos por parte dos membros do clero.

Eu tinha um medo danado de conversar com os padres daqui de São João del-Rei de tão quadrados que eles eram, estavam bitolados naquela mentalidade. Na hora que o bispo falava “hoje você vai em tal paróquia, cuidado hein, porque você tem a boca solta, fala tudo o que vem na sua cabeça e os padres não estão preparados para isso”. (NACIF, 2022)

De início, ao que parece, os sacerdotes da diocese das outras cidades não estavam entendendo o concílio e, talvez, esta era até uma palavra um tanto quanto distante. Os padres aguardavam as diretrizes de Dom Delfim e, enquanto, não ocorria pedidos de mudança segundo o concílio, continuavam a viver do modo pastoral em que já estavam.

No centro histórico de São João del-Rei, as igrejas não poderiam passar por alterações sem a consulta das irmandades e ordens terceiras, uma vez que eles foram os responsáveis por suas construções. Entre esses templos encontra-se a sede do bispado, a Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar, construída pela Irmandade do Santíssimo Sacramento no século XVIII e, por isso, seus membros sempre possuíram grande relevância nas decisões da Catedral. Diante disso, coube ao bispo fazer a mediação entre a irmandade e a adaptação para as novas demandas conciliares, principalmente, em uma igreja tombada<sup>64</sup> em 1938 e que não poderia passar por grandes reformas.

Nessa situação, Dom Delfim aproveitou a sua ida à Roma, na última sessão do concílio, para tentar negociar uma possível elevação do *status* da catedral para basílica, que atrairia maior prestígio para as irmandades e reconhecimento “pelo Sumo Pontífice com o título de Basílica Menor<sup>65</sup>, o que indica um vínculo peculiar com a Igreja Romana e o Sumo Pontífice”. Entretanto, para que isso pudesse ocorrer, seria necessário às Irmandades doarem um altar de mármore<sup>66</sup>, como é possível observar no trecho abaixo da ata de 12 de outubro de 1964:

Para conseguir tão alto benefício a que se juntam inúmeras indulgências, nosso Bispo Diocesano atualmente em Roma tomou parte no Concílio Ecumênico do Vaticano seguido, antes aos três (3) de março do ano corrente, fez a Sagração de nossa Catedral, para o que, a nossa Irmandade, honrosamente, cooperou, oferecendo com as demais irmandades da Catedral, o altar fixo de granito e as dozes (12) cruces que simbolizam Cristo e os apóstolos (LIVRO 57, p. 61-62.).

Então em 1965 foi recebido oficialmente o título de Basílica Menor pelo Núncio Apostólico do Brasil, Dom Sebastião Baggio, que fez a leitura do breve papal durante a missa.

---

<sup>64</sup> Cf. São João del Rei (MG). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/290>. Acesso em 02 set. 2019.

<sup>65</sup> Sobre os títulos das basílicas, ver. Decreto Casa da Igreja – sobre o título de Basílica Menor, da Congregação do Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, 9 de novembro de 1989.

<sup>66</sup> A preferência era a adição de um novo altar em mármore. Isso foi uma característica das igrejas brasileiras que eram tombadas e possuíam altar em madeira. Cf. COSTA, Pablo Pinheiro da. Op. Cit., 2016.

Essa honraria conseguida por parte de Dom Delfim demonstra que ele possuía uma boa relação com os membros das irmandades, grupo que, agora, fazia parte de uma catedral-basílica, aumentando seu prestígio social e diferenciando-se das demais irmandades e ordens terceiras das outras igrejas, como demonstrado na ata,

Com esta notícia, a Irmandade do Santíssimo Sacramento faz o presente Têrmo de Regozijo pelo ato do Santo Padre Paulo VI e ação pastoral do nosso amado Bispo Diocesano que tanto dignifica a antiga Matriz de Nossa Senhora do Pilar, historicamente ligada pela obra de construção e conservação da nossa veneranda Irmandade. Congratulam-se nossos irmãos entre si, e com nossos diletos pastores por tão feliz acontecimento (LIVRO 57, p. 61-62.).

Apesar da boa relação com esses grupos, houve um grave conflito entre Dom Delfim e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis devido a mudança do altar na Igreja São Francisco de Assis e a recusa em aceitar a visão dos freis sobre a liturgia, tema abordado no item seguinte.

### **3.3.2 Se a Diocese é do bispo, a igreja é da Ordem Terceira**

A disputa pelo poder entre os grupos que constituem a Igreja local envolve uma grande complexidade. As irmandades e associações fazem parte de um jogo de poder com relações pacíficas, porém permeadas por conflitos marcados pela história de cada um desses grupos, desde as suas fundações. Entre elas há uma escala de importância, umas são mais numerosas, outras possuem poucos membros, algumas têm o privilégio de coordenar dias festivos como, por exemplo, a Semana Santa. Nessas relações também faziam parte as autoridades eclesiais, como o bispo e os párocos, que precisavam conciliar os seus próprios interesses junto aos das irmandades e associações.

A Igreja de São Francisco de Assis foi construída no século XVIII pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Nesse sentido, apesar de ser um templo católico, não entra lista de bens da Igreja Católica, ou seja, a igreja e tudo o que há nela pertence à Ordem Terceira. Por outro lado, tudo o que acontece dentro da esfera litúrgica precisa ter autorização do pároco e do bispo. Essa complexa relação entre igreja privada e liturgia pública geraram atritos, principalmente com os frades franciscanos, que precisavam conciliar seus interesses aos da Ordem Terceira e às mudanças propostas pelo Concílio.

O início dos conflitos ocorreu em 1965, período em que os sacerdotes já estavam celebrando no rito pós conciliar<sup>67</sup> e, portanto, esse era o desejo dos frades franciscanos, interesse oposto ao da Ordem Terceira, que foi exposto em ata:

A seguir referiu-se às solenidades litúrgicas tradicionais da Ordem, explicando que, embora não visse nelas um fim último, desejava que o brilho com que sempre têm sido celebradas, em toda vida da Ordem, não fosse agora esmaecido, em consequência de uma inexata interpretação das normas decretas pelo Concílio Vaticano II na constituição sobre a Sagrada Liturgia. (LIVRO 4, p. 69)

Em seguida, os membros da Ordem Terceira alegam que apenas o bispo teria a autoridade para alterar qualquer rito das celebrações que eram por eles organizadas, retirando a autoridade dos frades:

[...] durante as solenidades tradicionais da Ordem, concluindo por dizer que não havia motivo para suprimi-las, nem mutilá-las sob fundamento de contrárias à Constituição Litúrgica, enquanto noutras Igrejas da Diocese continuassem a ser celebradas, com pleno assentimento do Exmo. e Rvmo Bispo Diocesano Dom Delfim Ribeiro Guedes, a quem o concílio confere toda a autoridade para dividir sobre as inovações e adaptações decorrentes da reforma litúrgica. (LIVRO 4, p. 69)

O documento deixa exposto as divergências entre os fiéis da ordem e os freis, e estes, por sua vez, alegavam que os membros terciários estavam em situação acanônica e precisavam de uma renovação dos estatutos, um *aggiornamento*, pedido pelo concílio. É possível observar este impasse na carta enviada em 3 de outubro de 1965 pelo frei comissário<sup>68</sup> para a Ordem Terceira citando uma série de mudanças necessárias:

- 1 - Promover entre os Irmãos a vida Sacramental especialmente a vida eucarística.
- 2 - Aprofundar o conhecimento e a vivência do espírito Franciscano pelo estudo das regras das constituições e dos últimos comentários.
- 3 - Promover o espírito litúrgico conforme as decisões e recomendações conciliares.
- 4 - Ensinar que não se deve ser membro da Ordem Terceira por ostentação por motivos temporais, por tradição ou como gesto social, mas por convicção.
- 5 - Restaurar o noviciado, exigido pelas Regras e as constituições.
- 6 - Imbuir um espírito apostólico, porquanto os Irmãos como leigos e como Terceiros são chamados a cumprir uma missão ativa dentro da Igreja, uma missão servir ao povo de Deus.
- 7 - Regularizar a situação da Venerável Ordem perante a hierarquia da Igreja, dando-lhe lugar correto entre as Ordens e Associações Religiosas.

---

<sup>67</sup> O Missal oficial e a obrigação da celebração da missa *Novus Ordo* saíram apenas em 1969, mas logo após a publicação do documento sobre a Reforma Litúrgica em 1963, muitos padres já estavam rezando-a.

<sup>68</sup> O comissário era o frei que ficava à disposição da Ordem Terceira, escolhido a partir de uma lista com três nomes pelo superior da Ordem Franciscana. Sua função era atender em tudo que os leigos da Ordem precisavam como Missas, confissões, procissões, festas e outras atividades.

Por experiência sei que os Irmãos se interessam pouco com estes objetivos, e muito pela questão: o que acontecerá com as tradições, ou mais precisamente, com os atos tradicionais.

[...]. Nada se pode garantir no futuro, uma vez que se está desenvolvendo uma nova pastoral. (LIVRO 4, p. 68-69)

Os membros da Ordem Terceira responderam ao frei comissário que seria inviável utilizar um altar central da forma que ele desejava, uma vez que este ficaria mais próximo da assembleia, deixaria os membros terciários de costas e longe do sacerdote. Outro ponto de debate foi o questionamento sobre a não necessidade do uso do hábito por parte da Ordem Terceira, tradição que não condizia com o mundo atual, uma vez que não eram religiosos, mas leigos terciários<sup>69</sup>. Como resposta, a Ordem Terceira conclama aos seus membros para utilizarem o hábito da Ordem Terceira. Segue o trecho das argumentações:

[...] Relativamente às Missas da Ordem, aos domingos, achava que as suas celebração, no altar improvisado no centro da Igreja, se fazia muito longe dos irmãos que compareciam incorporados e ficavam isolados na capela-mor, embora também fossem integrantes da assembleia dos fiéis e com a particularidade de serem tais Missas mandadas celebrar pela e para as intenções da ordem [...] Terminou por conclamar os Irmãos a comparecerem em maior número, revestidos de habito às Missas e demais atos litúrgicos da Ordem, fazendo ainda um apelo ao Rvmo Frei Comissario para voltar a celebrar tais Missas no altar-mor ou, então, junto aos Irmãos na capela-mor. Com a palavra, o Revmo. Frei Comissario manteve-se intransigente, mas, afinal, prometeu que iria examinar as possibilidades de atender ao apelo [...] (LIVRO 4, p. 69-70).

Para mitigar os conflitos, em 1967, o bispo manifestou o desejo de tornar a igreja da Ordem Terceira a sede de uma nova paróquia, situação que dividiu os membros da ordem terceira com 21 votos a favor e 11 contrários<sup>70</sup>. Na ata de votação, alguns membros expressam o receio de perder o prestígio da ordem referente a administração da igreja e a prioridade nos cultos, no entanto, a maioria aprovou a criação da paróquia com algumas condições:

A sala do definitório continuará destinada ao uso exclusivo da Ordem, não podendo ser utilizada por outras associações religiosas  
Caberá á Ordem promover, prioritariamente, na Paróquia, o culto ao Santíssimo Sacramento, sendo-lhe transferidos e outorgados os privilégios e regalias que, por esse motivo, se atribuem ordinariamente às Irmandades dedicadas especialmente a esse culto.

---

<sup>69</sup> A mudança dos hábitos religiosos ocorreu após o Vaticano II com o decreto *Perfectae Caritatis*, que expressa o seguinte: “O hábito religioso, como sinal de consagração, seja simples e modesto, simultaneamente pobre e condigno, e, além disso, consentâneo com as exigências da saúde e acomodado às condições de tempo e lugar e às necessidades do ministério. O hábito, masculino ou feminino, que não estiver de harmonia com estas normas, deve ser mudado.” (PAULO VI, Papa. 1965).

<sup>70</sup> LIVRO 4º DE TERMOS. V. O. 3ª. S. Francisco de Assis, p.71

[...] continuarão a ser celebradas pela forma tradicional, com acompanhamento de orquestra e respectivo coro, inclusive a missa da ordem [...] voltará a ser celebrada no altar-mor, como dantes o era. (LIVRO 4, p. 72).

Percebe-se que, a todo momento, os membros terciários possuíam receio de perder a sua relevância e prestígio e, além disso, não estavam dispostos às poucas mudanças conciliares que o frei e o bispo, em menor escala, propuseram.

Como analisado no item sobre Dom Delfim, o bispo tinha como premissa em seu trabalho episcopal o funcionamento de uma pastoral sacramental e, portanto, fazer uma Igreja que operasse sem maiores conflitos, evitando que os diversos grupos que compõem a diocese trouxessem problemas para o funcionamento da igreja local. Entretanto, as desavenças crescentes entre a Ordem Terceira e os frades acentuaram-se a ponto de criar uma divisão e desobediência. No jornal Ponte da Cadeia de 1969, foi destacada uma matéria sobre essa difícil relação. Segundo o editor, “há informações de que alguns membros intransigentes da Ordem Terceira de São Francisco não concordam com inovações da liturgia e não permitem que certos atos religiosos sejam realizados como ordena a Igreja” (PONTE DA CADEIA, 1969, p.1-4).

Portanto, Dom Delfim resolveu tomar medidas drásticas e, ouvindo os frades, proibiu a celebração de atos litúrgicos na igreja da Ordem Terceira e decidiu rever os seus estatutos, uma vez que era necessário atualizá-los para o tempo presente. Além disso, questionava que não havia poder absoluto sobre a igreja, mesmo que ela fosse construída por ordens, associações ou irmandades. Expõe o bispo na circular número 134:

[...] em face de lamentáveis ocorrências provocadas por alguns membros da venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, situada nesta cidade episcopal e que em 2 de abril de 1967, foi elevada à categoria de sede paroquial, tomar, embora com vivo pesar, as seguintes deliberações:

- 1a.) Não se realiza, até determinação em contrário, nenhum ato litúrgico e, muito menos, seja celebrada a Santa Missa, na Igreja São Francisco de Assis.
- 2a.) A sede da Paróquia de São Francisco de Assis fica, provisoriamente, transferida para todos os direitos e privilégios de matriz Paroquial.
- 3a.) Se o Pároco da Paróquia de São Francisco de Assis julgar conveniente ou necessário, poderá retirar da citada Igreja de São Francisco de Assis todos os objetos pertencentes à Paróquia.

Valho-me desta oportunidade para declarar:

1º - A Autoridade Diocesana nunca pretendeu contestar o direito de propriedade que a Venerável Ordem Terceira que a regulamentação dos atos litúrgicos e de piedade, em qualquer Igreja, compete exclusivamente à legítima Autoridade Eclesiástica, como, aliás, vem sendo, louvavelmente, observado pelas Associações Religiosas que possuem Igrejas próprias nesta cidade episcopal e na Diocese.

2º - Os Estatutos da Venerável Ordem Terceira, assim como os de qualquer ação religiosa, deverão conformar-se em tudo com as determinações do Código do Direito Canônico e demais determinações da Santa Sé Apostólica e bem assim com as legítimas determinações Diocesanas. Se, porventura, houver nesses Estatutos dispositivos contrários às supramencionadas determinações, saibam todos que esses dispositivos carecem de qualquer valor.

3º - O direito de propriedade da mesma Venerável Ordem Terceira sôbre a Igreja de São Francisco de Assis não pode ser considerado absoluto. Deve, na verdade, condicionar sua conservação e melhoramentos, assim como para as despesas decorrentes do culto divino. O Templo de Deus é, realmente, casa de seus filhos, ricos e pobres, e, por conseguinte, dentro dos jutos limites, do povo de Deus e para o povo de Deus. (CIRCULAR, n. 134, 1969)

A partir dessas medidas, o bispo demonstrava o seu poder, colocando-se como a autoridade máxima da Igreja local. Se por um lado o problema inicial versava sobre a reforma litúrgica, por outro, terminou expondo o lado impositivo de Dom Delfim e servindo de exemplo para as demais associações de São João del-Rei ao mostrar que, em caso de necessidade, o bispo imporá sanções a esses grupos.

A decisão do bispo foi apoiada por todo o clero, irmandade e associações, que reconheceram a importância do Dom Delfim como um líder que procurava alterar o mínimo possível das mudanças conciliares. Dizem eles em uma carta em conjunto:

Reconhecemos e somos agradecidos a V.Excia. que dentro da linha da reforma e adaptação determinada pelo Concílio, tem procurado conservar as nossas tradições e carinhosamente as apoia, fazendo com que dentro das nossas Irmandades surjam forças de intensa vida espiritual comungando fraternalmente com as autoridades [...] (CIRCULAR, n. 138, 1969)

Ao perceber a gravidade conflito e as ações punitivas realizadas por Dom Delfim, os membros da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo reuniram-se para alterar os seus estatutos, antecipando qualquer litúgio com o bispo. Nas novas disposições eles afirmavam a fidelidade e superioridade do bispo diocesano e dos padres carmelitas, também deixavam todos os seus bens e títulos para a Mitra de São João del-Rei em caso de dissolução da Ordem, como é possível verificar no trecho a seguir:

Artigo 12 - Como seus Superiores imediatos, reconhece o Sodalício o Excelentíssimo e Reverendíssimo SENHOR BISPO DIOCESANO DE SÃO JOÃO DEL-REI, os Superiores maiores da Ordem Carmelitana, ou os seus delegados, nas suas respectivas esferas, e de conformidade com as leis canônicas.

Artigo 36 - No caso de vir a dissolver-se ou extinguir-se o Sodalício da Venerável Ordem Terceira de nossa Senhora do Carmo de São João del-Rei, todos os seus bens móveis e imóveis, títulos de renda e quaisquer outros, que tenham adquirido ou venham adquirir, passarão imediatamente para a Mitra de São João del-Rei. (CIRCULAR, N. 138, 1969)

Com isso, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis encontrou-se isolada perante aos outros grupos leigos. Desse modo, seus membros inclinavam para aceitar as mudanças pedidas por Dom Delfim. No dia 28 de dezembro de 1969, reuniram-se 94 membros em sessão

extraordinária, com mais de 6 horas de reunião e a presença da elite católica sanjoanense, entre eles o desembargador Marcelo Santiago Costa e o general Antônio Carlos Mourão Rattón. Em votação, 90 membros decidiram por acatar as mudanças requeridas pelo bispo na circular 134, dentre elas um novo estatuto, a aceitação do altar central para celebração da missa voltada ao povo e a permanência do frei comissário como representante eclesiástico da Ordem Terceira (PONTE DA CADEIA, 1970, p. 1-4).

Após tudo isso, o entrave foi resolvido e, como desejava o bispo, a Igreja de São Francisco de Assis voltou a normalidade, permitindo a celebração dos ritos litúrgicos. No entanto, a paróquia foi transferida para a Igreja Nossa Senhora de Lourdes em comum acordo entre o bispo e a Ordem Terceira. Desse modo, os frades franciscanos teriam uma paróquia para administrar e a Igreja de São Francisco de Assis seria apenas uma filial.

Diante do exposto, é possível observar que o conflito entre Bispo e Ordem Terceira inicialmente ocorreu devido ao Concílio, porém, a atuação de Dom Delfim se deu devido a desobediência, uma vez que os terciários não aceitavam as diferentes visões dos frades. Esse antagonismo exigiu uma resposta rígida por parte do bispo, que procurava abafar os conflitos e as diferenças.

Por outro lado, percebe-se que o vínculo entre irmandades, associações e ordens terceiras para com Dom Delfim compõem um jogo complexo de entendimento. Como pontuado por Michel Oakeshott (2003), essa mudança mantém juntas duas ideias opostas, mas que são complementares: alteração e continuidade; diferença e identidade. Nesse sentido, apesar do prestígio e do poder desses grupos leigos, há, por eles, uma recepção fragmentada, seguindo a concepção de Igreja pensada por Dom Delfim, permitindo um funcionamento prático da igreja local, sem mudanças bruscas.

### **3.4 Um catolicismo sanjoanense**

Situar os agentes católicos em seu tempo e no seu cotidiano é complexo na medida que as suas práticas religiosas permeiam uma especificidade local, com seus processos históricos próprios, suas rupturas e continuidades.

Como exemplo desta complexidade, temos o evento da vinda da organização Tradição Família e Propriedade (TFP) para a cidade de São João del-Rei, a fim de promover seus ideais e conscientizar os católicos. Era o auge da organização que avançava com suas ideias tradicionalistas e, também, servia de base ideológica de apoio para o governo militar após o golpe de 1964.

O fundador da TFP, Plínio Correia de Oliveira, foi o principal articulador do movimento tradicional no Brasil. Na visão de Plínio, era preciso realizar uma cruzada antiprogressista, percorrendo os quatro cantos do Brasil. Dessa forma, por onde passavam, recolhiam assinaturas para petições de cunho religioso e/ou político, como abaixo-assinados contra o comunismo e a reforma agrária, e a favor do regresso da tradição católica e à permanência do rito pré-conciliar (DE MATTEI, 1997, p.13).

Segundo o historiador Filipe da Silva (2009, p.15), o que chama a atenção para a TFP são três características: (1) a “combatividade e violência de seu discurso em prol da ordem social cristã”, (2) o número expressivo de membros com “aproximadamente mil sócio-cooperadores espalhados pelas capitais brasileiras” e (3) o aspecto de sociedade secreta, “uma vez que seus membros vão conhecendo os verdadeiros propósitos do movimento de forma paulatina”.

A tentativa da TFP em promover a sua cruzada em São João del-Rei foi exposta pelo jornal, na edição de 18 de agosto de 1968, com o título “TFP está aí e pede assinaturas”. O editor do periódico expõe com certa indiferença a chegada do grupo, que não era visto com bons olhos por partes dos sanjoanenses:

Com a sua bandeira vermelha e os rapazes pedindo assinaturas e adesões, esteve presente na cidade uma delegação da TFP, sigla da organização Trabalho Família e Propriedade.

Discutida, combatida e controvertida, a turma da TFP carrega uma estranha bandeira e explica ao que vem, **causando desconfiança ao povo e provocando manifestações de desagrado**, campanhas contra e outras e reações de várias pessoas e entidades.

Trata-se de um movimento que percorre o país todo, afirmando-se por aí como congregados marianos.

Em toda a parte se vê a turma da TFP, que pretende entre outras coisas enviar ao papa um mundo de assinaturas contra a invasão comunista.

Na cidade, segundo se informa, decorreu em ordem e visita da TFP, sem incidentes com as autoridades e com o povo, ao contrário do que ocorre nos grandes centros, onde a TFP causa às vezes por alguns apertos. **Mas por aqui tudo em paz, sem maior interesse popular.** (PONTE DA CADEIA, 1968, p. 1, grifo nosso)

Na medida que fica evidenciado a falta de interesse da população, a ponto de nenhuma outra associação ou irmandade colaborar com os tradicionalistas, duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira é o conhecimento prévio da organização e seus objetivos e, por isso, uma preferência em manter-se distante, acreditando que o movimento traria desordem e agitação; e, por outro lado, a segunda seria o desconhecimento da organização e a não adesão, tendo em vista que o grupo, à primeira vista, era estranho e estava fora do cotidiano da cidade. Além disso, para os padres locais, a vinda da organização conservadora ocorreu em um momento inoportuno. Meses antes, ainda em 1968, uma parte do clero mineiro, em Belo Horizonte, foi

acusado de subversão após a publicação do documento “Declaração dos padres”, no qual pedia mais liberdade, justiça, paz, do que de violência, medo e repressão (CAMARGOS, 2012, p.137).

Este acontecimento (insucesso da cruzada TPF em São João del-Rei) demonstra bem a dificuldade em definir ou classificar o catolicismo sanjoanense, uma vez que, inicialmente, poder-se-ia supor uma adesão à causa, visto que as irmandades e associações eram taxadas como grupos conservadores e tradicionais. Como, então explicar a falta de interesse por esta famosa organização ou até o desconhecimento dela?

É neste sentido que estudar e compreender o catolicismo local e como este está arraigado à sociedade do período analisado é de suma importância. Este tipo de estudo ajuda no entendimento das complexas relações entre os grupos religiosos da localidade e como eles enxergavam as mudanças no catolicismo da época e, assim, evitar visões simplistas sobre o assunto.

Como dito, em primeira instância, seria lógico prever uma associação entre as irmandades e demais grupos conservadores sanjoanenses à causa TFP. Contudo, o que se vê na prática são “conservadorismos” diferentes. No caso da TFP, tratava-se de um movimento amplo, voltado para uma visão teológica de romanização, anticomunista e anticonciliar, promovendo uma verdadeira cruzada nacional. As irmandades, por sua vez, eram grupos “conservadores locais”, voltados para sua própria preservação enquanto instituição. Assim, enxergam seu papel como protagonistas na história da Igreja de forma totalmente diferente: visam a preservação de seu grupo por meio dos ritos locais e festividades religiosas, a fim de garantir a continuidade de sua tradição que remonta aos tempos da América Portuguesa. Ou seja, estes grupos não estão relacionados a ações conservadoras de impacto e abrangência nacional e uma tentativa de ligá-los ideologicamente a outros grupos conservadores clássicos, como a TPF, é um grande equívoco.

Por isso, a questão do *aggiornamento* precisa ser entendida como um processo de rupturas e permanências - neste caso, muito mais permanência. A negação completa do Concílio Vaticano II não faz parte dos discursos desses grupos, pelo contrário, aceitam a mudança de modo fragmentado. Esta também era a visão do clero que realizou algumas mudanças coordenadas, como relatado pelo padre Nacif nesta pesquisa. Em nenhum momento negaram a nova forma do Rito Romano ou as decisões conciliares. Pelo contrário, para esse grupo religioso, o Concílio veio para modificar algumas normas práticas, principalmente a liturgia e o uso do vernáculo.

Por fim, observa-se que há grande especificidade no pensamento e modo de agir da Igreja local, ou melhor definindo, existe um “catolicismo sanjoanense”. Por meio do bispo, dos padres, irmandades e associações houve, então, um processo de recepção fragmentada do Concílio Vaticano II. As interpretação das diretrizes conciliares a partir de uma ótica própria destes grupos permitiram realizar as modificações propostas pelo Concílio ao mesmo tempo que mantinham suas próprias tradições e visões de Igreja. Assim, formou-se uma simbiose entre a Igreja pós conciliar e os grupos religiosos locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reorganização da Igreja durante o século XX foi permeada por uma série de mudanças estruturais que possibilitaram sua reestruturação do ponto de vista eclesial, sendo a principal a descentralização eclesiástica do poder de Roma e do papado. Para isso, houve um chamado do clero à participação via conferências episcopais nacionais, como, no caso do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e continentais, como a Conferência Episcopal Latino-americana. Neste mesmo período, muitos líderes episcopais estavam sob do neotomismo, que deu novo vigor ao catolicismo, em meio ao processo intenso de laicização. Essa linha compreendia a vida cristã como um elemento não apenas para alcançar a vida eterna, mas um para mudar a realidade social e política, formando a base principal para a produção dos textos conciliares.

Apesar deste contexto geral da história da Instituição Igreja Católica, cada diocese trilhou sua própria trajetória dentro de sua realidade, desde a sua criação, a formação de seminários e a estruturação da administração episcopal. Também, o bispo da época foi peça fundamental na história dessas dioceses, uma vez que eram a maior autoridade eclesiástica local e, portanto, seus perfis moldaram as características pastorais das dioceses que lideravam.

Assim, para entender a adaptação da diocese de São João del-Rei ao Concílio, esta pesquisa precisou estudar a vida de Dom Delfim Ribeiro Guedes, compreender sua trajetória intelectual e suas relações sociais. Assim, foi possível esboçar o seu perfil e analisar a sua rede de sociabilidade, visto que as ações individuais são tomadas por visões de mundo coletivas e influenciam as tomadas de decisões e comportamentos (SIRINELLI, 1998).

Nesse aspecto podemos colocar Dom Delfim como um bispo que tendia a conservar as estruturas tradicionais eclesiais. Apesar de aceitar as modificações conciliares, viveu com a visão de uma Igreja sacramental, preocupando-se apenas com as administrações dos sacramentos e com a sua burocracia, também conhecida como Igreja da Neocristandade. Portanto, seu pontificado foi marcado por manter uma Igreja que pudesse funcionar sem maiores problemas e conflitos, sejam eles com os membros do clero secular, religioso e os leigos nas pastorais, confrarias e irmandades. A sua formação enquanto seminarista e sacerdote, ao estudar em Roma com professores que possuíam uma concepção tridentina de Igreja, influenciou decisivamente na sua visão de mundo e atividade pastoral.

No Concílio Vaticano II, os bispos que estavam fora do círculo europeu puderam ser ouvidos, principalmente porque estavam unidos sob as conferências. Formaram uma frente de

ação pastoral em meio as especificidades no Brasil e, um exemplo prático desta ação, foi a concepção do Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, em 1962, ainda quando os bispos brasileiros estavam reunidos na primeira sessão do Concílio.

Apesar desse protagonismo, a maioria dos bispos, incluindo Dom Delfim, não estavam preparados para o evento, pois esperavam por um Concílio dogmático e hierárquico, enquanto a proposta principal era compreender o papel da Igreja no mundo e toda a sua eclesiologia. O bispo de São João del-Rei, por exemplo, entendia que o Concílio deveria atuar em questões práticas, como a rigidez do jejum eucarístico, a obediência clerical e a proclamação de dogmas marianos. Curiosamente, uma mudança que o bispo desejou foi a implementação do diaconato permanente que, tempos depois, foi permitida pela Igreja, mas jamais executada por Dom Delfim. Desse modo, é interessante questionar até que ponto ele, e outros bispos, realmente queriam as mudanças que escreveram para Roma a fim de que fossem debatidas no Concílio? No caso do bispo de São João del-Rei é possível que ele tivesse assinado os documentos apenas por um princípio de colegialidade.

O Papa João XXIII em seu pronunciamento de convocação do Concílio Vaticano II conclamava a Igreja para um *aggiornamento*. Ao término do Concílio foram promulgados inúmeros decretos e constituições, entre os principais podemos citar a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*.

A partir desse momento, o Concílio passou por um processo de recepção por toda a Igreja. Mas, a recepção nunca foi uniforme, houve uma fragmentação – e até rompimentos - em meio a tantas realidades distintas. Dentro da Diocese de São João del-Rei esse contexto ficou evidente, principalmente entre os sacerdotes religiosos, que estavam mais abertos ao *aggiornamento* e os diocesanos, que, por sua vez, compreendiam o Concílio Vaticano II como um evento de mudanças práticas, assim como o bispo.

Para formar a Cúria Diocesana, Dom Delfim obteve o apoio dos padres do centro da cidade, entre eles monsenhor Sebastião Raimundo Paiva, monsenhor José Maria Fernandes, monsenhor José Zamagna, seu secretário pessoal, e monsenhor Almir de Rezende Aquino, que ainda teve papel central na fundação da diocese.

De certa forma, houve um isolamento de Dom Delfim no centro da cidade, seu círculo religioso limitou-se ao contato com alguns padres, irmandades, ordens terceiras e associações. Isso também ocorreu com o círculo social e político do bispo, marcado pelo relacionamento com as figuras importantes da cidade. Por isso, mais uma vez, vale evidenciar duas frases ditas

sobre o bispo neste trabalho: “ele era muito religioso, mas pouco dinâmico” e “Dom Delfim era um príncipe”.

Nesse mesmo contexto, encontravam-se as principais irmandades e ordens terceiras. Preocupadas em manter as suas tradições, tentavam adaptar o mínimo às novas formas de reestruturação eclesial, a fim de não chocar com a hierarquia do bispo. Por isso, em nenhum momento esses grupos negaram o Concílio Vaticano II, mesmo no caso excepcional da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, há uma tratativa com o bispo para resolver da forma mais rápida o fechamento da sua igreja, obedecem ao bispo e atualizam os seus estatutos.

Por fim, compreender toda essa estrutura e agentes da Igreja local permitiu observar a dinâmica do *aggiornamento* na Diocese de São João del-Rei. O pontificado conservador de Dom Delfim foi marcado por um processo de recepção fragmentada e, por isso, enquanto esteve à frente da diocese, houve pouca renovação eclesial. Essa estagnação não ocorreu apenas devido ao bispo, mas também por grande parte dos sacerdotes diocesanos, irmandades e ordens terceiras, que não estavam preparados para essa atualização pretendida pelo Papa João XXIII. Para esses grupos, o Concílio era apenas mais um evento eclesial dentro da tradição católica de séculos, seguindo os documentos promulgados *ipsis litteris* e, assim, fazendo a “verdadeira recepção”, sem deturpá-lo. Enquanto isso, outras dioceses experimentavam novas formas de eclesialidade, abrindo-se a partir da realidade local para uma Igreja mais dinâmica, popular e menos hierarquizada.

Em suma, a recepção é um processo longo e a Igreja de São João del-Rei continua, até os dias atuais, a receber o Concílio. Após Dom Delfim, outros bispos com distintas realidades e formações estiveram a frente da Diocese, novos sacerdotes foram ordenados, novas paróquias foram criadas e outros grupos leigos ganharam protagonismo, dando continuidade a esta recepção.

Durante muito tempo, pesquisas de história e sociologia semelhantes a esta focaram apenas em personagens e Igrejas locais que rejeitaram o Concílio Vaticano II ou que tiveram papéis de destaque na mudança eclesial proposta pelo mesmo (SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, esse trabalho é um marco inicial, pois aponta para a heterogeneidade dos processos de recepção e a individualidade de cada diocese. Por isso, contribui para as novas pesquisas na área, uma vez que realizou uma abordagem inédita, permitindo a compreensão do Concílio Vaticano II como um processo maior e mais complexo.

## ARQUIVOS E FONTES

- Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Pilar

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA DIOCESE DE SÃO JOÃO DEL REI. Inventário de fontes do acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar. São João del Rei, XVIII – XXI.

APOSTOLADO DA ORAÇÃO, Livro 60.

BOLETIM MENSAGEM. Livro 57.

BOLETIM MENSAGEM. Livro 14.

APNSP-SJDR. O Pilar, Ano I.

- Acervo Ordem Terceira de São Francisco de Assis

REUNIÕES E DELIBERAÇÕES. Livro 1.

- Acervo da Cúria Diocesana

VINCULUM. Boletim para o Clero da Diocese de São João del-Rei. Ano 1, dez. 1960.

VÍNCULO DIOCESANO. Órgão da Diocese de São João del-Rei. 1981.

BOLETIM MENSAGEM. Ano I ao V. 1967-1971.

CARTAS E CIRCULARES. Pasta 1. Dom Delfim Ribeiro Guedes.

CARTAS E CIRCULARES. Pasta 2. Dom Delfim Ribeiro Guedes.

- Biblioteca Nacional

JORNAL PONTE DA CADEIA. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Ponte-da-Cadeia/847550>.

## REFERÊNCIAS

A CARTA Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro por ocasião do encerramento do Primeiro Concílio Plenário. **A Ordem**, [S. l.], p. 1-4, 25 jul. 1939.

ALBERIGO, Giuseppe. (Org.). **Historia del Concilio Vaticano II**. Salamanca: Sigueme, v.1, 2002

\_\_\_\_\_. **Historia del Concilio Vaticano II**. Salamanca: Sigueme, v.5, 2002

ALTEMEYER JR, Fernando. **Bispos que participaram do Concílio Vaticano II**. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/bispos-vivos-que-participaram-do-concilio-vaticano-ii/> . Acesso em 12 set 2019.

AQUINO, Monsenhor Almir Rezende. **História da Diocese da São João del Rei**. 1980.

AZZI, Riolando. A Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, [s. l.], v. 13, n. 29 a 31, 1 jan. 1981.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2008.

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiro no Vaticano II: participação e prosopografia. 1959-1965**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CAMARGOS, Julia Lettícia. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão - o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal São João del-Rei. São João del-Rei. 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In. **A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982.

COMBLIN, J. O Vaticano II cinquenta anos depois. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 71, n. 283, p. 629-641, 19 fev. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil**. Cadernos da CNBB, n. 1, 1963.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. Edições CNBB. 2004.

COSTA, França. A Teologia do Século XX e suas influências históricas. **Revista De Magistro de Filosofia**, v. 12, n. 26, jan./jul. 2019.

CREPALDI, D. Giampaolo. Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Para um Novo Humanismo Solidário. **Revista Theologica**. Braga, n. 40, 2005.

DANIEL-HOPS, Henri. **A Igreja das Revoluções**. São Paulo: Quadrante. 2006

DE MATTEI, Roberto. **O Cruzado do século XX** - Plínio Corrêa de Oliveira. 1. ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997.

DE OLÍVEIRA MATTOS, R. C. A Juventude Operária Católica. Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 2, p. 1-15, 30 jun. 2009.

DE SOUZA, André Ricardo. As Mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 1, n. 13, p. 131-160, abr. 2014.

FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II: a luta pelo sentido**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed Vozes, vol. 1, 1962.

\_\_\_\_\_. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed Vozes, vol. 2, 1962.

\_\_\_\_\_. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed Vozes, vol. 3, 1962.

\_\_\_\_\_. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed Vozes, vol. 4, 1962.

\_\_\_\_\_. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed Vozes, vol. 5, 1962.

JORNAL LEOPOLDINENSE. **Jânio Quadros em campanha visita Bispo de Leopoldina – 1960**. Edição especial 100 anos de Dom Delfim, Leopoldina, p. 1, 2 mai. 2008.

LIMA, Alceu Amoroso. **Cartas do Pai**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales. 2015.

\_\_\_\_\_. **Memórias improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

MALASPINA, Eduardo. **Vida eclesial e meios de comunicação: uma análise da prática comunicacional na Igreja Católica a partir do decreto Inter Mirifica**. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. Vol 4. 3 ed. 2014.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936**. 1. Ed. Belo Horizonte, MG: Editora O Lutador, 1990.

MATOS, Henrique José Cristiano. **Concílio Vaticano II: história, esperança, inspiração**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2 ed. 2013.

MATTEI, Roberto de. **O Concílio Vaticano II uma história nunca escrita**. Tradução Maria José Figueiredo. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013.

MANNHEIM, Karl. **Conhecimento e Sociedade**. In: MANNHEIM, Karl; FORACCHI, Marialice. (Orgs.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1982

MENOZZI, Danielle. **A Igreja Católica e a Secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1985.

MORI, G. DE. O *aggiornamento* como categoria teológica. **Didaskalia**, v. 42, n. 2, p. 13-28, 1 jun. 2012.

MOURA, Odilão. **As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil no século XX**. Editora Convívio. 1978.

NASCIMENTO, Silvio Firmo do. **A religião após o Vaticano II: uma concepção democrática de religião**. Barbacena: Editora UNIPAC. 2005.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e outros ensaios**. Rio de Janeiro. Topbooks, 2003.

OLIVEIRA, Dom Helvécio Gomes de. **[Correspondência]**. Destinatário: Dom Jaime de Barros Câmara. Mariana, 5 maio 1954. Centro de Documentação e Informação da PUC. Fundo ACB, Livro ACB 2.

REIS, J. A Gestão de Dom Delfim Ribeiro Guedes - 1º Bispo da Diocese de Leopoldina – MG. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**. Niterói. Jan/mar, 2016.

RIBEIRO, Arthur Rizzi, et all. A doutrina social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 710-735, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-3033>. Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572019000400710](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000400710). Acesso em: 23 jan. 2020.

SARDICA, J. M. O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum. **Didaskalia**, v. 34, n. 2, p. 3-55, 1 jun. 2004.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **"VERBALIZAÇÃO DO SAGRADO" EM TEMPOS DE FRONTEIRA: A recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2015.

SCHILLEBEECKS, Edward. **O pensar é sagrado: em memória de Marie Dominique Chenu**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/570376-o-pensar-e-sagrado-em-memoria-de-marie-%20dominique-chenu>. Acesso em 05 set. 2022.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. **Diálogos sobre a escrita da história: ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010.

SILVEIRA, Diego Omar da. **Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. 2009.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento Católico Brasileiro: influências e tendências**. Marília: Editora Unesp. 2014

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância lega no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, [s. l.], v. 14, n. 55, abr. 2006.

SPIESS, Marcos A. A crise das vocações pós Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinense. **Sacrilagens**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 41-57, 12 mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilagens/issue/view/1324>. Acesso em: 8 fev. 2022.

THEOBALD, Christoph. O estilo pastoral do Vaticano II e sua recepção pós-conciliar: elaboração de uma criteriologia e alguns exemplos significativos. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 44, n. 123, p. 217, 2012. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2723>. Acesso em: 18 out. 2021.

VATICANO. **Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II Apparando**. Volume 2. Parte 7.

VILLAÇA, Carlos Eduardo. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

- **Documentos papais**

JOÃO XXIII, Papa. **Allocuzione del Santo Padre com la quale annuncia il Sinodo Romano, il Concilio Ecumenico e l'aggiornamento del Codice di Diritto Canonico**. 1959. Disponível

em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19590125\\_annuncio.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html). Acesso em: 01 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica *Pacem in Terris***. 1963. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html). Acesso em: 16 set. 2021.

\_\_\_\_\_. ***Discorso del Santo Padre Giovanni XXIII Ai Cardinali, Arcivescovi e Vescovi Partecipanti Alla III Riunione del Consiglio Episcopale Latino-americano***. 1958. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1958/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19581115\\_america-latina.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1958/documents/hf_j-xxiii_spe_19581115_america-latina.html). Acesso em: 21 set. de 2021.

LEÃO XII, Papa. **Carta Encíclica *Rerum Novarum***. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 12 de ago. de 2021.

PAULO VI, Papa. **Decreto *Christus Dominus***, 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_christus-dominus\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html) . Acesso em: 02 jan. 2022.

PAUL VI. Papa. ***Joint Catholic-orthodox declaration of his holiness Pope Paul VI and the Ecumenical Patriarch Athenagoras I***. 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651207\\_common-declaration.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_common-declaration.html). Acesso em: 15 set. 2021.

PIO X, Papa. **Carta Encíclica *Pascendi Dominici Gregis***, 1907. Disponível em [https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_19070908\\_pascendi-dominici-gregis.html](https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html). Acesso em: 10 jan. 2022.

PIO XI, Papa. ***Lettera “Quamvis Nostra”. Sulla Carezza di Sacerdoti in Brasile (27 de ottobre de 1935)***. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf\\_p-xi\\_lett\\_19351027\\_quamvis-nostra.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf_p-xi_lett_19351027_quamvis-nostra.html)>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica *Quadragesimo Anno***. 1931. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html). Acesso em: 01 de ago. 2021.  
PIO XI. *In Difesa Dell'azione Cattolica Italiana*. 1931.

\_\_\_\_\_. ***Lettera Enciclica Non Abbiamo Bisogno***. 1931. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310629\\_non-abbiamo-bisogno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html). Acesso em: 15 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. ***Lettera Enciclica Ubi Arcano Dei Consilio***. 1922. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19221223\\_ubi-arcano-dei-consilio.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.html). Acesso em: 12 de ago. 2021.

\_\_\_\_\_. ***In Difesa Dell'azione Cattolica Italiana***. 1931. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf\\_p-xi\\_lett\\_19310426\\_dobbiamo-intrattenerla.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf_p-xi_lett_19310426_dobbiamo-intrattenerla.html). Acesso em: 13 de set. 2021

PIO XII, Papa. **Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu***. 1943. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_30091943\\_divino-afflante-spiritu.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_30091943_divino-afflante-spiritu.html). Acesso em: 18 de ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica *Mediator Dei***. 1947. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_20111947\\_mediator-dei.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei.html). Acesso em: 18 de ago. 2021

\_\_\_\_\_. ***Discorso di Sua Santità Pio XII Agli Uomini di Azione Cattolica nel XXX° della Loro Unione***. 1953. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1952/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19521012\\_uomini-azione-cattolica.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1952/documents/hf_p-xii_spe_19521012_uomini-azione-cattolica.html). Acesso em: 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Radiomensagem do Papa Pio XII por ocasião do I Congresso Nacional dos homens da Acção Católica Portuguesa**. 1950. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1950/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19501210\\_azione-cattolica-portogallo.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1950/documents/hf_p-xii_spe_19501210_azione-cattolica-portogallo.html). Acesso em: 20 set. de 2021.

## ANEXOS

### ANEXO I - Bula de criação da Diocese de São João del Rei.

JOÃO, Bispo. Servo dos Servos de Deus, Ad perpetuam rei memoriam.

VISTO COMO a fundação de uma Igreja traz sempre a esperança de a fé e a religião cristãs, luz fulgentíssima para iluminação das gentes, ganharem grande incremento e proporciona novos meios para mais facilmente conseguir-se a salvação. De bom grado, acolhemos o pedido do venerável Irmão Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Felipe e Núncio Apostólico no Brasil, o qual tendo ouvido os Prelados D. Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, D. Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha e D. Geraldo Maria de Moraes Penido, Bispo de Juiz de Fora, pediu a esta Sé Apostólica que de territórios desmembrados dêsse Bispos se criasse uma nova Diocese.

Da Arquidiocese de Mariana separamos os territórios dos Municípios que se denominam: São João del-Rei – Barroso – Dolores de Campos – Lagoa Dourada – Nazareno – Prados – Rezende Costa – e distrito civil de Ibituruna, pertencente ao Município de Bom Sucesso.

Da Diocese de Juiz de Fora separamos os territórios que integram os municípios Andrelândia – Madre de Deus e Piedade do Rio Grande.

Da Diocese de Campanha: os Municípios de Carrancas – Itumirim – Itutinga – Lavras – Luminárias – Minduri – São Vicente de Minas; com tais territórios constituímos a Diocese de São João del-Rei e circunscrita nos mesmos limites com estes municípios se constituem, conforme descrevemos, fixados pela lei civil.

A séde da nova Igreja e o domicílio do Bispo será a cidade de São João del-Rei. A catedral – a Igreja de Nossa senhora do Pilar, da mesma cidade, à qual concedemos os direitos, as honras e os devidos privilégios, próprios das Igrejas Catedrais.

Ao Bispo a quem fôr confiado o governo da mesma Diocese, concedemos os direitos e os poderes que convêm à sua dignidade, e êste, por sua vez, cumprirá os deveres próprios dos Bispos residenciais.

Entre êstes, convêm lembrar estar o mesmo ligado ao Arcebispo de Mariana e à sua Igreja como sufragâneo.

O Bispo funde o Cabido Diocesano, segundo normas a serem dadas por outras Letras legitimamente emanadas de Nossa Autoridade; se, porém, tal não puder realizar-se permitimos que escolha os Consultores Diocesanos até a instituição do Cabido.

Fundado o Cabido, cessará o ofício dos Consultores, Iguamente, erija ao menos o Seminário Menor para a formação de candidatos ao Sacerdócio, tendo-se insto em grave dever.

Dêsse Seminário enviará a Roma jovens escolhidos para estudarem filosofia e teologia no pontifício Colégio Pio Brasileiro.

Constituir-se-á a Mesa Episcopal dos proventos da Cúria e oblações dos fiéis e dos bens eclesiásticos que advirão à nova Diocese segundo o cânon 1500 do Código de Direito Canônico.

Instalada a Diocese, logo os sacerdotes serão adscritos aquela Igreja que tenham benefício ou ofício eclesiástico: Os demais clérigos, à igreja em que tiverem legítimo domicílio.

Os documentos e atas pertencentes à nova circunscrição, ordenamos sejam enviados, quanto antes à sua Cúria, episcopal afim de serem cuidadosamente conservados.

Ademais, o mesmo venerável Irmão Armando Lombardi ou aquele que fizer as suas vezes, cuidará de executar esses Nossos mandatos, podendo transmitir os poderes a quem houver por bem delegar.

Quando, porém, se realizarem tais atos, o mesmo mandará exarar documentos cujas fiéis cópias enviará logo à Sagrada Congregação Consistorial.

Queremos que as presentes Letras sejam agora e para sempre eficazes; de modo a entrar em vigor e ser fielmente observada por aqueles a quem compete o que por elas foi decretado.

Nada em contrário, de qualquer gênero que seja, poderá opor-se à eficácia destas Letras, e por elas derogamos tudo o mais.

Portanto, se alguém, de qualquer autoridade que seja, ciente ou não, fizer algo contra o que decretamos, mandamos seja tido como irritó e nulo.

A ninguém é lícito contestar e adulterar êstes documentos da Nossa vontade.

Dever-se-à dar as cópias desta bula, impressas ou manuscritas, que tiverem o sêlo de uma autoridade eclesiástica, bem como às subscritas por um notário público eclesiástico ou quando fôrem exibidas por quem de direito, a mesma fé que se daria a esta própria bula se acaso fosse exibida.

Se alguém em tudo isto desprezar, ou de qualquer modo falsificar êstes Nossos decretos, saiba que incorrerá naquelas penas estabelecidas pelo Direito contra os que não cumprirem os mandados dos Sumos Pontífices.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 21 de Maio do ano do Senhor de 1960, 2º ano do nosso Pontificado.

Ass. Santiago Luiz – Cardeal Capello, chanceler da Santa Igreja de Roma.

Francisco Tinello, regente da chancelaria Apostólica.

Marcelo, Careal Mimmi, Secretário Bispo de Sabina e Poggio – Mirteto.

Alberto Serafini – Protonotário Apostólico.

Cesar Federici – Protonotário Apostólico.

ANEXO II - Envio das sugestões para discussão no concílio.<sup>71</sup>

Exc.mi P.D. DELPHINI RIBEIRO GUEDES

Episcopi Leopoldinensis (Leopoldina)

Leopoldinae, 31 augusti 1959

*Eminentissime ac Reverendissime Domine,*

Grato animo litteris tuis sub N.1 C/59-740, die 18 iunii 1959 datis, de rebus et argumentis in futuro Oecumenico Concilio pertractandis, libentissime ac summo honore responsionem Tibi facio.

Opportunum mihi visum est, data venia, ad Pontificiam Commissionem Antepreparatoriam pro Concilio Oecumenico infrascriptas suggestiones seu petitiones humiliter deferre et exponere ut si casus fuerit considerentur:

1. Restauratio ordinis Diaconatus ad incrementum summopere praestandum apostolatu religioso erga christifideles.
2. Regulamentatio legis ieiunii eucharistici ita ut tam pro sacerdotibus quam pro laicis identitas relate ad unam horam ante communionem servetur, quoad abstentionem liquidum sumendi. Revera in diebus praecepti saepe saepius celebrante praescriptum intervallum ab initio litandi omnino abest ac proinde qui alteram vel tertiam Missam celebrare debet minime frui potest vigenti lege ieiunii eucharistici.
3. Permissio ut fideles sero ad Sacram Synaxim extra Sacrificium Vespertinum admitti possint.
4. Dispensatio quarumdam festarum de praecepto quia, pro dolor, hodiernis temporibus diminutissima pars fidelium obligationibus huius legis ecclesiasticae satisfact.

---

<sup>71</sup> Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II Apparando. Series I (Antepreparatoria). Volume II: Consilia et Vota Episcoporum ac Praelatorum. Parte VII: America Meridionalis – Oceania. p. 206.

5. Permissio utendi vernáculo pro administratione sacramentorum, manente dumtaxat forma in latino sermone, ut christifideles scienter et subjective melius ad gratiam dispomantur.
  
6. Solemnis Proclamatio Universalis Mediationis Beatae Mariae Virginis ut dogma fidei.

Eminentuae Tuae Revendissimae

addictissimus in Domino  
Delphinus Ribeiro Guedes  
Episcopus Leopoldinensis

ANEXO III – Quadro dos documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II

	<b>Documentos</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Tema</b>
<b>Constituições</b>	<i>Lumen Gentium</i>	3ª Sessão	Sobre a Igreja: missão, vocação, hierarquia etc.
	<i>Dei Verbum</i>	4ª Sessão	Revelação divina e a sua transmissão
	<i>Gaudium et Spes</i>	4ª Sessão	A Igreja no mundo de hoje
	<i>Sacrosanctum Concilium</i>	2ª Sessão	Liturgia
<b>Declarações</b>	<i>Gravissimum Educationis</i>	4ª Sessão	Educação cristã: educação como direito universal
	<i>Dignitatis Humanae</i>	4ª Sessão	Liberdade Religiosa
	<i>Nostra Aetate</i>	4ª Sessão	A Igreja e a sua relação com as religiões não cristãs
<b>Decretos</b>	<i>Unitatis Redintegratio</i>	3ª Sessão	Ecumenismo
	<i>Orientalium Ecclesiarum</i>	3ª Sessão	Sobre as Igrejas Orientais Católicas
	<i>Ad Gentes</i>	4ª Sessão	A atividade missionária da Igreja
	<i>Christus Dominus</i>	4ª Sessão	Ministério pastoral dos bispos na Igreja
	<i>Presbyterorum Ordinis</i>	4ª Sessão	Ministério e vida dos sacerdotes
	<i>Perfectae Caritatis</i>	4ª Sessão	Renovação da vida religiosa
	<i>Optatam Totius</i>	4ª Sessão	Formação dos sacerdotes
	<i>Apostolicam Actuositatem</i>	4ª Sessão	Apostolado dos leigos
	<i>Inter Mirifica</i>	2ª Sessão	A Igreja e os meios de comunicação Social

Fonte: <https://www.vatican.va/>